

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**À SOMBRA DO PEQUI, VISLUMBRANDO OS AGUAPÉS:
DESENVOLVIMENTO LOCAL, TERRITÓRIO E TURISMO NO
PANTANAL DO RIO AQUIDAUANA – MS**

MARCOS PEREIRA CAMPOS

AQUIDAUANA/MS
2007

MARCOS PEREIRA CAMPOS

**À SOMBRA DO PEQUI, VISLUMBRANDO OS AGUAPÉS:
DESENVOLVIMENTO LOCAL, TERRITÓRIO E TURISMO NO
PANTANAL DO RIO AQUIDAUANA – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – nível Mestrado – em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani.

AQUIDAUANA/MS
2007

MARCOS PEREIRA CAMPOS

À SOMBRA DO PEQUI, VISLUMBRANDO OS AGUAPÉS:
DESENVOLVIMENTO LOCAL, TERRITÓRIO E TURISMO NO PANTANAL DO RIO
AQUIDAUANA – MS

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(Presidente da Banca)

Professora Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

Professor Dr. André Luiz Pinto

AQUIDAUANA/MS
2007

Dedico esta vitória ao meus pais:

*“Nada mais puro, nada mais santo e elevado
que o amor de nossos pais. Devemos-lhes a
vida, a honra, a dignidade e nosso valor moral”.*

(Rui Barbosa)

(...) e aos meus amados sobrinhos – eu os amo
de paixão!!!

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas estiveram presentes durante o transcorrer desta pesquisa e quero convidá-las para desfrutarem comigo da sombra do Pequi e vislumbrarem os Aguapés:

Amigos!!! escolhi o Pantanal para fazer Ciência e utilizei como ferramenta para tal, o meu amor pelo Turismo – aprendi, acertei, errei e desbravei.

Se neste momento eu pudesse representar num som, seria no do cantar dos pássaros.

Se neste momento eu pudesse representar numa imagem, seria do pôr-do-sol do Pantanal.

Se neste momento eu fosse agradecer a todos os que fizeram parte da minha vida até aqui – iria escrever centenas de folhas, e ainda iria falhar a memória, mas tentarei em poucas linhas demonstrar o carinho e gratidão que neste momento sinto:

Ana Maria Victório Flores – mais uma conquista juntos amiga.

Artur Oruê, meu grande amigo e conselheiro, obrigado por suportar-me.

Sandro Becker, obrigado por estar presente nos momentos mais importantes da minha vida. Valeu amigo.

Jacira Santos e Katiúscia Cristaldo, um passado muito presente na minha vida.

Alexandro Marques, um abraço.

Flaviane Weiss, longas “Histórias” juntos, obrigado “irmã”.

Elionete de Castro Garzoni, pequena grande brisa de inspiração.

A Professora Msc. Elisângela Carvalho, esta pequena mora no meu coração. Abraços Espaciais – valeu por acreditar. Sonhamos juntos, e olha onde estamos? Mas ainda não é o fim!!!

A Professora Msc. Priscila Vargas da Silva, grande Turismóloga, minha irmã de alma, sou seu fã. Obrigado pelas discussões. “Abraços sistêmicos”.

Lilian Paiva, obrigado pelo apoio.

Tia Raimunda Souza e família: nunca vou esquecer que fizeram por mim, serei eternamente grato.

Aos professores e amigos do curso de Turismo (UFMS): Prof. Msc. Noslin de Paula Almeida, Frederico Gradella, João Cândido André, Greice Feliciano, Juliana Doutel Ribas e Jhonattan Rocha, “uma grande família”: “Eu diria aos educadores e

educadoras, ai daqueles e daquelas, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar” (Paulo Freire)

Ao Professor Dr. José Rímoli, “grande Professor”, obrigado pelas sugestões dadas durante a execução da dissertação.

Ao Turismólogo Valdecy de Souza, obrigado colega por dispor de seu tempo para ajudar-me nas incursões ao campo.

Aos colegas do Departamento de Geografia – do Campus de Aquidauana – MS, um carinho especial.

Ao apoio incondicional da Secretaria de Pós-Graduação, em especial as Secretárias: Aparecida Farias e a grande amiga Danielli Campos.

Aos Colegas e Professores do Programa de Mestrado: Abraços Territoriais.

Agradeço também aos proprietários das Pousadas, pela atenção e fornecimento de dados sem os quais esta pesquisa não se realizaria.

Aos colegas do Laboratório de – UFMS, Gustavo da Silva e Marcos Cândido, obrigado pelo apoio.

Aos mais novos amigos e não menos importantes:

Flávia Neri e Ricardo Miranda, vocês são muito especiais.

Aos da Comarca de Anastácio – MS, em especial a Rozane Rodrigues e Rosilene de Barros, minhas chefes. Perdoem-me pelas “ausências presentes”, principalmente quando na finalização deste trabalho. “Tem gente que sonha com realizações importantes e há quem vai lá e realiza”. (George Bernard Shaw)

É claro que não poderia deixar de citar meus colegas da “Justiça”: Nathalie Calves, Jurema Azambuja, Emerson, Rosemara Madruga, Telma Chaves e a Neide Madruga.

A PROPP/UFMS, pelo apoio financeiro sem o qual este projeto não se realizaria.

Ao Prof. Dr. Milton A. P. Mariani, meu orientador e amigo: “Os professores ideais são os que se fazem de pontes, convidam os alunos a atravessar, e depois, tendo facilitado a travessia, desmoronam-se com prazer, encorajando-os a criarem as suas próprias pontes” (Autor desconhecido)

Através desta célebre frase, gostaria de agradecê-lo. Será que construí uma boa ponte? Sou seu fã!

Aos meus alunos do Curso de Turismo – UFMS, aprendi muito com vocês, pois juntos discutimos temas pertinentes ao meu objeto de estudo. Meus caros! Viu como vale a pena acreditar nos nossos sonhos?

Aos meus irmãos:

Silvia P. Campos, minha irmã: Te amo. Grande Mulher!!!

Eduardo: Valeu mano.

Ao meus sobrinhos: amor incondicional – meus bebês!!!

Para meus pais, eu guardo um lugar bem especial para vislumbrar toda esta paisagem: Aqui!!! bem perto de mim!

Mãe, te amo. Grande guerreira, renunciou seus sonhos para doar à sua família, Obrigado meu Deus, por ter dado esta mãe maravilhosa.

Pai, mesmo em silêncio, via no seu semblante a alegria das minhas conquistas, Pai, consegui – mas o sonho não acabou!

E para aqueles que não acreditaram (...) olha onde estou! (mas ainda não é o fim): “Para aqueles que estão aí atravancando o meu caminho, eles passarão, eu passarinho” (Mário Quintana).

Ao Espírito Santo de Deus, rendo graças e louvor: “Obrigado Senhor, porque és meu amigo, porque sempre comigo, tu estás a cantar”. Mãe do Perpétuo Socorro, minha mãezinha, obrigado por tua intercessão.

A todos, minha realização.

“Alguns vêem coisas que existem e perguntam
por quê?

Eu vejo as coisas que nunca existiram e
pergunto por quê não?”

(Robert Kennedy)

“É pelo questionamento e não pelas respostas
que se alcança a medida do conhecimento”

(Claude Raffestin)

RESUMO

Discutir o fenômeno do turismo é muito mais que apontar seus números e discorrer sobre sua importância para as diferentes economias mundiais. É necessário também entendê-lo como agente modificador dos meios e modos de vida de diversas populações. Vale entender o desenvolvimento qualitativo dos agentes do fazer turístico e não apenas o crescimento econômico, sendo preciso, uma harmonia entre os interesses dos proprietários, bem-estar do turista e principalmente na qualidade de vida da comunidade local, ou seja, neste caso, dos funcionários. O estudo teve como objetivo “Compreender as repercussões da atividade turística na visão do desenvolvimento local no Pantanal do Rio Aquidauana-MS, dentro da ótica dos elementos do espaço de Santos (1985)”. Desta forma, este trabalho busca associar o tema – turismo no espaço rural e desenvolvimento local, num espaço onde configurava outra economia: pecuária extensiva. O espaço rural foi entendido como um espaço de múltiplas atividades, ou de diferentes territórios. De acordo com o levantamento bibliográfico e com as inserções ao campo – entrevistas e aplicação de questionários para os turistas, percebeu que o objeto de pesquisa: Pousadas Pequi e Aguapé no Pantanal do Rio Aquidauana, apresentam características de um turismo que não contempla o desenvolvimento local, encaixando-se num modelo de desenvolvimento definido como “desenvolvimento no local”, ou seja, somente uma parte dos agentes do fazer turístico se apropriam dos benefícios gerados por tal atividade. Frente a tal constatação foi estabelecida diretrizes e ações para a busca de um turismo com base local na área da pesquisa.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local, Território, Turismo no Espaço Rural

ABSTRACT

To discuss the phenomenon of the tourism is much more than to point its numbers and to discourse about your importance for the different world-wide economies. It is necessary also to understand it as agent modifier of the ways and ways of life of diverse populations. It is necessary understand to not only a qualitative development of the agents of tourist making and not just the economic growth, being necessary, a harmony between the interests of the proprietors, well-being of the tourist and mainly in the quality of life of the local community, or either, in this in case that, of the employees. The study it had as objective "To understand the repercussions of the tourist activity in the vision of the local development in the Pantanal of the River Aquidauana-MS, inside of the elements of the space of Santos (1985)". Of this form, this work search to associate the subject-tourism in the rural space and local development, in a space where it configured another economy: cattle extensive. The rural space was understood as a space activities, or different territories. In accordance with bibliographical survey and with the insertions to the field – interviews and application of questionnaires for the proprietors and employees and questionnaires for the tourists, perceived that the research object: Inns Pequi and Aguapé in the Pantanal of the River Aquidauana, present characteristics of a tourism that does not contemplate the local development, incasing itself in a model of definitive development as "development in the place", or either, one have only left of the agents of tourist making if they appropriate of the benefits generated for such activity. Front to such conclusion was established lines of direction and action for the search of a tourism with local base in the seek area.

Key-Words: Local Development, Territory, Tourism in the Rural Space.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Divisão territorial do Pantanal	19
Quadro 02 - Divisão territorial do Pantanal no Brasil	19
Quadro 03 – Sub-regiões pantaneiras de Mato Grosso do Sul	19

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pantanaís do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	20
Figuras 02a e 02b – Receptivos: Pousadas Pequi e Aguapé	67
Figura 03a e 03b – Redário Pousada Pequi e Área Social	68
Figura 04 – Localização das Pousadas Pequi e Aguapé	69
Figura 05 – Carro Safári – Pousada Pequi	70
Figura 06a e 06b – Sala de TV e Loja de <i>Souvenirs</i> Pousada Aguapé	71
Figura 07a e 07b – Espaço para descanso e Piscina	71
Figura 08 – Almoço Pantaneiro – Pousada Aguapé	72
Figura 09 – Via de acesso (AQN) para as Pousadas, em período de chuvas no Pantanal.....	83
Figura 10 – Escola Pantaneira – Sala de Aula.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1a e 1b – Sexo dos turistas.....	77
Gráficos 2a e 2b – Faixa etária dos turistas.....	78
Gráficos 3a e 3b – Escolaridade dos turistas	78
Gráficos 4a e 4b – Nível de renda dos turistas.....	79
Gráficos 5a e 5b – Como ficou sabendo da propriedade?.....	79
Gráficos 6a e 6b – Motivação da viagem.....	80
Gráficos 7a e 7b – Fator essencial para a escolha da Pousada.....	81
Gráficos 8a e 8b – Tipo de viagem	81
Gráficos 9a e 9b – O que achou da via de acesso?.....	82
Gráficos 10a e 10b – Frequência de visitas ao Pantanal.....	83
Gráficos 11a e 11b – Frequência de visitas na Pousada.....	83
Gráficos 12a e 12b – Tempo de permanência na Pousada.....	84
Gráficos 13a e 13b – Atividade que mais gosta de realizar.....	84
Gráficos 14a e 14b – Quais elementos de maior valorização?.....	85

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO.....	14
1. HOMENS E BOIS: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	17
2. “SE UTOPIA, UMA BOA UTOPIA”: TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	32
3. UM NOVO PANTANAL? NOVAS RURALIDADES	53
4. NA SOMBRA PARA VISLUMBRAR: POUSADAS PEQUI E AGUAPÉ, PANTANAL-AQUIDAUANA-MS	66
4.1 Localização e caracterização ambiental: Pousadas Pequi e Aguapé, Aquidauana-MS	67
4.2 Procedimentos da pesquisa	72
4.3 Resultados	77
4.4 Diretrizes	85
SERÁ QUE TEM SOMBRA? EXISTE ALGO PARA SER VISLUMBRADO? À GUIA DE CONCLUSÃO.....	92
BIBLIOGRAFIA.....	100
APÊNDICES.....	108
Apêndice 01 – Questionário para os responsáveis pelas pousadas	109
Apêndice 02 – Ficha para os funcionários	113
Apêndice 03 – Questionário para funcionário	114
Apêndice 04 – Questionário para turistas	115
ANEXOS.....	117
Anexo 01 – Questionário APL/GEOR I	118
Anexo 02 – Questionário APL/GEOR II	122

INTRODUÇÃO

A atividade turística vem sendo objeto de inúmeros estudos no âmbito da ciência geográfica, pois possui um papel fundamental, como uma das muitas ciências que pesquisa o turismo, dedicando-se aos estudos dos processos de (re) produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas potencialidades em benefício tanto dos que os ocupam, quanto dos que nele buscam os recursos recreacionais.

O interesse pelo estudo do Turismo pela ciência Geográfica não é tão recente. Desta forma alguns geógrafos vêm realizando estudos sobre esta prática social do deslocamento humano: o Turismo.

Cruz (2001) afirma que:

O Turismo é a única prática social que consome elementarmente o espaço. Como poderia, então, a Geografia, não se interessar pelos estudos relativos ao Turismo? A geografia do turismo, não se refere apenas à abordagem científica do fenômeno do turismo pela ciência geográfica. A “geografia do turismo” é uma expressão que se refere à dimensão sócio-espacial da prática social do turismo, e isto sim podem interessar às mais diversas áreas do conhecimento.

Este estudo buscou mostrar o quanto a idéia de desenvolvimento por meio do turismo e de seus atores, aqui entendidos como agentes do fazer turístico vem sendo difundida de forma inadequada. Percebe-se que muito vem se discutindo a respeito da atividade turística como promotora do desenvolvimento para diversas localidades. Desta forma a tônica deste trabalho será o de compreender as repercussões da atividade turística na visão do desenvolvimento local no Pantanal do Rio Aquidauana, em especial, nos empreendimentos turísticos, Pousadas Pequias

e Aguapé, na ótica dos elementos do espaço de Santos (1985).

Dentro desta perspectiva, o estudo “À sombra do Pequi, vislumbrando os Aguapés: Desenvolvimento Local, Território e Turismo no Pantanal do Rio Aquidauana – MS” procurará responder os seguintes questionamentos:

- Como se deu o processo temporal de uso e ocupação do Pantanal Sul Mato-Grossense?
- Como os elementos preconizados por Santos (1985) em “Espaço e Método”, ou seja: homens, infra-estrutura, firmas, meio-ecológico e instituições, atuam na configuração espacial do Pantanal, em especial na atividade do turismo?
- Tal como Mariani (2000) em “Geografia e Turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito”; entender quem é o consumidor do espaço objeto de estudo? De onde vem e por que vem?
- Entender os diferentes territórios e territorialidades no Pantanal, em especial, pensando numa ótica do desenvolvimento local.
- Refletir o comportamento do turismo frente a ótica do Desenvolvimento Local.

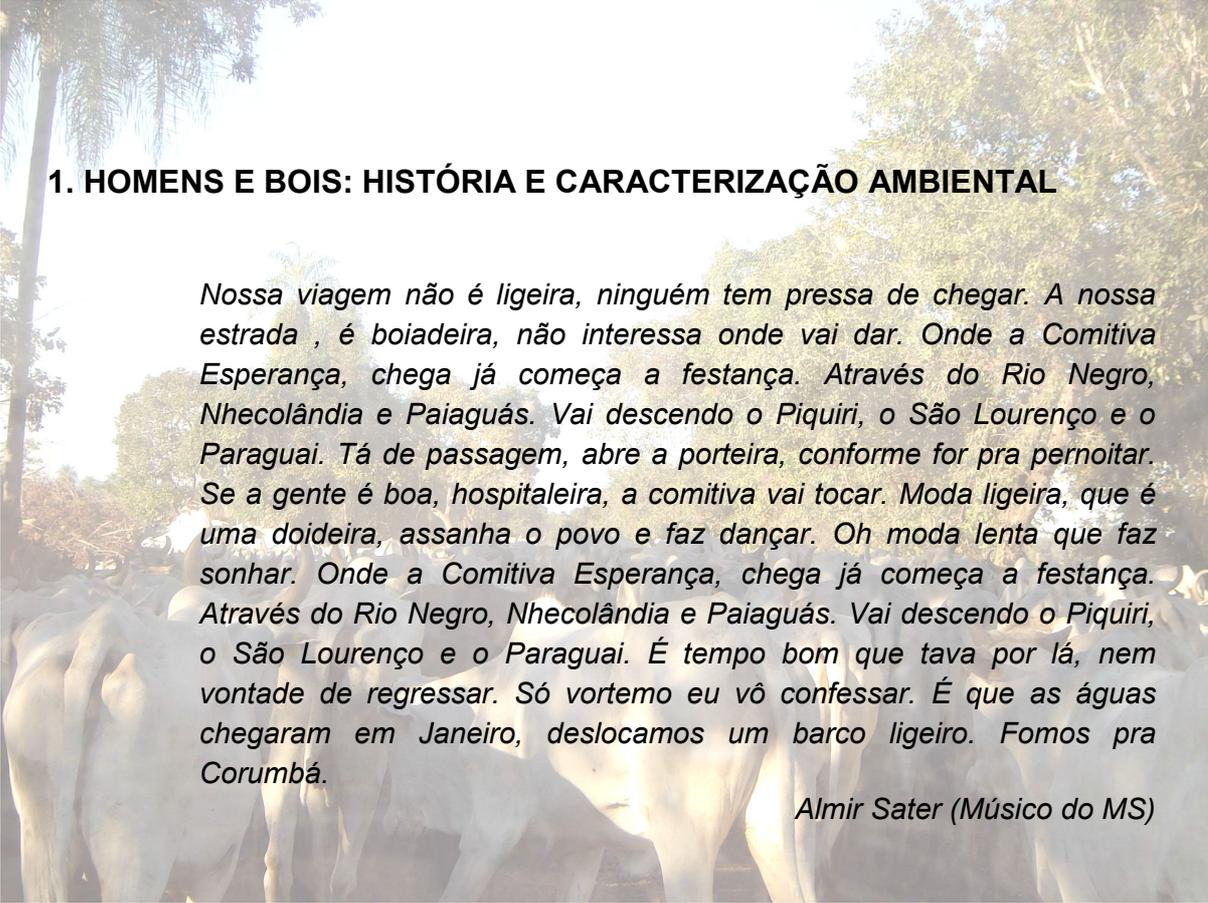
Para tanto, o conteúdo do presente trabalho foi dividido em quatro capítulos para melhor organizar a abordagem pretendida, sendo:

O primeiro capítulo intitulado, “Homens e Bois: Caracterização histórica e ambiente Pantanal” apresenta alguns aportes no que tange a localização e caracterização histórica do Pantanal, objeto de estudo, principalmente dentro da visão da pecuária, do turismo e do homem, sendo este o pantaneiro ou os agentes da pecuária ou do turismo, ou seja, o fazendeiro, os proprietários dos empreendimentos turísticos, dos funcionários do turismo e dos turistas.

Já o segundo capítulo, “Se utopia, uma boa utopia”: Turismo e desenvolvimento local”, constitui a tônica do trabalho, que é entender o “desenvolvimento” do espaço por meio do turismo.

O terceiro capítulo, “Um novo Pantanal? Novas ruralidades” sinaliza as inúmeras transformações que o espaço rural vem sofrendo ao longo dos tempos, sempre num olhar metodológico de Santos (1985) dos elementos constituintes do espaço e das categorias de análise espaciais, sempre no enfoque do território do Turismo no Pantanal.

O quarto e último capítulo, com o título “Na sombra para vislumbrar: Pousadas Pequi e Aguapé, Pantanal – Aquidauana-MS” está dividido em quatro sub-capítulos: 4.1 Localização e Caracterização ambiental: Pousadas Pequi e Aguapé, Aquidauana – MS, 4.2 – Procedimentos da pesquisa, 4.3 - Resultados e 4.4 – Diretrizes. Em seguida, temos: “Será que tem sombra? Existe algo para ser vislumbrado? À guisa da conclusão.



1. HOMENS E BOIS: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

Nossa viagem não é ligeira, ninguém tem pressa de chegar. A nossa estrada, é boiadeira, não interessa onde vai dar. Onde a Comitiva Esperança, chega já começa a festança. Através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás. Vai descendo o Piquiri, o São Lourenço e o Paraguai. Tá de passagem, abre a porteira, conforme for pra pernoitar. Se a gente é boa, hospitaleira, a comitiva vai tocar. Moda ligeira, que é uma doideira, assanha o povo e faz dançar. Oh moda lenta que faz sonhar. Onde a Comitiva Esperança, chega já começa a festança. Através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás. Vai descendo o Piquiri, o São Lourenço e o Paraguai. É tempo bom que tava por lá, nem vontade de regressar. Só vortemo eu vô confessar. É que as águas chegaram em Janeiro, deslocamos um barco ligeiro. Fomos pra Corumbá.

Almir Sater (Músico do MS)

Foto: Levantamento de Campo, 2007.

O Pantanal é uma extensa planície sedimentar situada na região Centro-Oeste do Brasil. Segundo Godoi Filho (1984), o Pantanal Mato-Grossense ocupa uma área aproximada de 140.000 Km² e é parte integrante da bacia do Rio Paraguai, a qual situa na porção central da América do Sul (entre 14°00' e 22°00' de latitude Sul e 53° 00' e 66° 00' de longitude Oeste), com uma área de 500.000 Km², dos quais cerca de 28% pertence a Bolívia e ao Paraguai.

Os Pantanaís apresentam altimetrias que variam de 80 m nas margens do rio Paraguai a 150m nas áreas mais elevadas nas depressões que bordejam a bacia. A uniformidade topográfica, o baixo gradiente do relevo, a predominância de litologias sedimentares recentes e pluviosidade, são fatores de ordem natural, que dificultam o escoamento das águas de superfície na área dos Pantanaís. Estes fatores originam inundações periódicas anuais e/ou excepcionais, com certa ciclicidade (PCBAP, 1997).

Segundo dados do RADAMBRASIL (1982), a região pantaneira não apresenta as condições genéticas de um pântano, porém tem uma fisionomia bastante similar, de modo que foi tradicionalmente referida como tal, permanecendo esta designação tradicional. Reconheceu-se, contudo, a existência de diversos Pantanaís associados a sub-bacias do rio Paraguai, tais como o Pantanal do Nabileque, o Pantanal do Tarumã-Jibóia, o Pantanal do Aquidabã, o Pantanal do Branco-Amongujá, o Pantanal do Apa, o Pantanal do Miranda-Aquidauana e o Pantanal do Negro, entre outros.

O ecossistema pantaneiro possui uma heterogeneidade, ocasionada pela diversidade da altimetria relativa, litologias e pedologia, que permitiu o reconhecimento de 11 sub-regiões que de acordo com o posicionamento das sub-bacias, são conhecidos como: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paiaguás, Nhecolândia, Aquidauana, Paraguai, Miranda, Porto Murtinho, Nabileque e Abobral, segundo a classificação de ADÁMOLI (1981 *apud* REGO, 2002).

Vale ressaltar que será utilizado para este trabalho, a classificação de Silva e Abdon (1998) onde contempla 08 sub-regiões para o ecossistema Pantanal no estado do Mato Grosso do Sul (Figura 01).

De acordo com o Anuário Agropecuário do IBGE (2000), o Pantanal possui uma área de 200.000 Km², sendo divididos em:

Quadro 01 – Divisão territorial do Pantanal

	Área (Km ²)	Porcentagem do total (%)
Paraguai e Bolívia	61.817	31
Brasil	138.183	69

Fonte: IBGE, 2000.

Dos 138.183 Km² correspondente ao Brasil, o Pantanal é dividido em:

Quadro 02 – Divisão territorial do Pantanal no Brasil

	Área (Km ²)	Porcentagem do total (%)
Mato Grosso	48.865 Km ²	35%
Mato Grosso do Sul	89.318 Km ²	65%

Fonte: IBGE, 2000.

Nota-se que 65% da área total do Pantanal nas terras brasileiras, está situado no estado do Mato Grosso do Sul, correspondendo a 89.318 Km², divididos em 8 sub-regiões pantaneiras:

Quadro 03 – Sub-regiões pantaneiras de Mato Grosso do Sul

Sub-Regiões Pantaneiras de MS	Composto Total ou Parcialmente pelos Municípios	Área (Km ²)
Paiaguás	Corumbá, Sonora e Coxim	27.082
Nhecolândia	Corumbá, Rio Verde de Mato Grosso e Aquidauana	26.921
Abobral	Aquidauana e Corumbá	2.833
Aquidauana	Aquidauana	5.008
Miranda	Miranda e Aquidauana	4.383
Nabileque	Porto Murtinho, Corumbá e Miranda	13.281
Porto Murtinho	Porto Murtinho	3.839
Paraguai	Corumbá	5.971
<i>Total</i>		<i>89.318</i>

Fonte: Adaptado de SILVA E ABDON (1998).

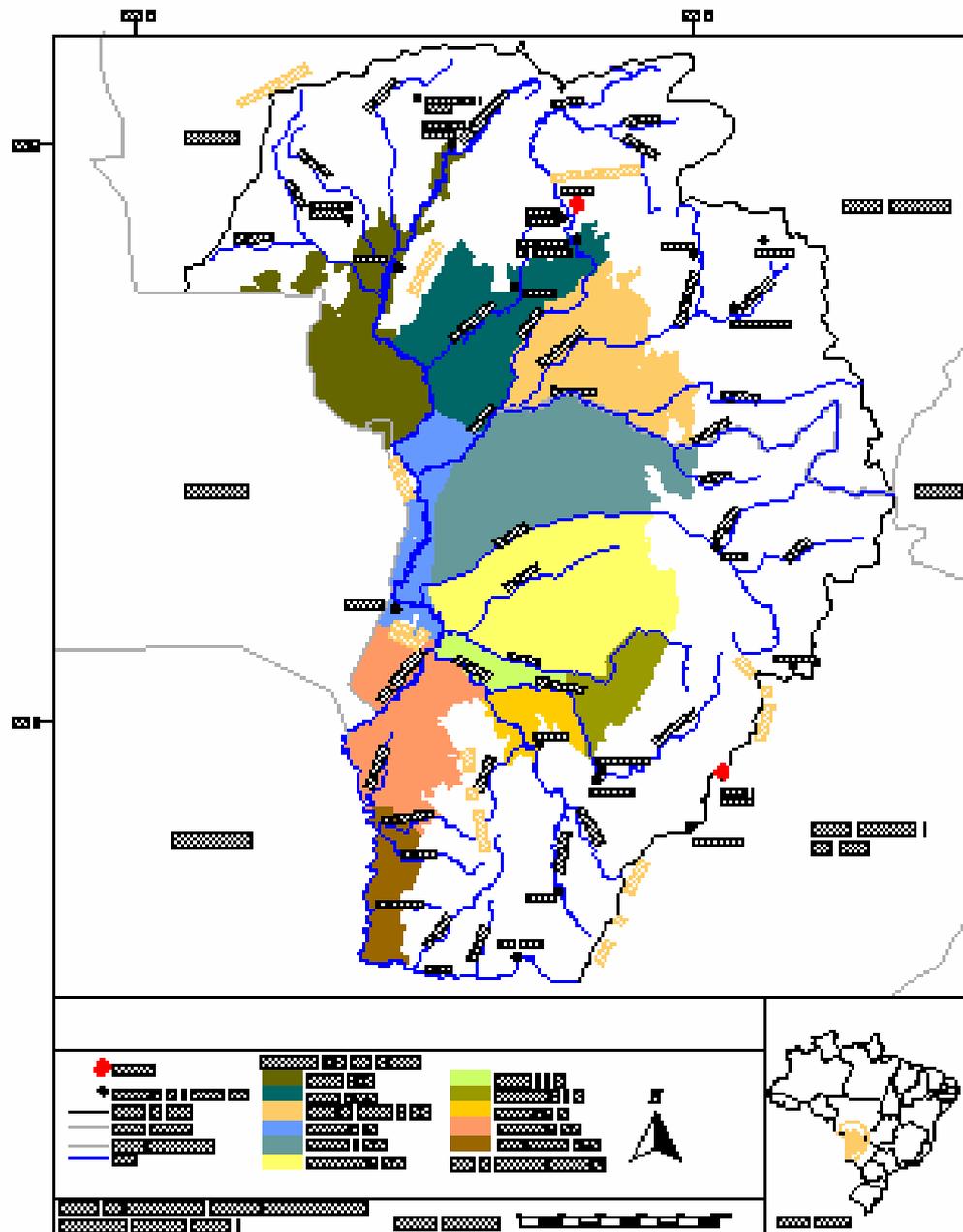


Figura 00 - Pastagens de *Mucuna* Grosso e *Mucuna* do Sul

Xavier (2000), afirma que o Pantanal Mato-Grossense possui várias características hidrológicas, como baías, corixos, vazantes, lagoas (salinas e doces), diversos banhados com grandes áreas alagadiças e vários rios, que alimentam o Pantanal. Aloja uma vasta fauna aquática, que dispersa-se por ele, segundo as características ambientais desse grande ecossistema

A rede hidrográfica tem um papel determinante na vida do Pantanal. A pecuária, principal atividade econômica da região, teve sua expansão relacionada à hidrografia, sendo fonte de abastecimento e escoação. Outro fato que dá a rede hidrográfica do Pantanal um destaque especial, é pelo fato de que o processo de povoamento originou-se ao longo dos vales fluviais.

Segundo Valverde (1972 *apud* XAVIER, 2000), as baías são as lagoas de forma circular, elíptica, em crescente, piriforme ou irregular, dispersas na região; se for periódica, a lagoa denomina-se barreiro; em alguns casos, as lagoas têm água salgada e deixam, ao baixar o nível hidrostático, uma coroa de evaporitos precipitados ao seu redor, sendo então chamados salinas. Durante as enchentes, muitas baías extravasam e ligam-se a outras através de cursos d'água periódicos, que podem chegar a ter vários quilômetros de extensão, sendo denominados de vazantes; se porém a ligação for permanente, passa a se chamar corixo. Um complicadíssimo sistema de pequenas elevações, denominadas cordilheiras, que se erguem a cerca de 3 metros acima de planície e talvez a 6 metros ou um pouco mais dos fundos das baías, perturba a circulação das águas superficiais.

Os solos do Pantanal são, em quase sua totalidade, hidromórficos, refletindo bem a deficiência de drenagem generalizada e sua forte tendência a inundações periódicas e prolongadas. A litologia é constituída por sedimentos aluviais da Formação Pantanal que, associados à dinâmica do regime de alagamento, determinam a grande variação constatada nos solos.

Segundo Mariani e Gonçalves (1996), o relevo da região, em virtude do grau de inundação e de outras características, permite dividir o Pantanal em três regiões distintas: o Alto Pantanal, com áreas esparsas de inundação, cujos campos inundáveis cobrem cerca de 20% da área e a inundação dura de dois a três meses por ano, com profundidade de 30 a 40 cm; o Médio Pantanal, uma zona de transição, com inundação mais profunda, durante três a quatro meses ao ano e o Baixo Pantanal, cuja área é extremamente plana, com campos inundáveis, entrecortados por vegetação.

Ainda, segundo Mariani e Gonçalves (1996), o fator político administrativo deve ser considerado, sobretudo os de nível estadual, tendo significativa influência sobre a realidade interna dos estados, uma vez que determina diretrizes, ações e programas específicos de cada governo, como também reflete objetivos e aspirações de respectivas sociedades. Isso define a necessidade de se avaliar a importância, as funções e o papel do Pantanal na realidade de cada estado.

Desta forma, justifica a importância do estudo do Pantanal, sua economia, suas características peculiares relacionadas aos seus aspectos físicos, sendo, base para as políticas públicas da região em destaque. No entanto, para o estudo da atividade turística no Pantanal de Aquidauana, faz-se necessário também entender a dinâmica desta sub-região pantaneira, pois a paisagem deste ecossistema é a principal motivação do turista que visita esta região.

O Pantanal de Aquidauana abriga a bacia superior dos rios Negro e Aquidauana, possuindo uma configuração triangular delimitada pelos cursos destes rios (PCBAP, 1997). Apresenta como limites o Pantanal da Nhecolândia, ao norte; a cidade de Aquidauana, ao sul; os Pantanaís de Miranda e Abobral, a oeste; e a Serra de Maracaju, a leste.

Abrange as regiões do Taboco, que corresponde a uma área muito alagada com regiões constantemente inundadas, e do Negro, região composta por muitas salinas e muitos brejos, sendo também marcados por fortes inundações, que na época das cheias recebe, através dos corixos, as águas que transbordam do rio Aquidauana.

O Pantanal de Aquidauana pode permanecer inundado por até 6 meses ao ano, mas, assim como o Pantanal de Miranda, é considerado um Pantanal mais alto. Algumas áreas, de relevo plano inclusive, não se alagam. Outras, na região da fazenda Taboco, podem permanecer constantemente alagadas (PCBAP, 1997).

Os solos dominantes são os Planossolos e Plintossolos que, em geral, ocorrem associados. Verifica-se a ocorrência de solos arenosos nas proximidades do Pantanal da Nhecolândia, representado por Podzóis Hidromórficos e Areais Quartzosas Hidromórficas. Menos significativo é a ocorrência de Solonetz Solodizados e Vertissolos, além de solos Glei Pouco Húmico nas proximidades dos rios Aquidauana e Negro (PCBAP, 1997). Em algumas áreas, este Pantanal é barrento, com solos argilosos.

A vegetação predominante é a savana, os capões e os campos limpos, que são povoados por capim-mimoso (*Axonopus purpusii*) capim-mimosinho (*reinarochloa brasiliensis*) *Paspalum almun*, *Hermathria altissima*, *Panicum laxum* (PCBAP, 1997)

Segundo Machado (1997), no Pantanal há uma predominância nas áreas mais baixas e alagadas, de uma infinidade de plantas aquáticas, tais como os aguapés e a vitória Régia. Nas matas que bordeiam as margens dos rios, encontram-se numerosas espécies arbustivas e de trepadeiras que se entrelaçam nas árvores de médio e grande porte como o jenipapo e o tucum.

O Pantanal de Aquidauana está fortemente vinculado aos Pantanaís de Nhecolândia e Abobral. A região do rio Negro é considerada um prolongamento natural da Nhecolândia, sendo formado por salinas, baías, corixos e solos arenosos sobre o qual encontram-se as pastagens, formadas por capim-corona, *Andropogon selloanus*, canjiqueira e lixeira. A vegetação ao longo do rio Negro é semelhante à vegetação da Nhecolândia, com campos, savanas e capões, além do carandá.

Para Silva (2000 *apud* ARAÚJO, 2006), os Pantanaís de Aquidauana e Nhecolândia são os que apresentam maiores e melhores condições ambientais (classes de vegetação) para a bovinocultura de corte.

Segundo Araújo (2006), neste Pantanal vem ocorrendo um processo intenso de fragmentação das propriedades rurais, nos limites leste e oeste da unidade, portanto, as unidades de produção são consideradas pequenas se comparadas às demais sub-regiões do Pantanal. Este desmembramento é acompanhado por um processo de transformação de muitas propriedades em hotéis-fazendas, o que significa um intenso crescimento do turismo no espaço rural. O turismo está geralmente associado à atividade pecuária e serve como uma complementação de renda.

Um outro aspecto interessante neste Pantanal refere-se à diversificação da produção, com a difusão da produção do boi orgânico na região do Rio Negro e do vitelo pantaneiro. Embora as demais sub-regiões também estejam diversificando a produção pecuária, no Pantanal de Aquidauana esta diversificação é pioneira e intensa.

A organização espacial do Pantanal do Mato Grosso do Sul, baseia-se na atividade pecuária, de bovino de corte, criado de forma extensiva, sendo a principal atividade econômica da região. Neste sentido, o espaço foi produzido com base em

grandes propriedades rurais voltadas para a produção de bovinos de corte, reduzida população e poucos núcleos urbanos. Ao mesmo tempo, as distâncias enormes no interior da região e a dificuldade de integração e de desenvolvimento geraram o isolamento da região.

Segundo Araújo (2006), nesse espaço organizado em grandes propriedades rurais, a produção pecuária se desenvolveu, ao longo dos séculos, através de um sistema tradicional de produção, adequado às características naturais, com pouca interferência humana. Esse sistema tradicional contém e perpetua a experiência de sucessivas gerações de pantaneiros, moldando e refletindo as relações sócio-espaciais existente.

Para Nogueira (2002) o homem pantaneiro inclui o elemento nativo da região ou aquele que nele vive há mais de vinte anos, tanto na condição de vaqueiro, quanto na de proprietário rural.

Já Banducci Jr. (2000), defini a categoria “pantaneiro” de uma forma mais analítica, dentro de duas ordens. A primeira é que os vaqueiros, além de serem os primeiros homens brancos a se fixarem na região, tornaram-se a categoria social predominante no Pantanal. Em segundo lugar, e o que neste estudo esta sendo considerado, é que eles próprios se definem como pantaneiros. E o fazem não apenas numa alusão espacial, mas com base em uma história comum, em regras e redes de sociabilidade por eles tecida através dos anos, pela convivência com um ambiente diferenciado e pelas formas de expressão do imaginário, características de seu meio social e físico.

Araújo (2006), afirma que pelo fato do homem pantaneiro viver num ambiente onde as secas prolongadas e as grandes enchentes se alternam, nem sempre com a regularidade que se espera, ele aprendeu ao longo do tempo a fazer suas próprias previsões, alicerçadas na interpretação dos fenômenos naturais. Neste sentido, Araújo (2006) mostra que:

o pantaneiro é por experiência, um geógrafo, um biólogo, um veterinário, um botânico, um zoólogo, um astrônomo, um metereologista, acostumado à leitura da natureza, com o qual aprendeu a conviver. Através da observação do comportamento dos animais, da flora e das condições atmosféricas, sabe o que fazer em relação ao manejo do gado, ao plantio, a colheita. Aliás, o pantaneiro conhece como ninguém toda a lida rural desta região extremamente complexa.

Nogueira (2002) afirma que dentro do universo cultural do Pantanal Sul há uma interação fortíssima entre o homem e o seu mundo de terra, água e gado. Pode-se dizer que Pantanal e pantaneiro representam dois elementos distintos que se fundem numa mesma realidade antropogeográfica única. O espaço pantaneiro serve de referência ao grupo social que o constrói e, portanto, nele se imprime e se reflete. O homem, no espaço Pantanal, esteve intimamente por muito tempo atrelado a sua presença na atividade pecuária.

No que tange ao processo histórico de ocupação do Pantanal do Mato Grosso do Sul, está inteiramente atrelada a pecuária, principal atividade econômica da região:

O gado foi introduzido no sul do antigo estado de Mato Grosso no final do século XVI por colonos espanhóis e, no século XVII, por religiosos da Companhia de Jesus, que buscavam manter a conservação dos povoados que haviam se formado na região. Desde então, o gado passou a se dispersar alcançando terras alagadas do Pantanal Sul, onde pode se multiplicar livremente devido a presença de imensos campos de pastagem natural altamente nutritivos em função dos ciclos de enchentes (ESSELIN, 2003).

Araújo (2006) afirma que esta atividade contribuiu sobremaneira para o processo de ocupação de vastas áreas do interior do país, contribuindo para a colonização e expansão territorial das regiões brasileiras. Sua expansão se deu a partir de centros urbanos, com a ocupação de regiões próximas, acompanhando o trajeto dos mineradores e o desenvolvimento de novos povoados.

Segundo Araújo (2006), para criar boi no Pantanal, o homem desenvolveu um sistema tradicional de produção, com técnicas próprias de manejo adaptadas às condições ecológicas locais. A base desse sistema é a prática extensiva, com os animais criados soltos nos vastos campos de pastagens naturais, com pouca interferência humana. Em função das condições naturais impostas pelo ambiente, a maior parte do Pantanal tem aptidão para a fase de cria, e desta forma, os produtores rurais sempre se concentraram na produção e venda de bezerras. Este tradicional modelo de produção apresenta um baixo nível tecnológico e uma baixa produtividade, sendo pouco competitivo. A grande extensão das unidades de produção, apesar da baixa produtividade da terra, garante a manutenção de renda aos proprietários e às famílias dos empregados.

Segundo Michels *et al* (2001), a pecuária se transformou na principal atividade econômica de Mato Grosso do Sul, o que pode ser explicado por valores e tradições, e pelos baixos riscos climáticos da região. Esta atividade também foi a responsável por contribuir sobremaneira para a colonização do estado, juntamente com a exploração da erva-mate e a prática do garimpo.

Uma característica percebida, principalmente através das incursões à campo, é que em consequência do desenvolvimento da pecuária como principal atividade econômica do local, o espaço foi organizado em grandes propriedades rurais, pelo fato desta atividade ser do modo extensivo.

Sobre esta característica de pecuária no Pantanal do Mato Grosso do Sul Michels *et al* (2001), afirma que: *“desta forma é necessária uma grande extensão de terra para que o boi, na seca, possa ter acesso à água e que, na cheia, possa se refugiar”*.

Como já foi apresentado, a bovinocultura de corte, no Pantanal Sul, é a base da economia da região, Michels *et al* (2001) afirma que este tipo de pecuária, na região em destaque, manteve sua estrutura de produção com baixos índices de produtividade e de competitividade. Na década de 1970, em função da modernização da pecuária no estado, foram introduzidas algumas inovações, como a melhoria das pastagens e o controle de doenças, o que possibilitou o crescimento contínuo do rebanho bovino. Porém, esta evolução não acompanhou o crescimento da produção do estado, o que resultou na diminuição da participação do Pantanal no total da produção pecuária de Mato Grosso do Sul.

Para Michels *et al* (2001) *“no período compreendido entre as décadas de 60 e 79, tivemos o melhoramento genético do rebanho, a formação de pastagens artificiais e ainda a instalação de indústrias frigoríficas no estado”*.

O estado do Mato Grosso do Sul, é o segundo maior produtor de carne bovina do país. A produção volta-se, prioritariamente, para a pecuária bovina de corte. O efetivo total do rebanho bovino do estado é de 22 milhões de cabeças (IAGRO, 2004), o que representa 15% do rebanho brasileiro. Deste total, são abatidas cerca de 4.300.000 cabeças por ano, recriadas ou engordadas dentro e fora de Mato Grosso do Sul. Este abate significa uma produção de 860.000 toneladas de carne, com um valor de mercado de US\$ 1,4 bilhões (ZIMER *et. al.* 2000 *apud* ARAÚJO, 2006).

Segundo Programa de Desenvolvimento Regional (PDR), elaborado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, como atividade econômica que remonta ao início da ocupação da região, a pecuária constitui-se na mais importante atividade agropecuária. Em 2000, a região apresentou um grande rebanho bovino, com um total de 2,8 milhões de cabeças, que corresponde a 12,9% do total do estado. Os municípios que se destacam nesta atividade são Corumbá, que contribuiu com 52,2% (1,5 milhões de cabeças), seguido por Aquidauana, com 21,4% (615 mil cabeças). Corumbá e Aquidauana são favorecidos principalmente pela extensão territorial existente, representando 88,1% da área total da região.

Martins (2003) afirma que:

em 2001, o estado do Mato Grosso do Sul contava com o maior rebanho bovino do país, chegando em mais de 14% do total do efetivo bovino. Considerando que o Brasil apresenta o segundo maior efetivo do mundo, dá uma importância considerável ao fato.

Sobre a pecuária bovina de corte, percebe-se que sozinha não consegue dinamizar a economia local. Martins (2003) apresenta vários estudos onde demonstra que regiões em que há diversificação das atividades o desenvolvimento é mais rápido e equânime, enquanto outras, em que se tem a monocultura, apresentam dificuldades em termos de desenvolvimento.

Dentro desta realidade, de diminuição da participação da pecuária dentro de um cenário regional, Martins (2003) mostra-nos que a pecuária sozinha não é capaz de auto-sustentar-se, precisando de uma segunda economia como forma de complementação de renda para a localidade. Reforça afirmando que a esta atividade econômica, apesar de gerar emprego e renda, é realizada de forma solitária não dinamizando a economia da região, havendo necessidade de ações que levem a uma maior diversificação das atividades.

Mesmo frente aos dados mostrados acima, em que a atividade pecuária desempenhava tamanha importância, esta passa por um período de crise econômica durante as décadas de 1980 – 1990, que Araújo (2006) aponta como sendo devido à queda de preços do boi gordo aliado à elevação dos custos de alguns insumos, implicando em uma redução na capacidade de investimentos e custeio dos produtores e, em consequência, ocorreu uma forte descapitalização do setor.

Araújo (2006), apresenta-nos uma realidade cronológica do Pantanal, pois para a autora, no início da década de 1990, o Pantanal Sul apresentava o seguinte quadro:

pecuária extensiva realizada em extensas áreas, com pouca interferência humana, baixa capacidade de suporte comportando em cada 3,3 ha, apenas uma cabeça e baixos índices zootécnicos. As grandes propriedades rurais sempre garantiram renda aos produtores, apesar da baixa produtividade. Em paralelo, as distâncias enormes dificultaram a integração e o desenvolvimento. Característica que reflete um caráter mais estático do que dinâmico à região.

A mesma autora, afirma que a partir dos anos de 1990, sobretudo na segunda metade desta década, temos:

início de um processo de reestruturação produtiva e espacial no Pantanal Sul. As mudanças constituem um processo lento de ajuste ao novo momento do modo de produção capitalista, portanto, vinculam-se ao processo de globalização da economia mundial.

No mesmo período da crise que assolou a pecuária pantaneira, foi registrado três das quatro maiores cheias da região: a cheia de 1982, de 1988 e de 1995. Essas inundações foram caracterizadas, segundo Araújo (2006) como sendo agravantes sociais, econômicos e ambientais no Pantanal Sul. Em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, a pecuária do Mato Grosso do Sul passa por mais uma grande crise: a aftosa. Neste período, foram registrados focos deste mal no sul do estado do Mato Grosso do Sul, nos municípios de El Dorado, Japorã e Mundo Novo. Em função da ocorrência do problema nesta área, a União Européia, importadora de 37% da carne brasileira, suspendeu por 6 meses as importações de carne bovina dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Após este prazo, os bovinos são novamente exportados para a região.

Frente a estas crises da pecuária, surge no Pantanal uma nova atividade econômica – o Turismo. Muitos empreendimentos turísticos no espaço rural buscaram esta atividade como uma forma para o incremento econômico. Como exemplo, temos a Fazenda San Francisco, no município de Miranda/MS. Segundo Miglioli (2003) a atividade turística é responsável por 10% do faturamento neste empreendimento, enquanto a pecuária contribui com 30% e a agricultura com 60%.

Ainda segundo a autora, que a lucratividade do Turismo alcança 30%, a da Agricultura 15% e a da Pecuária 10%.

Percebe-se nesta propriedade, que mesmo sendo responsável por uma fatia pequena no montante final, o turismo exerce um papel de maior lucro se considerarmos o custo de outras atividades econômicas, bem como, não podemos desconsiderar que o turismo mesmo sendo sazonal (com uma alta e baixa temporada) exerce um papel importante para a economia do local, sendo que em outras atividades econômicas exercidas no mesmo espaço, o fator faturamento se dá em momentos distintos, ou seja, na venda dos produtos da agricultura e da pecuária; arroz e bois, respectivamente no caso da Fazenda San Francisco, em Miranda/MS.

Desta forma a análise histórica da atividade turística na área de estudo, Pantanal Sul Mato-Grossense, vem nos mostrar que esta surge como uma alternativa a um sistema que sofria estrangulamentos por diferentes motivos, no caso a pecuária, como já foi apresentado anteriormente.

Banducci (2001) afirma que a atividade turística que mobiliza maior número de visitantes e que mais gera divisas para os municípios da região é a pesca esportiva, crescendo ininterruptamente desde o final da década de 1970. A infraestrutura destinada a atender especificamente ao turismo pesqueiro começa a ser instalada no Pantanal de Mato Grosso do Sul, no ano de 1972.

Desde o surgimento do turismo no Pantanal do Mato Grosso do Sul, no início da década de 1970, houveram muitas mudanças, dentre as quais, podemos citar a mudança do segmento turístico explorado na região, pesca, passando a ser o Turismo Rural e o Ecoturismo, principalmente.

Muitos empreendimentos turísticos do Pantanal, principalmente os que são banhados por algum rio da Bacia Pantaneira, tiveram como atividade turística precursora, a atividade pesqueira, o que aconteceu com a área objeto de estudo, que é banhada por um dos rios mais piscosos da bacia pantaneira – o Rio Aquidauana.

Banducci (2001), quando afirma que muitos dos imóveis foram construídos muito próximo das águas, provocando desmatamentos e contribuindo para intensificar o processo erosivo das margens desprovidas de vegetação, é para mostrar que a atividade turística de pesca no Pantanal, em especial do Mato Grosso

do Sul, se deu na sua grande maioria sem uma gestão que considerasse algumas noções práticas de planejamento.

Assim, muitas dessas áreas de pesca, não possuem nenhum registro em um órgão oficial, como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), Fundação de Turismo (FUNDTUR) e Prefeitura Municipal, para a abertura de um empreendimento.

Banducci (2001) mostra que mesmo com precárias estruturas instaladas, oferecendo grandes riscos, este segmento do turismo acabou por se consolidar na região, com isso, infra-estruturas de apoio foram sendo instaladas, bem como alguns hotéis, fazendo com que transformasse na maior atividade de lazer de toda a planície pantaneira.

Garms (1993) observou em sua pesquisa que, em 1986, com o Plano Cruzado, houve uma retomada e incremento do turismo interno, da ordem de 25%, o que propiciou a invasão de turistas no Pantanal. Embora tenha havido incremento da expansão da infra-estrutura turística, esta ficou, na região, aquém da demanda, surgindo um surto de improvisações.

De acordo com o SCPesca/MS *apud* Banducci (2001):

os dados da atividade pesqueira no Pantanal, no período de 1979 a 1983 foi responsável por receber algo em torno de 17 e 20 mil turistas/ano, e entre os meses de maio de 1994 e abril de 1995 este número mais que dobrou, verificando-se a presença de 46.161 pescadores esportivos distribuídos pelos rios da região.

Araújo (2006) mostra-nos que ao turismo de pesca associa-se uma série de aspectos negativos, como a destruição da infra-estrutura dos hotéis e barco-hotéis e o aumento da prostituição principalmente de crianças e adolescentes nos municípios pantaneiros de maior difusão da atividade.

Em consequência da queda do turismo de pesca, ocorreu uma transformação de muitos campings e pesqueiros em pousadas direcionadas para o ecoturismo

Para Moretti (2003) o turismo de pesca que era desenvolvido no Pantanal, não existia entre os turistas praticantes de tal atividade uma relação com empresas turística, ou seja, o pescador, não fazia uso das agências e operadoras de viagens, pois a grande maioria destas viagens eram organizadas pelos participantes do grupo de pescaria.

Sobre a tentativa de racionalização do Pantanal como via turística, após o declínio do turismo pesqueiro, está atrelado a alguns fatores específicos, já sinalizado por Moretti (2003):

- a crise na pecuária extensiva praticada na região pantaneira, que propiciou a procura de novas atividades econômicas, tanto pela iniciativa privada, quanto pelo poder público;
- construção e melhoria dos meios de transporte, com destaque para a instalação do Aeroporto Internacional em Corumbá com vôos diários para Campo Grande e São Paulo, e a construção e pavimentação da rodovia BR-262, que faz ligação entre as cidades de Corumbá e Campo Grande, atravessando o Pantanal de leste a oeste em toda a sua extensão;
- implantação pelo Estado de programas e projetos nacionais e regionais de incentivo ao turismo;
- destaque dado pela mídia, através: da televisão (novela, programas especiais sobre a preservação da natureza no Pantanal, e programas específicos sobre pesca), da imprensa escrita, com seções especiais sobre turismo e pesca, e matérias especiais sobre a presença natural no Pantanal;
- atuação no Pantanal de agências de turismo conectadas mundialmente através de rede;
- construção de hotéis com melhor qualidade de atendimento, isto desde as instalações até a especialização da mão-de-obra, urbanizando o local de hospedagem no interior do Pantanal.

Atrelado a tudo isso, não se pode deixar de relatar, a mudança de estilo de vida do brasileiro, fruto do marketing e das ações provenientes do evento Rio 92, ou ECO 92, onde a partir de então ouviu falar-se muito mais de temas como a educação ambiental e afins, fruto de textos e documentos oficiais como Nosso Futuro Comum e Agenda 21, sendo de responsabilidade da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), respectivamente, onde ambos apresentam algumas visões para reflexões sobre o “desenvolvimento sustentável”.

Neste contexto que surgem outros segmentos do Turismo no Pantanal do Mato Grosso do Sul, ou seja, inspirado nas ações ambientais que se apresentavam

desde aquele momento histórico. Porém, não podemos deixar de citar, que realmente a inserção do turismo no espaço rural do Pantanal, está atrelada na busca de novas fontes de renda para o fazendeiro local, ou seja, uma forma de complementação de renda.



2. “SE UTOPIA, UMA BOA UTOPIA”: TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor, que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar.

Santos (1994)

Foto: Levantamento de Campo, 2007.

O turismo vem sendo abordado por muitos autores como a alternativa para os problemas de muitas regiões dos estados do Brasil, bem como um veiculador de atitudes, padrões comportamentais e desenvolvimento.

Vale ressaltar que será entendido como Turismo a definição do Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR (1994), onde o turismo é compreendido como uma atividade gerada a partir dos *“deslocamentos voluntários e temporários de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, que não o de exercer alguma atividade remunerada no local visitado”*.

Porém, deve-se fazer uma crítica a esta definição, pois percebe-se que a EMBRATUR não considerou o segmento turístico de negócios, pois afirma que a atividade turística não possui finalidade alguma com remuneração no local visitado.

Para Rodrigues (1996):

o turismo, no mundo globalizado, apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território – nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas regiões submarinas – na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas; savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e ares.

O termo “desenvolvimento” é estudado em diferentes formas nos estudos do turismo, seria grande equívoco tentar definir uma conceituação puramente instrumental, que pouco acrescentaria a essa discussão. Porém, torna-se importante discutir esse conceito para o entendimento coerente da problemática que envolve os termos acima citados (turismo e desenvolvimento), que para balizar o estudo serão apontadas algumas argumentações que nortearão uma futura análise, como fez Portuguez (2002), em seu trabalho “Agroturismo e desenvolvimento regional”, onde buscou um princípio norteador de modo que a reflexão à cerca do tema desenvolvimento e turismo, esteja sempre aberta a novas contribuições.

Cruz (2001) afirma que

o turismo representa a mais importante alternativa de desenvolvimento econômico para a região, tanto por seu potencial natural, como pelo relativamente baixo custo das inversões (se comparado à indústria, por exemplo).

Sobre o “desenvolvimento da atividade turística”, Ouriques (2005) faz uma crítica sobre o estudo desta atividade sob a ótica desenvolvimentista. Para este autor, *“os meios políticos e empresariais capturam e vendem o discurso de que o desenvolvimento do turismo é a grande alternativa para o futuro de muitas localidades brasileiras”*.

Outro autor que compartilha com Ouriques (2005) é Castro (1998 *apud* CRUZ, 2001), onde “a sedução matemática” dos números do turismo tem levado a elucubrações estatísticas – reveladoras de certo grau de emocionalismo de alguns pesquisadores – que sombreiam, empobrecem, mascaram fatos que, supostamente, deveriam contribuir para revelar.

Ainda nesta ótica da “sedução matemática”, Cruz (2001) mostra que os “números do turismo” indicam que a atividade suplantou a indústria bélica, nos últimos anos do século XX, em volume de capital transacionado, e que está muito próxima de atingir valores iguais ou superiores àqueles gerados pela indústria petrolífera, primeira no ranking mundial. Estatísticas oficiais mostram, ainda, que a atividade turística apresenta números expressivos, também, no que se refere a deslocamentos de fluxos, à mão-de-obra empregada, à geração de renda etc.

No que tange às políticas públicas governamentais, o Brasil, segundo Becker (1994 *apud* PORTUGUEZ, 2002), começou a preocupar-se com o turismo na década de 50, período em que profundas transformações se processaram em todo o Brasil.

Para Becker (1996), a Política Nacional de Turismo existe, orientada para o turismo como vetor de desenvolvimento, tendo sido as primeiras regulações feitas em 1958, ligadas à energia e ao transporte, no período de Juscelino Kubitscheck.

Sobre política de turismo, é apresentado por Beni (2002) como o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva e assistencial do Estado; e facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e atividades mais suscetíveis de receberem apoio estatal.

Percebe-se então a importância das políticas públicas no desenvolvimento da atividade turística. Não se pode deixar de citar também que a atividade turística é multidisciplinar, sendo assim, deve estar interligada a outras políticas públicas (como as da área de transporte, meio ambiente, cultura etc.), para o seu real

desenvolvimento, bem como preocupar-se com questões macros, como o desenvolvimento turístico em diferentes escala (do local, ao global).

Alvarez (1974 *apud* Camargo, 2005), diz que a intervenção do poder público no turismo se dá primeiramente como forma de regulação, com proibições, em seguida por meio do fomento e promoção, e por fim através do intervencionismo propriamente dito, por meio da criação de órgãos.

Em relação a atividade turística, o poder público, em todos os níveis de administração, atua na promoção de infra-estrutura, na preservação de ambientes, na regulação do uso dos recursos disponíveis, na mediação de interesses entre os diferentes agentes econômicos e entre a população, e na promoção de destinos

O governo central deve preocupar-se com a política macroeconômica e especificar o peso ou a relevância da atividade turística na economia nacional, estabelecendo os objetivos a serem alcançados e as estratégias utilizadas para alcançar estes objetivos. Cabe também ao governo federal promoção do país no exterior. Ao governo estadual, por sua vez, cabe adaptar a política central a uma realidade mais concreta (...), como também promover o destino no âmbito nacional e internacional. O governo local deve assumir uma das funções mais importantes que é a de gerir o território onde se efetiva a atividade turística (...). Cabe ao poder municipal definir o uso e ocupação do solo, autorizar a instalação de atividades, promover a infra-estrutura básica, incentivar as manifestações *culturais*, dentre outros (FONSECA, 2004, *apud* ARAÚJO, 2002).

Na formulação da Constituição Federal de 1988, pode-se citar o artigo nº 180, que diz que: “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico*”, com isso acaba mostrando o quanto o turismo ganhou respeito nas várias instâncias da gestão territorial, bem como o comprometimento do governo federal com este setor.

Alguns dados da Embratur (1996) mostram a movimentação do turismo no ano de 1994:

- Movimentou cerca de US\$ 40,4 bilhões – aproximadamente 8% do PIB – possibilitando arrecadação em impostos diretos e indiretos em torno de US\$ 10,4 bilhões.
- Empregou um em onze brasileiros economicamente ativos, ou seja, dez milhões de trabalhadores, e 1,8 milhões desses empregos foram temporários, tendo produzido renda em salários de US\$ 16 bilhões.

- Representou cerca de 3,3% de todos os investimentos governamentais, além de exigir uma injeção de capital na ordem de US\$ 7,3 bilhões.
- Correspondeu a 6% do volume total dos gastos dos consumidores, ou seja, US\$ 20,9 bilhões. É válido lembrar que a cada US\$ 15 mil gastos com turismo, um novo emprego é criado, o que permite estimar cerca de cem mil novos postos de trabalho por ano.

A idéia da associação do turismo com o de desenvolvimento é para Ouriques (2005) uma falsa contradição, pois:

acaba utilizando o rótulo do turismo como um grande promotor de emprego para as populações locais, incremento para as receitas municipais, ou seja, acabando a atribuir ao turismo a idéia de uma atividade que traz o desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Ouriques (2005), também faz uma crítica da produção científica em sua obra “A Produção do Turismo – Fetichismo e Dependência”. Este autor faz uma leitura da ampla bibliografia nacional e internacional sobre o tema “turismo”, e classifica estes escritos em quatro correntes de pensamento: liberal, do planejamento estatal, pós-moderna e a crítica. O que mais chama-nos a atenção é quando o autor apresenta uma crítica a cerca do desenvolvimento e ao turismo.

A corrente liberal, para Ouriques (2005), analisa o turismo a partir dos princípios da oferta e demanda, do multiplicador da atividade turística, das estimativas de gasto individual do turista, das receitas e das despesas geradas em núcleos receptores etc.

A corrente do planejamento estatal está pautada no desenvolvimento do turismo planejado e controlado pelo Estado, pois só assim será possível promover a melhoria das possibilidades do bem-viver para os núcleos receptores (PORTUGUEZ, 1999)

A corrente pós-moderna defende a sustentabilidade, vê a paisagem como recurso turístico; ao mesmo tempo em que se preocupa com as “comunidades receptoras”.

A corrente crítica do turismo discute as transformações que ocorrem na (re) produção da vida das comunidades receptoras e as condições de trabalho nas atividades turísticas.

O que mais nos chama a atenção, é que a corrente crítica pauta-se pelo pressuposto de questionar o caráter intrinsecamente benéfico do desenvolvimento do turismo.

Na ótica de Ouriques (2005), a produção bibliográfica da corrente crítica acaba se diferenciando das três anteriores, por não representar uma tentativa de justificativa do “desenvolvimento pelo turismo”. Os autores componentes desta corrente buscam compreender o fenômeno turístico em sua complexidade, estabelecendo as relações entre lugar, espaço, trabalho, natureza e capital do ponto de vista anti-sistêmico, e seus escritos mostram um comprometimento com os problemas das populações trabalhadoras.

Uma autora que pertence a esta corrente de interpretação, segundo Ouriques (2005) é Rodrigues (2001) que trabalha com a idéia de que a atividade turística torna-se o novo mito do desenvolvimento em que o que conta é apenas o que pode ser contado (contabilizado).

A crítica, que é feita por Rodrigues (2001), é que a atividade turística insere-se no ideário do desenvolvimento no qual o que conta é apenas o sucesso, não inserindo aí os impactos negativos.

Percebe-se que quando se traz à tona o termo desenvolvimento, muitos são os conceitos inerentes a essa palavra, principalmente quando tange à atividade turística.

Portuguez (2002) mostrou-se preocupado em discutir tal problema, pois para este autor, o interesse em mostrar o quanto a idéia de desenvolvimento por meio do turismo e de seus agentes multiplicadores vem sendo difundida de forma inadequada.

Para este autor, as localidades receptoras do turismo, devem realmente mobilizar-se tendo em vista ordenar seus processos particulares de conquista da felicidade coletiva, com base não apenas na agregação de renda, mas, sobretudo da viabilização de estratégias de promoção da qualidade de vida em âmbito local.

Portuguez (2002) mostra ainda, que muito se tem visto a idéia de desenvolvimento em função do capital, atrelado aos modelos tradicionais de acumulação, que não se incomodam com os custos sociais, nem tampouco ambientais, advindos dos empreendimentos do setor.

O desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação qualiquantitativa dos recursos de produção, como observa-se na crítica

de Souza (2000) “(...) é basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do Produto Nacional Bruto [PNB] ou do Produto Interno Bruto [PIB]) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente”.

A crítica que é feita sobre esta idéia de desenvolvimento, é que não basta um grande aumento do PIB ou do PNB, ou seja, aos ditames político-econômicos, mas bem como ao caráter social do desenvolvimento.

A proposta de uma definição atrelada aos aspectos sociais foi concebida por Rodrigues (1997) que afirmou que o vocábulo desenvolvimento não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular a distribuição da riqueza, e lembra ainda que a economia não é tudo sem eficácia social, pois o crescimento do PIB não pode ser tomado como referencial único para definir o “desenvolvimento”.

Cavalcanti (2001), também trabalha com a distinção entre desenvolvimento e crescimento, pois para este autor, existe uma tendência, quando se fala sobre progresso, a igualar estes dois termos. Isso é o que se quer dizer quando propostas de desenvolvimento são discutidas nos países menos desenvolvidos ou quando se alude, como no Brasil, à necessidade da “retomada do desenvolvimento”.

Foi Singer (1982 *apud* ÁVILA *et al* 2000) que esclarece a expressão “(...) *desenvolvimento sem crescimento (...)*” - embora o contexto em que ela se situa, não se restrinja única e exclusivamente a desenvolvimento econômico:

o primeiro corolário da distinção entre desenvolvimento e crescimento é que o crescimento é visto como um processo expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevaletes nos países subdesenvolvidos (...). O desenvolvimento é o processo de passagem de um sistema a outro.

Souza (2000) “*designa desenvolvimento como um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima*”.

Como desenvolvimento, Pereira (1985 *apud* ALMEIDA, 2002) entende como um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se um processo social

global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações.

Pereira (1985) ainda vai mais longe, afirmando que não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática (...) O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global.

No turismo não seria diferente, pois todos os aspectos devem ser considerados para que possamos fazer uma análise à cerca do termo “desenvolvimento turístico”. Não podemos considerar um espaço turístico como desenvolvido se apenas uma parcela da localidade está se beneficiando.

Outro conceito de desenvolvimento é feito por Banducci Jr. e Moretti (2001)

onde o turismo só passará a ser considerado motor de desenvolvimento quando houverem ações estatais para a construção de infra-estrutura: aeroportos, rodoviárias, avenidas, estradas, edifícios etc. Para que os lugares que servirão ao turismo sejam implantados num dado local – escolhido – é necessário que a indústria produza os chamados insumos: aviões, ônibus, trens, materiais de construção, indústria de construção, indústria de produção de refrigeradores, ar-condicionado etc.

Esta definição está relacionada somente à infra-estrutura e aos insumos turísticos, porém devemos encarar que a infra-estrutura que um município, região, estado, ou até mesmo país recebe, muitas vezes não são restritos somente ao uso da atividade turística. Por exemplo, para que o turismo se instale numa localidade, faz-se necessário redes de comunicação, redes de saneamento básico, entre outros, entretanto estas infra-estruturas não são reservadas somente para o cliente do turismo – o turista, ficando também para o uso dos autóctones/comunidade local.

Outro ponto a ser destacado em relação a definição de Banducci Jr. e Moretti (2001), é que também, de forma indireta outras áreas são influenciadas com o avanço do turismo, como por exemplo o setor de construção civil, setor de alimentação e bebidas (restauração) entre outros.

O que vale ressaltar é a busca de melhoria na qualidade de vida, pois todo indivíduo deseja ser feliz, viver uma longa vida, alcançar a plena realização de si próprio, desta forma o desenvolvimento pode levar a tais objetivos, sendo que este termo não esteve presente na definição de Banducci Jr. e Moretti (2001).

Ainda no contexto da “qualidade de vida”, Cavalcanti (2001) afirma, “que não é necessário se aumentar a posse de bens para que uma pessoa se sinta mais feliz. Sem embargo, a possibilidade de se ter mais e mais de cada coisa converteu-se no fim supremo do progresso.”

Sobre a qualidade de vida, vale notar que a área de estudo, Bacia do Alto Paraguai, mais especificamente o estado do Mato Grosso do Sul, ocupa o 8º lugar no ranking Brasil no que se refere ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), tendo também uma expectativa de vida para os homens de 62/66 anos, e para as mulheres, 72/76 anos, segundo o relatório final do Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai.

O que deve ser percebido nestes índices de IDH, modelo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com base em indicadores de renda, educação e expectativa de vida, é no que tange principalmente nas condições de vida desta população, ou seja, em quais situações, ou de que forma estão vivendo estas populações?

O tema qualidade de vida está presente em muitos conceitos, como o de Rodrigues (2000) e Cavalcanti (2001), desta forma não podemos excluir a idéia do foco humano no tema desenvolvimento.

Martins (2002), aponta que a atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário.

Max-Neef *et al* (1994 *apud* RODRIGUES, 2000) apresenta também a idéia de desenvolvimento em escala humana, propõem que as necessidades humanas sejam atendidas desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que “*a realização das necessidades não seja só a meta, mas sim o próprio motor do desenvolvimento*”.

É notório nestas definições,

a presença da prática humana como protagonista da ação – desenvolvimento. Não se tratando somente como um mero suporte de ações humanas, mas de um agente que de acordo com suas potencialidades e limitações, pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento (GONZALEZ, 1998, *apud* MARTINS, 2002).

O cenário da ação humana – em que o desenvolvimento se configura na escala espacial, ou base territorial, é o cenário de representações e de práticas

humanas, nas quais se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento.

Nos estudos de Coriolano e Silva (2005) podemos perceber que as atividades humanas têm como pressuposto fundamental a comunidade, e o território, lugares de pequena dimensão que oferecem condições para a solidariedade orgânica, porque seu principal objetivo é atingir setores marginalizados, de situar o homem como principal beneficiário do processo e respeitar seus direitos.

Sobre a associação do tema turismo e desenvolvimento, a qualidade de vida dos atores locais é apresentado por Souza (2000), que trabalha a contribuição do turismo para o desenvolvimento da localidade.

A busca por uma definição meramente quantitativa, respaldada apenas em indicadores pré-estabelecidos (como por exemplo, renda, grau de instrução, condições de moradia, etc.) mostra-se insuficiente, pois cada indivíduo possui uma visão em relação com o termo qualidade, principalmente quando se refere aos residentes no espaço rural, no caso em especial ao objeto de estudo.

Deste modo, do ponto de vista histórico Gómez-Vela e Sabeih (2003) esclarece que *é muito antigo o interesse por qualidade de vida, mas que o surgimento do conceito como tal e a preocupação pela avaliação sistemática e científica do mesmo é relativamente recente.*

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002 *apud* SILVA *et al*, 2005) *“qualidade de vida é ”a percepção pessoal de um indivíduo acerca de sua situação de vida, dentro do contexto cultural e de valores em que vive e em relação com seus objetivos, expectativas, valores e interesses”*. A expressão passou a definir-se como conceito integrador que compreende todas as áreas da vida (caráter multidimensional) e faz referência tanto a condições objetivas como a componentes subjetivos.

A associação do termo qualidade de vida atrelada ao desenvolvimento do turismo é discutido por muitos autores com o título de desenvolvimento local ou com base local, em que tomar-se-á como referencial teórico para este estudo.

Sobre desenvolvimento local, Cavaco (2001) empregou a expressão como um:

processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção do bem-estar coletivo,

implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala [...] este tipo desenvolvimento, assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencial ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias e de assegurar melhores condições de vida.

Já Para Buarque (2000):

desenvolvimento local, apresenta como sendo um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

O processo de endogeneização exposto por Buarque, trata-se de um processo de interiorização, ou seja, um desenvolvimento no âmbito/seio da própria comunidade.

Segundo Nóvoa (1992 *apud* ÁVILA, 2000), o desenvolvimento endógeno não significa, todavia, que as comunidades locais se isolem em relação aos processos exteriores ou de âmbito nacional; pelo contrário, as interações com o meio envolvente tenderão a reforçar-se, no quadro de uma internalização (ou de uma localização) desses processos.

Para Rozas (1998 *apud* ÁVILA, 2000):

desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planeamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades.

A discussão sobre o tema “local”, faz-se necessário quando se quer entender o desenvolvimento, pois espacializar tal tema, seria uma das formas de se entender todo o processo.

Sobre “local”, Martins (2002) refere-se à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; o “espaço da convivência humana”, na qual se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento.

Uma problemática no entendimento do termo desenvolvimento local, está no termo local. Para Martins (2002):

O entendimento da escala local, é dada como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais.

O problema da escala, já foi apresentado por Castro (2000), em que, embora ainda pouco discutido, começa ir além de uma medida de proporção de representação gráfica do território, ganhando novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real.

O local, para Benevides (1998), deve ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial – *small is beautiful* – mas é representado como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, como um espaço que, por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas e enseja a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre sociedade e natureza.

O adjetivo local no contexto da expressão desenvolvimento local assume conotações muito mais diversificadas e abrangentes, como por exemplo; para Lazarte (2000 *apud* ÁVILA, 1999):

(...) la revisión propuesta, nos lleva a reivindicar el ámbito de lo local, como un espacio más concreto de participación social en el proceso, como una unidade de análisis, planificación y acción, capaz de relevar y activar un conjunto de potencialidades no apreciadas por el planificador tradicional y de atender un igual número de demandas insatisfechas através de mecanismos apropiados al contexto y escala de las mismas, aportando de esta manera dentro de un esfuerzo sinérgico de la región y el país.

Martins (2002) entende por espaço local, o “*definido por um conteúdo ecologicamente dinâmico e historicamente elaborado e experimentado pelas pessoas que nele mora*”.

Porém para o turismo, o termo local esta mais ligado com a concepção de desenvolvimento que valoriza o local como referência

territorial e que ganha força, na Europa, a partir dos anos 80, quer aproximar-se das pessoas, apoiar-se na solidariedade comunitária, instrumentalizar a comunidade, envolvendo-a efetivamente na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento endógeno (GOBIERNO VASCO, 1994 *apud* MARTINS, 2002).

Uma reflexão que pode ser feita é referente a forma como o turismo se desenvolve principalmente na bacia do alto Paraguai em Mato Grosso do Sul, focando apenas as características naturais do local, como fauna e flora, não utilizando como atrativo o potencial humano ali existente - a cultura da comunidade não é explorada como recurso local, deixando desta forma, de ser valorizada. Este fato acaba por desmotivar a população a trabalhar com o turismo, já que é uma atividade que não valoriza seu trabalho nem aproveita suas capacidades, e conseqüentemente não proporciona o aumento de sua auto-estima.

Interessante notar que existem outras possibilidades a serem valorizadas no turismo, conforme preconiza o estudo de Coriolano e Silva (2005), bem como outros autores, como é o caso de Portuguez *et al* (2006), que apontam para o aproveitamento das externalidades, priorizando a infra-estrutura macia – o chamado capital social – trabalhando o conhecimento tácito – a cultura, o sentimento de pertença, a intuição, os valores locais, a emoção, dentre outros mais voltados ao homem. Esta idéia nos remete não apenas à economia, mas a toda uma filosofia voltada às pessoas e aos lugares.

No que se refere a população/morador do local, ou “ator local”, como tem-se denominado principalmente no turismo, sendo sinônimos de autóctone, empresário do turismo, funcionários, ou seja todo aquele que faz parte do “fazer turístico”, este deve ser considerado como sendo o sujeito da ação do turismo, responsável e protagonista de tal atividade. Pois percebemos que este “ator”, por muito tempo vem sendo tratado como objeto do turismo, ou seja, uma peça fácil de ser manipulada ou um simples figurante do sistema.

Ávila (2000) mostra-nos, que parece mais lógico o emprego do termo “agente” ao invés de “ator”, na língua corrente no Brasil, para designar pessoa que exerça ou pretenda exercer função estratégica de implementação do desenvolvimento local, não importando que seja de fora ou de dentro da comunidade localizada a que se destinem os seus préstimos.

Para Ávila (2000) ainda, o uso do termo “agente de desenvolvimento local” tem a finalidade, a função e o compromisso exclusivos de agenciador/intermediador (do verbo agenciar) na direção comunidade → desenvolvimento (e não na inversa:

desenvolvimento → comunidade), ou seja, trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento para a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas na comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, de condições e de política de progresso coletivo.

Segundo Ávila (2000):

Há uma distinção entre o 'desenvolvimento 'no local' e o 'desenvolvimento local', sendo que no primeiro, os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando; já no segundo, a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os agentes externos são os que se envolvem participando.

Outro item a ser destacado no tema “desenvolvimento local” é pensar que não basta somente oferecer bem estar, qualidade de vida entre outros benefícios para a comunidade, se não oferecer a ela a capacidade de participação do processo – no caso específico: o turismo. A participação na escala local proporcionará a efetivação, a continuidade e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Sobre participação, Martins (2002) trabalha com a idéia de que é

além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia.

Martin (1997 *apud* MARIANI, 2005), chama a atenção para alguns pontos desse desenvolvimento macro, são eles: a dimensão local que constitui o nível geográfico idôneo, tempo para a execução de ações, a abertura do lugar ao mundo e a modernidade, os valores locais, como o patrimônio, a história e a cultura, os produtos locais (naturais e econômicos) devem ser divulgados, o município como referência de unidade de análise, os autóctones como protagonistas das dinâmicas sociais abertos aos pactos e as parcerias que levem ao desenvolvimento.

No que diz respeito ao desenvolvimento específico da atividade turística, os governos nas esferas federal, estadual e municipal vêm desenvolvendo estratégias de planejamento para dinamizar essa atividade, como forma de viabilizar o

desenvolvimento econômico e social do país. Entre essas estratégias destaca-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

O PNMT surge conforme Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e regulamentado pela Portaria nº 130, de 30 de março de 1994, baixada pelo ministro da Indústria, Comércio e Turismo, o objetivo principal do programa seria, de acordo com as suas diretrizes, que de acordo com a (EMBRATUR, 2001), visava

fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, descentralizando as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão de um plano de desenvolvimento sustentável do turismo.

De acordo com Mariani (2000), os objetivos específicos do PNMT foram os seguintes:

- Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida da população e de preservação de seu patrimônio natural e cultural.
- Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.
- Disponibilizar aos municípios brasileiros com potencial turístico, as condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento das atividades turísticas.
- Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções, junto à comunidade, em benefício da atividade turística.
- Elevar os níveis de qualidade, de eficiência e de eficácia da prestação dos serviços voltados para as atividades turísticas.

Cruz (1997) e Mariani (2000) afirmam que o quadro evidencia a existência de barreiras concretas à efetivação de um plano de municipalização do turismo na

região: municípios política e economicamente enfraquecidos, subordinados a um poder público estadual altamente centralizador.

No entanto, a política de municipalização do turismo poderia vir a se constituir em fator de fortalecimento dos municípios turísticos do estado. Seus resultados não devem, porém, ser alcançados em curto prazo. As mudanças estruturais necessárias à sua efetivação são complexas e dependem de alterações profundas, que envolvem a própria formação sócio-cultural-econômica do Estado de Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste.

Percebe-se que a proposta do PNMT veio ao encontro da temática da nova ruralidade, quando incorpora as populações rurais e pesqueiras nesse novo cenário, que se desenha para o meio rural, como exemplo, através da criação de conselhos, pois pressupõe a participação das populações locais como sujeitos do desenvolvimento local, como preconiza tal processo, ou seja reforçando os aspectos endógenos em detrimento dos exógenos, bem como , fazendo emergir com força a preocupação com o ambiental e o local, não somente em caráter geográfico como sociais.

O que vale notar, principalmente depois da discussão à cerca do local, é afirmar que o município objeto principal do PNMT, é a instância mais adequada para a gestão do turismo. A possibilidade do estudo do desenvolvimento do turismo na escala local também se dará na esfera espaço rural.

A discussão que deve ser feita é no que tange ao desenvolvimento do turismo com base local nos diferentes espaços rural e urbano. Para este trabalho faz-se necessário somente pensar no estudo do turismo no espaço rural, em que será adotado como sendo o preconizado por Bovo (2006) em seu estudo "*O ecoturismo não deve ser pensado como turismo rural, mas sim como opção inteligente de turismo no meio rural*".

O termo desenvolvimento local e turismo no espaço rural é objeto de estudo para Cavaco (1996). Esta autora aborda as estratégias de desenvolvimento local como o alargar do conceito de desenvolvimento rural, tomando-se freqüentes as referências ao desenvolvimento endógeno (mobilização dos próprios recursos), ascendente (protagonismo dos agentes locais), autocentrado (centrado nas necessidades próprias das comunidades), sustentável, ecodesenvolvimento, cujo sentido está parcialmente incluído no de desenvolvimento local.

Cruz (2003), afirma que *“o turismo em espaço rural nada mais é que a apropriação, pelo turismo de mais uma dimensão do espaço geográfico”*.

Bovo (2006), é mais analítico, em afirmar que:

O espaço rural é essencialmente o conjunto dinâmico de três elementos – o modo de vida, a identidade local e a natureza – e pode ser caracterizado por um espaço onde exista uma presença significativa da natureza e a atividade produtiva esteja vinculada diretamente, indiretamente ou em equilíbrio com o meio natural, tendo predomínio da atividade produtiva primária, mas sendo possível a existência de atividades secundárias.

Através desta definição podemos entender como se dá o turismo no espaço rural, principalmente após o autor ter aberto a possibilidade durante a sua apresentação – existência de “atividades secundárias” em que o turismo encaixa-se perfeitamente.

Sobre essa possibilidade no Pantanal (MS), Almeida (2002), no trabalho “Segmentação do Turismo no Pantanal Sul Mato-Grossense”, afirma que:

Na área do Pantanal do Mato Grosso do Sul, o engajamento do homem local no processo de desenvolvimento do turismo neste espaço serve para o aumento da auto-estima e valorização do ambiente local. O turismo é uma grande alternativa viável e uma ferramenta para a busca do desenvolvimento local com uma base sustentável e duradoura. Uma forma de oferecer às gerações futuras a chance de exploração do Pantanal.

Quando se pensa em turismo no espaço rural, temos em mente os diversos tipos, porém o que é trabalhado na área da pesquisa no Pantanal do Aquidauana/MS, são os tipos: ecológico, pesca, ecoturismo e rural.

Como Turismo Rural, a EMBRATUR (1998), define como:

conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

E como Ecoturismo, a EMBRATUR (1994) trabalha com a idéia de que

é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua

conservação e busca a 'formação de uma consciência ambientalista através interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Para Almeida (2002):

O turismo ecológico é uma atividade que sempre envolve movimento por parte do praticante, por isso várias modalidades do esporte são praticadas em ambientes naturais e classificadas como prática de turismo ecológico. A prática do turismo ecológico ocorre em ambientes naturais, onde o turista pode praticar e desenvolver várias atividades de integração com a natureza.

O que se percebe é que muitos autores consideram os dois segmentos turísticos como sinônimos – Ecoturismo e Ecológico. Pellegrini Filho (2000) analisa somente a motivação da demanda, e coloca o turismo ecológico como sinônimo de ecoturismo.

Sobre o turismo de pesca, Silva (2000) afirma que é uma das atividades de lazer mais praticadas no mundo. Quando envolve deslocamentos mais longos em buscas de rios, lagos ou águas marítimas piscosas, essa atividade requer serviços diferenciados do setor turístico.

Como já foi vivenciado por Campanhola e Silva (1999) em estudo e como existe esta problemática a cerca da definição dos termos relacionados aos diferentes segmentos do turismo, será utilizado para esta pesquisa o termo “turismo no espaço rural”, que contemplará todos os tipos de turismo já mencionados: pesca, ecológico, ecoturismo e rural.

Considera-se Turismo no Espaço Rural ou em áreas rurais:

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não. (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1998)

Almeida (2002) também verificou uma grande variedade de termos ao se referir a atividade turística na área rural. Para este autor:

Há uma variedade de termos que procuram classificar o turismo no espaço rural e colocar vários outros tipos de turismo como atividades

inseridas no espaço rural, tais como: turismo verde, turismo rural, agroturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo social, turismo de saúde, turismo desportivo, turismo de aventura, turismo de natureza.

Para Rodrigues (2001), a importância de ressaltar que a atividade turística rural não deva ser interpretada somente observando o rural como contraponto ao urbano, sendo importante a consideração de pelo menos alguns fatores fundamentais, tais como: processo histórico de ocupação territorial, a estrutura fundiária, características paisagísticas regionais, estrutura agrária, com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas, atividades econômicas atuais, características de demanda e tipos de empreendimentos.

Nesse contexto, Benevides (2002), mostra que o turismo alternativo se constituiria como uma mediação possível de dar alguma possibilidade de geração local de emprego e renda, que, por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo. O autor, afirma que o desenvolvimento local, deverá ser concebido como um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes, e que as principais preocupações e orientações estariam presentes:

- A manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística, e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes;
- A construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo. Dadas suas características socioeconômicas, essa participação ativa só seria viável em “projetos” turísticos de pequeno porte e com baixos custos de instalação e de operação;
- Estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infra-estrutura turística, ou mesmo nenhuma transformação adicional destes espaços, tendo em vista que estes estariam subordinados aos parâmetros da conservação do meio ambiente e da rusticidade local, num processo de “valorização sem transformação” dos elementos “naturais”, como fundamento da atratividade turística.

Percebe-se que esta proposta de um turismo voltado ao desenvolvimento local, apresentada por Benevides (2002), principalmente no que tange ao turismo alternativo, representa de certo modo: conservação/preservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e principalmente qualidade de vida para os atores do turismo (desde o empresário ao funcionário do empreendimento turístico).

A história de muitas regiões do mundo, tem no turismo no espaço rural uma nova opção para o incremento econômico da localidade, não somente isso a fixação do homem no espaço rural é um fator especialmente notado quando se trata em desenvolvimento local, pois quem mais gostaria em desenvolver a localidade se não o autóctone?

Rodrigues (2000) afirma que:

O turismo desempenha um papel importante, pois, quando desenvolvido em espaços rurais vem constituindo-se em uma alternativa para fortalecer o desenvolvimento local e principalmente interiorizar a atividade turística, hoje concentrada nos municípios litorâneos e durante o verão, fator este que torna a atividade extremamente sazonal.

Campanhola e Silva (1999) reforçam tal afirmativa, quando se referem ao turismo no espaço rural como uma forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende do espaço local e rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural.

Para Pellin (2006), o turismo no espaço rural pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local, desde que:

- a) as decisões sejam tomadas no âmbito local,
- b) haja controle dos processos de desenvolvimento por atores locais,
- c) as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados. O turismo no espaço rural deve, antes de tudo, ser um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes.

Silva *et al* (2000) no seu estudo “Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil”, utilizou o termo “turismo em áreas rurais” para englobar não só aquelas atividades de serviços não-agrícolas, tradicionalmente denominadas de “turismo rural ou agroturismo”, como também as de lazer realizadas no espaço rural,

denominadas de turismo ecológico ou “ecoturismo”, turismo de negócios e turismo de saúde. O autor afirma que é importante fazer essa distinção, porque em geral, as atividades ligadas a outras modalidades de turismo que não o agroturismo, são realizadas em determinadas regiões que, por usar condição própria, possuem atrações, despertando o interesse e a curiosidade das pessoas.

O turismo no espaço rural e a palavra desenvolvimento rural são discutidos por muitos autores como sendo uma utopia. Conforme título deste capítulo e tomando emprestado o texto de Ávila (2000), no tocante à hipótese de que o desenvolvimento local seja tachado de utopia, este autor afirma que observando o termo desenvolvimento, encerra dois sentidos possíveis: um pejorativo (depreciativo), comumente utilizado na linguagem corrente, e outro extremamente positivo quando inserido em contexto técnico de prospecção (planejamento). Ambos os sentidos são oriundos da própria etimologia grega da palavra utopia: OU (prefixo de negação ou exclusão) + TOP (raiz do substantivo TÓPOS que significa lugar) + ÍA (sufixo nominal que designa qualidade ou estado de coisas ao termo que ajuda a compor), Resulta daí, portanto, que utopia pode se referir:

- a) a um estado imaginário ou fantasioso de coisas sem condições de se situarem ou localizarem no tempo e no espaço (sentido pejorativo-depreciativo)
- b) a um estado bom, desejado e por vezes até necessário de coisas ainda não situadas no tempo e no espaço, mas possíveis de se situarem tão logo ou à medida que surjam ou se criem as condições para tanto (sentido positivo).

Seja na hipótese “a” ou “b”, ou seja, no sentido pejorativo-depreciativo e/ou no sentido positivo, respectivamente, serão aplicados, também por duas categorias de analistas, a todo o teor conceitual do desenvolvimento local enfocado neste estudo.

Com tudo o que foi exposto, percebe-se que o verdadeiro desenvolvimento local implica de certa forma na formação e educação da própria comunidade, no que tange aos aspectos culturais, capacidades, competências e habilidades.

Se o turismo no espaço rural pode proporcionar/auxiliar para o desenvolvimento local, é importante entender então como acontece tal processo, principalmente no que tange aos aspectos inerentes a apropriação, produção e consumo do espaço, transformando em um território turístico.

3. UM NOVO PANTANAL? NOVAS RURALIDADES

“Não há nada mais equivocado do que imaginar que o espaço rural está reduzido à dimensão agropastoril.”

(VEIGA, 2002)



Foto: Levantamento de Campo, 2007.

O espaço rural passa a assumir novas funções estruturais do sistema capitalista, tanto em relação da produção como em termos do papel reservado ao espaço rural. Dessa transformação temos uma nova configuração da paisagem rural. Pellin (2006) afirma que *“a dimensão fundamental nessa nova configuração da paisagem rural é que o espaço rural passa a ter outras funções, além daquelas de caráter exclusivamente agrícola”*.

Para a análise das novas funções do espaço, principalmente no que se refere ao rural, temos que entender como se dá tal processo. No que se refere ao estudo do turismo no espaço rural em questão, devemos entender como se deu a nova configuração espacial, as modificações econômicas do espaço – da pecuária ao turismo. Assim, optou-se por fazer uma análise do espaço procurando o entendimento do processo de turistificação do espaço rural, ou seja a transformação em um *“território para o turismo”* – apropriação, consumo e produção do espaço.

Para o entendimento da apropriação, consumo e produção do espaço, turístico, temos que fazer algumas reflexões sobre o que é espaço, pois a abordagem do estudo do turismo centrada no espaço, visa captar a dinâmica do espaço turístico, mediante a abordagem dos processos sociais que o engendram, principalmente se o turismo for encarado numa ótica de consumo não-material que é estimulado com vistas ao consumo material ou a um consumo do espaço para gerar rendas.

Sobre espaço, Santos (1994), propõe *“como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Tanto objetos como ações não têm vida própria se não forem tomados em conjunto, ou seja, em totalidade”*.

Percebemos porém, através dos escritos de Santos, que a essência do espaço é social, e este não é apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza, são esses elementos e a sociedade.

Nogueira (1996) em seu artigo “Novas Espacialidades e o meio técnico-científico informacional” faz uma abordagem dos escritos de Milton Santos, onde, qualifica o espaço geográfico atual como um conjunto indissociável de sistemas de ações que variam segundo as condições históricas de cada época. Os objetos são coisas produzidas pelo homem, intencionalmente concebidos para atender a determinadas finalidades, tendo a sua localização determinada intencionalmente. As

ações são técnicas e cientificamente fundadas permeadas de informação e intencionalidade, ou seja, são ações racionais para um espaço racionalizado.

Algo que não pode ser dissociado no estudo do espaço, são os elementos constituintes deste. Os elementos do espaço seriam os preconizados por Santos (1985): os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas.

Os *homens* – são os responsáveis pelo funcionamento dos outros elementos. As *firmas* definem-se como as responsáveis pela produção de bens, serviços e idéias, enquanto que as *instituições* correspondem à supra-estrutura, são as responsáveis pelas normas, pelas ordens e pelas legitimizações. O *meio ecológico* compreende o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, assim, o meio ecológico abrange também as edificações dos objetos sociais. Por último, as *infra-estruturas* aparecem como serviços complementares de fundamental importância para o bom desenvolvimento do espaço.

No estudo ora em destaque, será caracterizado como homem os proprietários das pousadas, os funcionários do turismo e da pecuária, bem como os turistas.

Como firmas, as pousadas, as fazendas de pecuária e as operadoras de viagens e transportes.

As instituições serão personificadas pela prefeitura, pela Fundação de Turismo do Estado, pela Secretaria de Turismo e pelos Sistemas S's (SEBRAE e SENAC, Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, respectivamente), bem como as Instituições de ensino, sejam elas de ensino fundamental (Escola Pantaneira), ou de ensino Superior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

O meio ecológico, é o espaço rural, ou seja, o território da pecuária e do turismo, porém não podemos desconsiderar as relações do meio ecológico urbano, de onde provêm os insumos e infra-estrutura, seja para o turismo ou para a pecuária.

Como infra-estrutura no objeto de estudo, Pousadas Pequi e Aguapé, foram consideradas as vias de comunicação (estradas), os elementos de lazer/descanso (redário, piscina, trilhas, etc.), as unidades habitacionais, área de convívio social, camping, entre outros.

Estes cinco elementos constituirão o foco central da análise do presente trabalho, pois eles compreendem toda a realidade do espaço a ser estudado nesta pesquisa, no caso, as propriedades turísticas rurais; Pousadas Aguapé e Pequi, no município de Aquidauana, no estado do Mato Grosso do Sul.

Qualquer estudo que tome como fundamento a categoria de formação sócio-espacial, segundo Santos (1982 *apud* RODRIGUES, 2001), terá que iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço. Este enfoque teórico-metodológico proposto por Santos é indicado para o tratamento científico da temática, tendo sido já aplicado à análise do fenômeno turístico – como se observa nos trabalhos de Mariani (2000) e por Rodrigues (2001) – no qual se entrelaçam os elementos naturais e humanos, responsáveis pela totalidade de uma realidade que é construída espacial e temporalmente.

A análise do fenômeno turístico, em destaque no Pantanal do Aquidauana, área de estudo desta pesquisa sem dúvida, vem se desenvolvendo gradativamente nas últimas décadas, modificando e influenciando a vida e a identidade da população, redefinindo o papel das atividades mais tradicionais da comunidade, como a pecuária, que, por sua vez, acarreta grandes transformações no espaço rural. Entretanto, o estudo das características do espaço rural no momento atual exige também o conhecimento da gênese de sua formação, o que levou à busca de novos referenciais capazes de esclarecer o processo histórico regional e local, desvelando as transformações ocorridas, sobretudo nas últimas décadas. Para tanto este aporte foi encontrado especialmente nas obras de Araújo (2006), Xavier (2000) bem como alguns textos do livro “Qual Paraíso” cuja organização de Banducci Jr. e Moretti (2002).

De acordo com o tempo, percebemos que a utilização do espaço foi sendo alterada, fruto de novos usos. Um claro exemplo é a utilização do espaço rural para o turismo, atividade que promove novas formas de uso neste espaço. Um claro exemplo é a utilização do rio, que no caso em destaque – rio Aquidauana/MS, tem sido utilizado como fonte de importantes atividades, como o caso da pesca, do passeio de barco, da focagem fluvial, entre outros. Já para a pecuária, este mesmo rio tinha a importância ser fonte de água para a pecuária, bem como para algumas atividades de lazer da população local.

O estudo do espaço através dos elementos que o constituem, tornam-se importante à medida em que avançamos a discussão sobre a compreensão da apropriação, da produção e consumo do espaço, pois é através destes elementos que iremos entender todo o processo.

Como apropriação do espaço, Carlos e Lencione (1981) mostram que esta se dá formalmente por meio da apropriação da terra. Mas na verdade, quando o capitalismo se apropria de uma determinada parcela do espaço, ele o está apropriando-se de tudo o que ela contém.

O turismo se apropria de um espaço para produção e conseqüentemente, para o consumo. Para Rodrigues (2002), a indústria do turismo produz espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo – o consumo de natureza – através dos denominados “serviços” do turismo.

Esta atividade pauta-se pelo “consumo do espaço” – como mostra-nos Rodrigues (2002) em “A produção e o consumo do espaço para o turismo”, que se caracteriza pelo uso efêmero do território. Ainda em relação à natureza, a autora destaca que o turismo valora uma determinada paisagem sem que haja uma intervenção para a produção espacial. Assim, pode não haver nenhuma transformação direta do território, mas há uma apropriação direta e/ou indireta e uma “produção espacial”, simbólica a beleza “natural”, ou a cultural.

De acordo com as entrevistas concedidas pelas proprietárias das pousadas, somente houve o interesse em se trabalhar com o turismo quando visitantes (amigos e parentes) apresentaram uma satisfação, considerando assim de tamanha beleza. As proprietárias afirmaram ainda, que em muitas vezes, a fazenda recebia pessoas para fazer uso dos seus atributos – em destaque pela piscosidade do rio e seus aspectos naturais.

Somente assim, percebeu-se que o espaço que era tido somente para a pecuária, detinha qualidades que faziam pessoas deslocarem de suas residências para fazerem uso. Desta forma então, afirma o que Rodrigues (2002) apresentou à respeito da valorização da paisagem através do turismo.

O espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo e disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor turista precisa se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico. Em função dessa característica, o turismo acaba por causar transformações, diretamente, a pelo menos três porções do espaço geográfico:

sobre os pólos emissores de fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas (CRUZ, 2001).

Sobre o consumo do espaço na atividade turística, podemos destacar principalmente, no que diz respeito ao espaço rural, objeto do estudo ora proposto, que este consumo se dá principalmente através dos aspectos naturais do Pantanal.

Sobre tais manifestações, percebemos na área de estudo que o turismo de pesca, segmento pioneiro da atividade, modificou consideravelmente o espaço. Para contribuir com o turista pescador, foram feitas diversas construções aleatoriamente, sem qualquer planejamento, desta forma contribuindo para a modificação do espaço contribuindo para a degradação ambiental. Como exemplo de tal prática, vemos o desmatamento de grandes áreas para a construção de infra-estrutura para os *campings* (banheiros, quiosques, churrasqueiras, entre outros). Um outro exemplo é o desmatamento da mata ciliar, para o acesso fácil aos barcos, contribuindo para o assoreamento dos rios num curto período de tempo.

Para Ouriques (2005), o autor Moretti, mostra em seus estudos, como o turismo se dissemina no Pantanal no contexto da inserção desta região na produção e consumo do lugar pelo global. Um exemplo deste lugar sendo utilizado pelo global, vemos no texto - "Atividade Turística: produção e consumo do lugar Pantanal" onde Moretti (2001) mostra: *"O lugar Pantanal apresenta-se internacionalmente como um ponto de expansão do capitalismo através da atividade turística"*.

Quando o autor enfatiza o termo global, refere-se as possibilidades de entradas de novas culturas numa localidade através do fazer turístico, sendo principalmente fruto do processo de desenvolvimento do capitalismo, que Smith (1988 *apud* MORETTI, 2001) já tinha afirmado. Para Smith (1988 *apud* MORETTI, 2001), na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza.

Pensando desta forma, a natureza passaria a ser tratada como um objeto do turismo, ou o próprio produto desta atividade econômica. Harvey (2003) aprofunda mais ainda, afirmando que esta atividade faz parte do sistema capitalista, e bem como, trata-se de uma produção destrutiva, independentemente da sua modalidade, pois vincula-se a obtenção de lucro e renda.

Moretti (2001) e Rodrigues (2002) fazem uma abordagem da produção/consumo da atividade turística no espaço. Estes autores compartilham

com a idéia de Harvey – *produção destrutiva* – afirmando que o turismo destrói na maior parte dos casos, as atividades que eram consideradas bucólicas e tradicionais; afirma ainda que o turismo está destruindo as atividades que deram origem ao processo de (re) ocupação dessas áreas. Este processo é central no capitalismo. Através da construção do novo e da destruição do passado é que ocorre o aumento do lucro e o acúmulo de capital.

Um exemplo deste processo de reorganização do espaço é o que percebemos no Pantanal do Aquidauana – da pecuária ao turismo, ou seja, o processo de turistificação, que neste trabalho é considerado como uma nova ruralidade.

As novas ruralidades podem ser explicadas a partir da constatação de que o mundo, nesses últimos vinte anos, vem passando por transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais e de reordenamentos espaciais, cuja origem pode ser encontrada no acelerado processo de desenvolvimento do capitalismo devido à superação das distâncias físicas/geográficas promovidas pela velocidade dos meios de transportes, construções de rodovias, complexos industriais e turísticos e pela sofisticação dos meios de comunicação e novas tecnologias de equipamentos, implementos e insumos agrícolas.

Muitos autores consideram esta nova ruralidade no espaço, como o processo de turistificação, ou seja, no caso em destaque, no Pantanal, a transformação do espaço da pecuária para a inserção de uma nova atividade – o turismo.

Para Luchiari (1999) "*o turismo reinventa e cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais através do folclore, e monta atrações turísticas para a região*". A autora afirma ainda que: "*Algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens voltadas para o consumo e para o lazer*".

Para a autora, há uma nova formatação, ou uma nova configuração do espaço urbano para o turismo, percebe-se que esta realidade geográfica, dá-se também no meio rural, porém cabe analisar como vem sendo tratada.

O turismo concorre no processo de transformação dos territórios para seu uso, com outros usos do território, bem com formações socioespaciais precedentes a seu aparecimento. Apesar desses confrontamentos, a força do turismo é dada por sua capacidade "*de criar, de transformar e, inclusive, de valorizar, diferencialmente, espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção (...)*"

(NICOLÁS, 1996 *apud* CRUZ, 2001).

Esta afirmativa contrapõe o que Rodrigues (1997) e Moretti (2001) já apresentaram – “produção destrutiva”, pois na concepção de Nicolás (1996), temos que encarar o turismo numa ótica de criação e transformação do espaço, porém deve-se ter bem claro que esta atividade econômica pode também servir de instrumento para a valorização destes territórios.

Para Knafou (1996) e Sanchez (1991 *apud* CRUZ, 2001), o processo de transformação de um determinado espaço em território turístico requer a readequação desse espaço à sua nova funcionalização, ou seja, à nova especialização que lhe é outorgada.

Para Raffestin (1993)

o território nada mais é que a reordenação do espaço, um macro-instrumento que resulta da capacidade que os homens têm de transformar, pela ação do trabalho, a natureza que os rodeia e suas próprias relações sociais.

Percebe-se que por um lado, o território se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte das instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte dos grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir desse sentido que o conceito de território se vincula a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares.

De acordo com o que foi visto, a apropriação passa a se associar à identidade de grupos e à afetividade espacial. Por fim, o território é produto socialmente produzido, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico.

Segundo Silva (2002), território implica a existência de fronteira, mesmo que esta não seja demarcada e exista apenas como uma referência rarefeita e/ou imaginária.

No que tange aos aspectos fronteiriços do território, no caso em especial da área em estudo, percebeu-se que este possui limites muito claros, porém no campo da simbologia, fruto das relações de poder existentes no local, ou mais especificamente, na ordem hierárquica, patrão – empregado.

Corrêa (1996), afirma que, etimologicamente, o termo deriva do latim *terra* e *torium*, que significa terra pertencente a alguém, que, no entanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Esta definição pode ser vista nos estudos do turismo, pelo fato de não necessariamente haver propriedade da terra, podendo ter somente a relação de apropriação, que ocorre no caso dos turistas.

Muitos estudos têm mostrado a importância da abordagem da categoria território, um exemplo, são os diversos tipos de territórios: como o do narcotráfico e da prostituição.

Sobre esta característica do território na prostituição, Souza (1995 *apud* RIBEIRO E MATTOS, 2002) afirma que na verdade, são “flutuantes, móveis e cíclicos” – “*os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças*”.

Souza (1995 *apud* RIBEIRO E MATTOS, 2002) faz menção ao caráter cíclico dos territórios da prostituição, em apresentam uma alternância habitual dos usos (conteúdos) diurno e/ou noturno dos mesmos espaços.

Assim, o território de prostituição, vem assemelhar-se de certo modo com o território do turismo, pelo fato de ambos terem a propriedade de serem elásticos, pois ora se expandem, ora se contraem, ocupando uma determinada porção de um dado espaço.

Sobre o caráter cíclico dos territórios, é uma característica presente na atividade do turismo. Principalmente na área de estudo – Pantanal do Aquidauana/MS temos diversos tipos de territórios, como por exemplo, o território do proprietário, o território dos funcionários (que ora são do turismo, ora são da pecuária) e o território dos turistas.

Sobre esses diferentes territórios, Knafou (1996), apresenta algo similar, afirmando que há um confronto que abriga duas territorialidades distintas, a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam.

Raffestin (1993) afirma que a “*territorialidade é a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu meio. Isso dito, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação*”.

Conforme relatos colhidos dos proprietários das pousadas da área pesquisada, os funcionários que trabalham diretamente no trato dos turistas, detêm de prioridades que os demais que trabalham somente na lida com a pecuária não usufruem.

Esta diferença, segundo os proprietários se dá principalmente pelo fato de que os funcionários que trabalham diretamente com os turistas, (camareira, lavadeira, cozinheira, garçons etc.) apresentam diferentes horários de trabalho. Para os que trabalham na pecuária somente, os horários são normalmente fixos, tendo hora de descanso bem definidos. Já em contrapartida, os outros, precisam se adequar a realidade do momento, ou seja, na alta temporada (férias escolares, julho, agosto, dezembro e janeiro, bem como feriados prolongados) não tem um horário fixo, tendo muitas vezes que trabalhem mais de 8 (oito) horas diárias.

Vale ressaltar que o privilégio apontado pelos proprietários, é o fato dos funcionários do turismo terem locais de alojamento e alimentação diferentes dos demais que não trabalham diretamente com os turistas.

Sobre o alojamento dos funcionários do turismo, um fato interessante é que à disposição desses alojamentos não facilita a convivência familiar, ou seja, são quartos divididos por gêneros (feminino e masculino).

Outro fato curioso é a não existência de crianças no local de trabalho, explicado pelos proprietários, pelo fato da não existência de uma escola na localidade. Mais um motivo que vem a não facilitar o convívio da família, fazendo com que os funcionários na sua grande maioria sejam somente solteiros, ou casados, porém sem filhos.

Para Souza (1995 *apud* SILVA, 2002) o território é entendido como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (poder entendido como a capacidade de decidir sobre determinada área), em que o exercício do poder se faz pelo conteúdo do espaço (transformado em território). São necessários, pois, constantes esforços (demonstração e utilização de poder) no sentido de manter o território pelo grupo que detém o poder.

No que tange a manutenção do poder, um exemplo, é a inserção do turismo no território da pecuária. Esta alteração se deu a partir do declínio da pecuária na década de 80.

No Pantanal do Mato Grosso do Sul, a atividade turística vem sendo colocada, por alguns autores, como a alternativa para os problemas deste espaço.

Notadamente a partir da década de 1980, num momento de crise da economia. Moretti e Zanon (2003) afirmam que com a desvalorização econômica da atividade pecuária brasileira, na década de 80, a região que não incorporou novos métodos de produção à atividade entra em decadência.

As autoras, Moretti e Zanon (2003) ainda comentam que:

(...) em função desta crise econômica da pecuária, no final do século XX, é valorizada a perspectiva do uso do ambiente natural como atrativo turístico. O embate entre os defensores da atividade turística e os pecuaristas, proprietários de terras, é assim amenizado com a crise econômica da pecuária. A atividade turística foi incorporada pelos proprietários de terras como uma fonte alternativa de renda.

Sobre a pecuária na região do Pantanal, Martins (2002) afirma que durante as décadas de 1960, 1970, e 1980, houve a introdução das pastagens, mesmo que de forma primitiva, empregava um número relativamente grande de pessoas: tratoristas, peões para a construção de cercas, para enleiramento, corte de madeiras e outros.

Porém se percebeu que com a implantação das pastagens cultivadas, foi possível produzir, na região, o boi gordo, atraindo diversos abatedouros/frigoríficos. Desta forma, a produção de boi gordo foi transformada em carne e enviada para outras regiões. Com o passar do tempo, devido à falta de diversificação dos negócios criados em torno do negócio principal, as reduções da produtividade, aliadas à redução dos preços, levaram a região a uma certa estagnação.

De acordo com Araújo (2006), com o declínio da pecuária, na década de 1980, houve a necessidade de uma nova reestruturação econômica no espaço rural, que foi elaborada para e pelo turismo. A infra-estrutura turística torna-se essencial para o início desta atividade. Como infra-estrutura turística básica, considera-se, os meios de comunicação, hospedagem e os atrativos turísticos.

No que diz respeito aos meios de comunicação, a atividade turística trouxe à região a construção e melhoria dos meios de transporte, como afirma Moretti (2001), dando destaque para a “instalação do Aeroporto Internacional em Corumbá com vôos diários para Campo Grande e São Paulo, e a construção e pavimentação da rodovia BR – 262, que faz a ligação entre as cidades de Corumbá e Campo Grande, atravessando o Pantanal de leste a oeste em toda sua extensão”. Esta rodovia é importante para o turismo no Pantanal do Aquidauana, pois é via de acesso para algumas importantes propriedades, como é o caso da Pousada Pequi e Aguapé, ou

seja cerca de 140 km da Capital Campo Grande, sentido Miranda/Corumbá- MS. Vale ressaltar ainda que se faz necessário o turista se deslocar mais 40 e 50 km, respectivamente, em estrada não pavimentada para o destino das pousadas.

Sobre as rodovias, cabe ressaltar ainda, que inúmeros proprietários de empreendimentos turísticos reclamam da situação que se encontram as estradas que ligam os principais atrativos da região do Pantanal, no caso de Aquidauana/MS, objeto de pesquisa, em que verificou-se a campo, as precárias situações das estradas, principalmente das de responsabilidade do município, no caso específico da área de estudo, as AQN's. Percebe-se que na época da cheia do Pantanal de novembro a abril, o acesso a estes empreendimentos torna-se impossibilitado. Importante relatar é que no mês de novembro de 2005, esta estrada, não pavimentada, passa a ser de responsabilidade do governo do estado, fruto de inúmeros pedidos junto aos órgãos competentes. Após a mudança de responsabilidade, municipal para estadual, os proprietários apresentaram-se satisfeitos. Esta rodovia é de tamanha importância não só para o turismo, mas também para a pecuária, pois é uma via de escoamento de gado.

Os meios de hospedagens turísticas no Pantanal Sul Mato-Grossense, foram instalados na sua grande maioria sob a forma de improviso. Para Banducci Jr.(2001) a falta de planejamento e o improviso, fosse por parte dos empresários ou da administração pública, caracterizaram a implantação da infra-estrutura destinada ao entendimento do turismo no Pantanal. Muitos dos hotéis e pousadas pesqueiros que existem na região eram inicialmente pequenas pousadas ou ranchos de pesca que, com o passar dos anos, sofreram reformas e ampliações para abrigar um número cada vez maior de turistas.

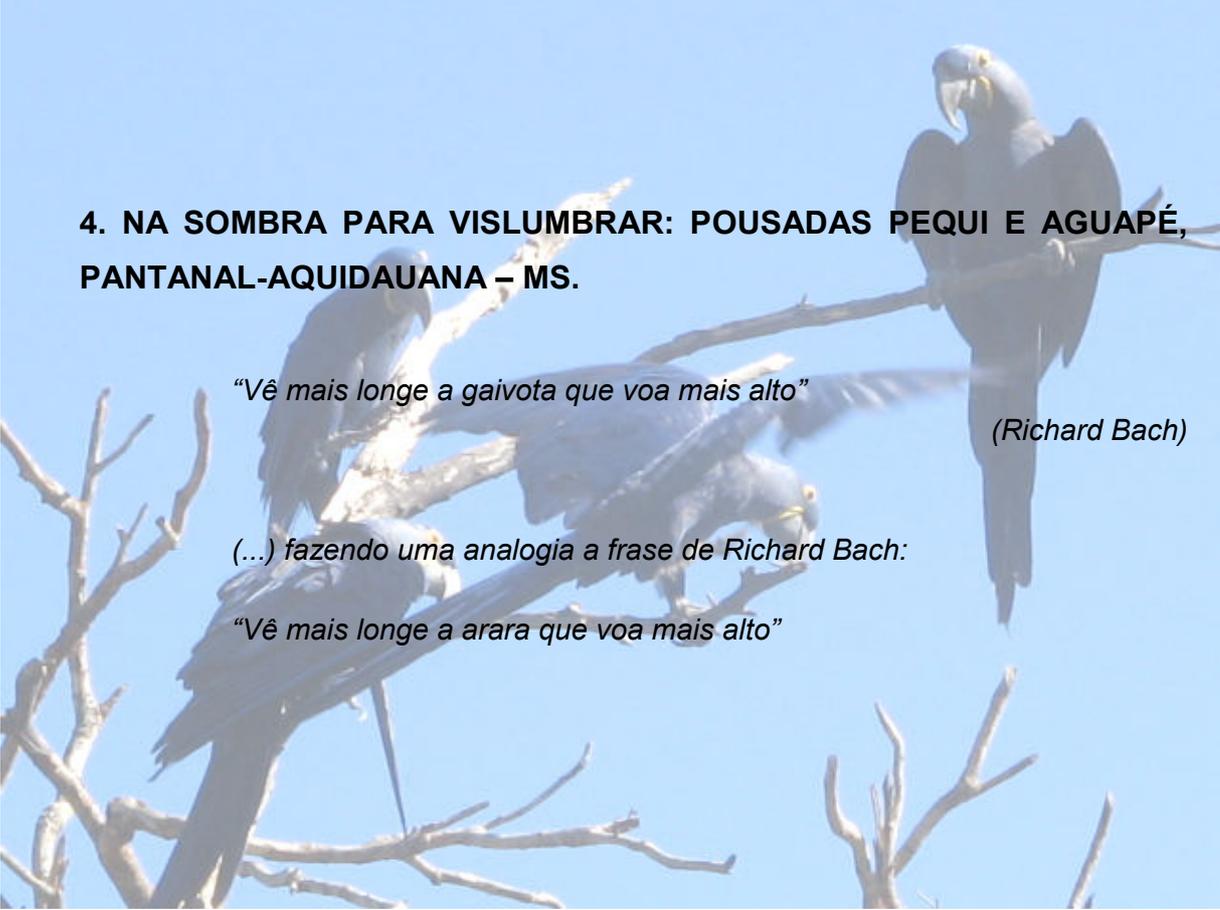
Com esta realidade, podemos exemplificar o que Santos (1992) apresenta, ou seja, os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alterando os processos, incitando a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor: e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade.

Não podemos desconsiderar também e concordar com os preceitos de Santos, acima citados, pois as pousadas do Pantanal do Aquidauana, por exemplo, são na sua grande maioria as sedes de fazendas de pecuária, que acabaram sendo incorporadas para o turismo, como infra-estrutura do receptivo, onde instalaram-se as Unidades Habitacionais (UH), o restaurante, a sala de convívio social (sala de

estar), etc.

Algumas propriedades ainda construíram novas instalações, sendo que a sede funciona somente como um espaço de entretenimento – lugar onde se tem a Televisão, vídeo e mesas para jogos, e bem como uma pequena loja de *souvenirs* (local onde se compra camisetas, guias turísticos, fotos, vídeos, e pequenas lembranças artesanais – no formato de animais da fauna do Pantanal, entre outros). Estas propriedades rurais passaram por inúmeras transformações espaciais ao longo do tempo – um exemplo disso é a divisão destas grandes propriedades, fruto da divisão por herança dos familiares, como acontece nas propriedades onde estão localizadas as pousadas Aguapé e Pequi, desmembrada para os herdeiros (filhos).

Percebeu-se que o espaço rural dizia respeito àquilo que estava ligado ao movimento que tinha como eixo fundamental as atividades ligadas a terra e a natureza. O lugar onde essa movimentação ocorria era basicamente o campo.



**4. NA SOMBRA PARA VISLUMBRAR: POUSADAS PEQUI E AGUAPÉ,
PANTANAL-AQUIDAUANA – MS.**

“Vê mais longe a gaivota que voa mais alto”

(Richard Bach)

(...) fazendo uma analogia a frase de Richard Bach:

“Vê mais longe a arara que voa mais alto”

Foto: Levantamento de Campo, 2007.

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL: POUSADAS PEQUI E AGUAPÉ, AQUIDAUANA-MS.

As Pousadas Pequi e Aguapé, situadas à cerca de 45 e 50 km da área urbana de Aquidauana/MS (Figura 02a e 02b), também é um exemplo de propriedades que fizeram uso da pesca, na década de 1990, como possibilidade de incremento de renda para a pecuária.(Figura 04).



Figura 2a e 2b – Receptivos: Pousada Pequi e Aguapé
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

A Fazenda Pequi foi fundada no ano de 1884 pelo Senhor Estevão Alves Corrêa Filho, que a herdara de seu pai o senhor Estevão Alves Corrêa. Seu nome teve origem pelo fato da fazenda ter um pé de pequi (ver nome científico) que se localizava na entrada da fazenda. A fazenda atravessou gerações na família Alves Corrêa e atualmente é de propriedade da Senhora Virgínia Alves Corrêa de Queiroz, neta de Estevão Alves Corrêa Filho, fundador da fazenda.

Cabe ressaltar que a área total da fazenda foi dividida em três partes, devido a partilha de bens feita entre a senhora Virgínia e suas duas irmãs, ficando para cada herdeira, 2700 hectares. Sendo que deste desmembramento deram origem as Pousada Aguapé e a Fazenda Olhos D'Água (que no início da pesquisa estava em fase de inauguração e comercialização para a atividade turística).

A Pousada Pequi vem trabalhando com o turismo há 10 anos. Possui uma administração do tipo familiar, sendo gerida pela nora da proprietária, Sra. Renata Queiroz, tendo como formação, o curso de Turismo. Possui uma equipe de funcionários totalizando 06 (seis), divididos em: 02 (dois) serviços gerais, 01 (um)

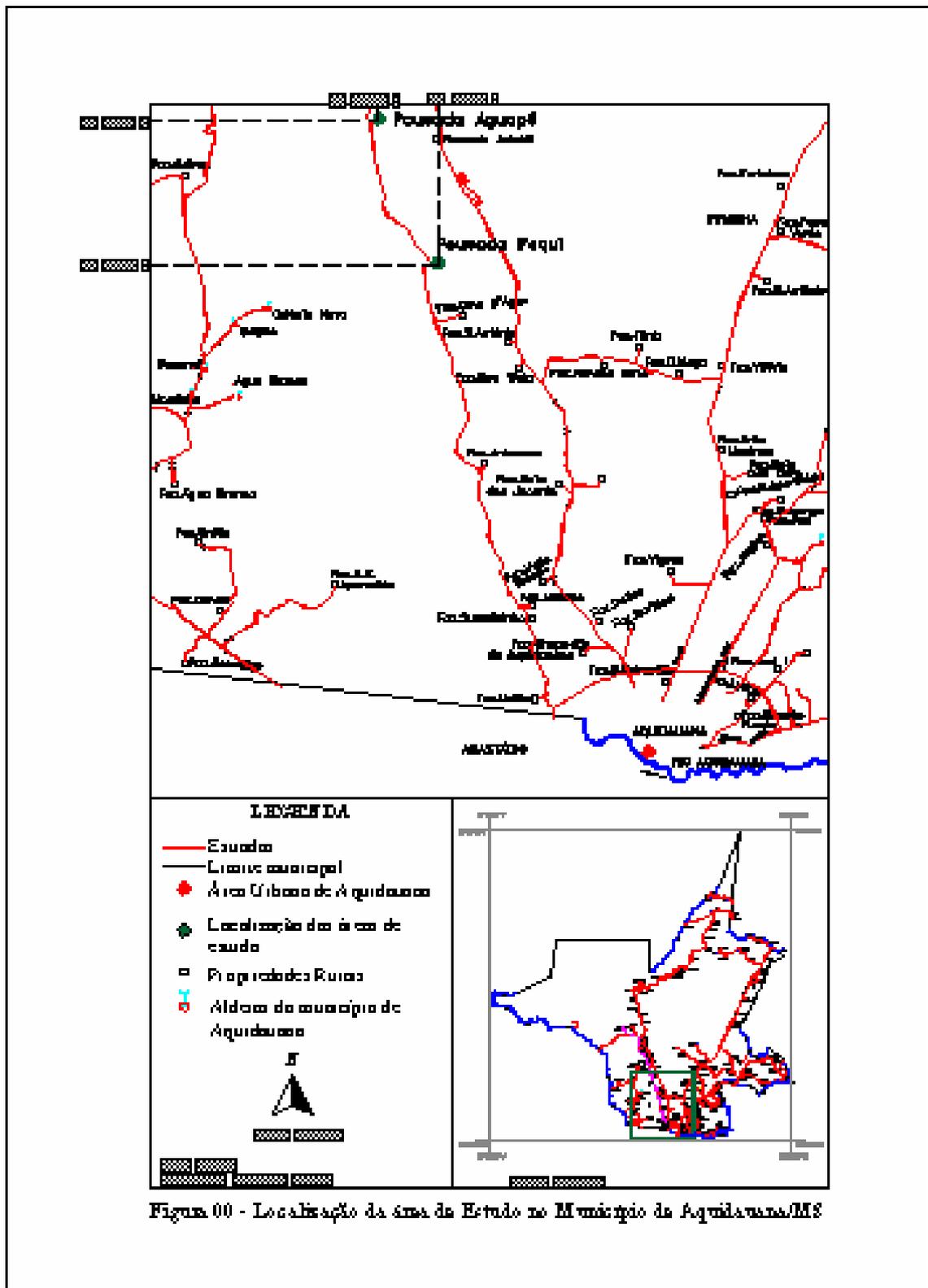
monitor ambiental, 01 (um) cozinheira, 01 (um) ajudante de cozinha e 01 (um) camareira. Através das ferramentas metodológicas (questionário e entrevistas), realizadas através das incursões à campo, percebeu-se que estas funções são puramente oficiais (registro da carteira de trabalho), porém na propriedade, o funcionário é admitido sabendo que vai ocupar funções diferentes pelas quais está capacitado. Pois, segundo os proprietários, em alguns momentos, principalmente quando a pousada encontra-se com um fluxo grande de turistas, o funcionário que termina a sua tarefa, é encarregado de outra, para suprir a deficiência do quadro efetivo de funcionários. Porém, foi apresentado pela proprietária, que em períodos de alta temporada, a pousada recebe a ajuda de funcionários diaristas, que por eles são denominados como – *free lancers*. Estes, não possuem nenhum vínculo empregatício com a empresa, sendo pago somente o período trabalhado.

Sobre o quadro de funcionários, esta propriedade mostrou-se durante as pesquisas à campo, realizada pelo pesquisador, um problema – a grande rotatividade de funcionários, na grande maioria dos setores.

Sobre a infra-estrutura física, a Pousada possui 07 (sete) apartamentos com capacidade máxima de 25 (vinte e cinco) pessoas, sendo 04 (quatro) adaptados aos quartos da Fazenda, e 03 (três) que foram construídos para atender o turismo, com uma arquitetura, mobiliário e decoração, em estilo simples e rústico para não descaracterizar o local, sendo que todos os apartamentos possuem luz elétrica e água encanada. A pousada possui uma sala de televisão (TV), ambientes externos e internos para as refeições, área de lazer com piscina adulta e infantil e um redário.



Figura 3a e 3b – Redário e Área Social - Pousada Pequena
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.



Os turistas que utilizam dos serviços da pousada, vêm geralmente com pacotes prontos, de agências ou operadoras de viagens. As atividades programadas pela pousada são:

- focagem noturna de jacaré,
- passeio à cavalo,
- acompanhamento do manejo dos animais da fazenda
- passeio de barco no rio Aquidauana e em suas baías
- pescaria de piranha e de peixes da região
- safári fotográfico (em carro aberto e/ou barco) (Figura 05).
- caminhada em trilhas para observação da fauna e flora pantaneira.



Figura 05– Carro safári – Pousada Pequ
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Sua demanda é dividida entre 60% de brasileiros, sendo que dentro desta parcela, a grande maioria são provenientes da região sudeste e sul do Brasil, e os 40% restantes, são formados pela demanda estrangeira, em sua grande maioria alemães.

Em relação a Pousada Aguapé, o turismo é realizado desde o ano de 1990, sendo o pioneiro da atividade turística no Pantanal Sul mato-grossense. De acordo com Almeida (2002)

o proprietário, João Idelfonso, foi um dos que primeiro acreditou na proposta de explorar o turismo, considerando o seu produto como turismo ecológico. A Pousada Aguapé está localizada no município de Aquidauana, em uma região caracterizada como área de transição entre o Pantanal e Cerrado havendo, portanto escassez de fauna e flora.

A Pousada Aguapé, situa-se a 190 km da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e a 60 km do município de Aquidauana. Possui em sua estrutura de hospedagem 15 apartamentos que acomodam até 45 pessoas, o ambiente é rústico, mas apresenta todo o conforto urbano suficiente para atender aos turistas nacionais e internacionais. A pousada dispõe ainda de piscina, venda de conveniências e *souvenirs*, sala de TV com canais abertos e por assinatura, restaurante e pista de pouso para pequenas aeronaves. Também é possível fazer *camping* na Pousada Aguapé já que conta com área estruturada para tal, com banheiros e luz elétrica.



Figura 06a e 06b – Sala de TV e Loja de *Souvenirs* - Pousada Aguapé
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.



Figura 07a e 07b –Espaço para descanso e Piscina - Pousada Aguapé.
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

O quadro de funcionários da fazenda é composto por 15 pessoas que revezam entre o serviço da fazenda e da pousada: o guia local para o turista, ou monitor ambiental, é o mesmo que cuida do gado.

De acordo com o proprietário, Sr. João Idelfonso P. Murano, os turistas que visitam a Pousada buscam na maioria das vezes os meses de julho a outubro (alta temporada) sendo o maior fluxo desse período nos meses de julho e agosto. Com o início do período chuvoso em novembro, o qual perdura até abril, muitas áreas são alagadas devido a pequena declividade dos rios, isto resulta na diminuição de turistas no período.

Em relação as atividades praticadas na pousada, são similares ao da Pousada Pequi, constituindo uma característica similar a todas as pousadas pantaneiras, com produtos voltados a contemplação da fauna e flora do ambiente pantanal.

Outro item similar entre as duas pousadas pesquisadas, refere-se a culinária oferecida, constituída na sua grande maioria, por pratos típicos da região. (Figura 08) Os cardápios englobam alguns pratos como: arroz carreteiro, feijão tropeiro, carne assada com mandioca, e alguns peixes locais, entre outros. Vale ressaltar, que é também disponibilizado um cardápio no qual a maior parte dos turistas estão acostumados, com refeições encontradas no seu cotidiano.



Figura 08 – Almoço Pantaneiro - Pousada Aguapé.
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

4.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em diferentes etapas, envolvendo visitas às localidades objeto de estudo, coleta e obtenção de dados e informações por meio de pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários e entrevistas, trabalhos de campo e gabinete. Vale ressaltar que estas etapas foram em concomitância, pelo fato do aproveitamento do tempo e de acordo com o plano de atividades e

cronograma definidos no início da pesquisa.

Para compreensão e análise da atividade turística no Pantanal do Rio Aquidauana, MS, buscou-se apoio na obra *Espaço e Método*, na qual Santos (1998) afirma que "os elementos do espaço são determinados pelos homens, pelas firmas, pelas instituições, pelo suporte ecológico, e pelas infra-estruturas", razão pela qual foram utilizados esses elementos na coleta de dados para a análise das transformações econômicas e as conseqüentes modificações no espaço rural. Para Santos, estes elementos fundem-se confundem-se, estão contidos e contêm-se uns nos outros. Estes cinco elementos constituíram o foco central da análise do presente trabalho, pois eles compreendem toda a realidade de um determinado espaço, no caso, o Pantanal do Rio Aquidauana.

O objeto desta pesquisa compreende duas propriedades rurais: Pousadas Pequi e Aguapé, no município de Aquidauana-MS. Estas duas propriedades se justificam pelo fato de que o estudo se comprometeu na análise da formação do território turístico.

Vale destacar que a abertura dos proprietários para o desenvolvimento da pesquisa também foi de suma importância, pois somente com as inserções ao campo foi possível alcançar o objetivo proposto na pesquisa. Outra característica bastante representativa nas propriedades objeto de estudo é o fato de serem fruto de uma propriedade única que foi submetida a divisão por motivo de herança. Desta forma, a pesquisa responderia aos preceitos de Santos (1982) *apud* Rodrigues (2001) em que o processo histórico do espaço, "a gênese de sua formação" faz-se necessário para o entendimento da sua forma atual.

Nos estudos referentes a configuração do espaço, numa ótica do "desenvolvimento local" é de suma importância a escolha do objeto, pois para Buarque (2000):

desenvolvimento local pode referir-se a diversos cortes espaciais de pequena escala, indo desde o município – e mesmo comunidade sub-município – até a microrregião, reunindo e agrupando vários municípios. O local pode, portanto, tratar de uma bacia hidrográfica, de aglomerado de municípios com afinidade e identidade sócio-cultural e econômica ou de uma microrregião homogênea, podendo ainda incluir o espaço urbano do município.

Essa definição de Buarque (2000) abarca muitas definições do termo “desenvolvimento local e turismo” discutidas em diversos estudos: em pequenas cidades, em comunidades ribeirinhas e bem como em propriedades rurais.

Um ponto a ser destacado, que também justificaria a escolha da área de estudo, é o fato destas propriedades fazerem parte do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) fruto do Programa Nacional do Turismo (PNT), 2003-2007, do Ministério do Turismo do Brasil.

Fruto destas políticas públicas foi organizado pelas Secretarias de Turismo, SEBRAE, SENAC e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados), em que a UFMS, em destaque para alguns professores do Departamento de Geociências, do Curso de Turismo (em que o pesquisador fazia parte como Professor Contratado), e bem como o curso de Geografia do Campus de Aquidauana – MS, ficaram responsáveis pelo diagnóstico do turismo na região do Pantanal Sul-Matogrossense, composto pelos municípios de: Corumbá, Miranda, Porto Murtinho, Anastácio e Aquidauana. Dentre os diversos segmentos do turismo que seriam pesquisados as Pousadas são uma delas. Os trabalhos de campo do projeto - GEOR, facilitaram sobremaneira a pesquisa “À sombra do Pequi, vislumbrando os Aguapés: Desenvolvimento Local, Território e Turismo no Pantanal do Rio Aquidauana, MS”.

O GEOR é um método de aferição de resultados, desenvolvido através dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que está em execução, cuja responsabilidade é do SEBRAE em todo o país. “*No Mato Grosso do Sul existem diversos APL's, sendo o do turismo o mais dinâmico, cobrindo vários territórios do Estado*” (CAMARGO, 2005).

De acordo ainda com Camargo (2005) *esta metodologia pretende alavancar, a curto prazo, a capacidade do SEBRAE e seus parceiros em produzir e medir os benefícios relevantes para a sociedade e para as micro e pequenas empresas.*

De acordo com o SEBRAE (2004) as metas deste programa são:

- a diminuição dos índices de baixa temporada em 30% para os próximos 5 anos;
- o treinamento e a capacitação dos profissionais do turismo;
- a divulgação do município em níveis nacional e internacional.

Percebe-se, entretanto, que a área de estudo, faz parte de pesquisas no que tange as políticas públicas regionais, ou seja, na ótica de Santos (1985), o papel das

instituições na configuração do espaço. Estas firmas, Pousadas Pequi e Aguapé, também serviram de objeto para inúmeras pesquisas de diferentes níveis, desde a graduação como em especial as de pós-graduação, tendo destaque a de Xavier (2000) com o trabalho intitulado “Turismo rural no vale do rio Aquidauana, Pantanal Sul-Matogrossense: proposta metodológica para análise qualitativa da demanda turística”, de Almeida (2003) com o trabalho: “Segmentação do turismo no Pantanal Sul-Mato-Grossense” e mais recentemente o trabalho de Araújo (2006), “Pantanal: Um espaço em transformação”, sendo que todas vieram subsidiar principalmente no que tange aos aportes histórico, ambiental e metodológico.

Para o alcance do objetivo proposto, foi utilizado o questionário de campo, que segundo Dencker (1998):

a finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada. Boa parte do êxito da investigação depende da redação do questionário.

Os questionários foram aplicados para os agentes do turismo, proprietários, funcionários e turistas, sendo que para os proprietários, as perguntas tinham o propósito de caracterizar a localidade, sua história, bem como alguns dados específicos, como mostra o questionário (Apêndice 01). Para os funcionários, foi utilizado uma ficha de caracterização que foi preenchida pelos proprietários, pois assim o pesquisador não teria necessidade de fazer algumas perguntas de cunho administrativo, como salário, número de funcionários por setor (cozinha, garçom, camareira e guia de campo entre outros). Porém, também foi feita uma entrevista de cunho qualitativo, em que era mensurado a satisfação do funcionário em relação ao trabalho desempenhado. Os questionários foram aplicados em dois momentos, o primeiro em 2004 e o segundo em julho de 2006, pois se percebeu que havia uma mudança considerável no corpo de funcionários na Pousada Pequi.

Outra ferramenta utilizada pela pesquisa, foi o questionário APL – GEOR (Apêndice 05a e 05b) aplicado aos proprietários das pousadas Aguapé e Pequi, bem como a todos os empreendimentos turísticos assistidos pelo programa APL – GEOR.

Já para os turistas o questionário (Apêndice 04) foi elaborado em duas línguas, português e inglês e foi aplicado em diferentes momentos; em junho de

2005 e outubro de 2006. Segundo os proprietários, o turista estrangeiro, significa 40% do total de visitantes nas propriedades estudadas. Vale ressaltar que durante a aplicação do questionário em outubro de 2006, e coleta do material fotográfico, a pesquisa teve a colaboração de um grupo voluntário de acadêmicos do Curso de Turismo da UFMS, Campus de Aquidauana.

Como não se conhecia a população que iria responder o questionário, e como a possibilidade de escolha de determinado elemento do universo é desconhecida, foi adotada a mesma metodologia utilizada por Xavier (2000), ou seja, a amostragem não-probalística intencional, em que foram considerados, sujeitos deste estudo todos os indivíduos adultos que compõem a demanda turística efetiva (que já ocorre) nas Pousadas.

Outra ferramenta de coleta de dados utilizada na pesquisa foi a entrevista, onde, Dencker (1998) afirma que é:

uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa (receber informações relacionadas com a atividade turística, por exemplo). A entrevista tem uma relação assimétrica, já que as relações pessoais do pesquisador e do entrevistado são um processo bidirecional ou de influência mútua entre as pessoas. As perguntas são feitas oralmente e as respostas registradas pelo pesquisador.

Esta ferramenta de coleta de informações foi realizada junto aos funcionários e proprietários. No que tange aos funcionários, o método utilizado foi o da conversa informal, pois quando abordados durante o questionário sentiram uma certa resistência em responder, sentindo incomodados pela formalidade desta ferramenta.

Realizou-se a pesquisa de campo nos dias 15 de junho e 02 de dezembro de 2005, e nos dias 16 de junho e 22 de outubro de 2006, com o objetivo de aplicar os questionários com os funcionários, e responsáveis pelas Pousadas, Gerentes ou Proprietários. No que se refere aos turistas, o objetivo foi de entender qual a principal motivação da escolha pelo Pantanal e em especial pelas Pousadas pesquisadas. Foram aplicados 60 questionários nas Pousada Aguapé e Pequi. A grande preocupação foi de realizar a pesquisa com este agente do fazer turístico, em momentos distintos para caracterizá-los de acordo com o período de visitação, e bem como de acordo com a procedência deste, ou seja, brasileiros ou estrangeiros.

A grande problemática do número de entrevistados é no que diz respeito mais

especificadamente a característica do turismo no Pantanal, ou seja, não é um turismo tão massivo quanto o encontrado no modelo sol e praia.

Na realidade, o turista não é elemento de maior importância para a constatação/diagnóstico do desenvolvimento local em uma dada localidade, pois ele receberá informações dos outros agentes do fazer turístico (proprietários e funcionários) de uma forma superficial, ou até mesmo diferente do que é a realidade, pelo fato do pouco tempo de permanência na localidade, assim sendo, o turista só conseguirá perceber fragmentos da realidade e a interpretará pelas vivências pessoais.

4.3 RESULTADOS

De acordo com o questionário aplicado aos turistas das Pousadas Pequi e Aguapé, 22 e 38 respectivamente, temos:

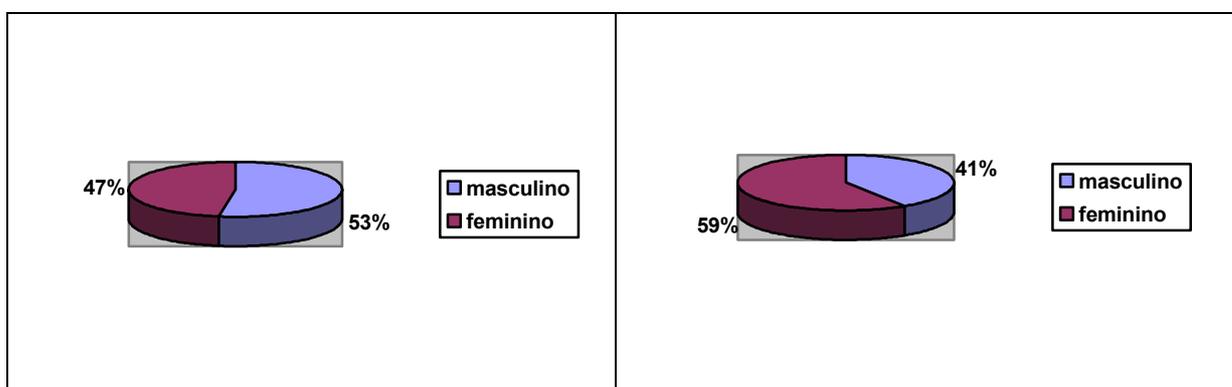


Gráfico 1a e 1b – Sexo dos turistas

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Verificou-se que há de certa forma uma igualdade quanto a demanda turística no que tange ao gênero. Isso se dá pelo fato da atual característica do turismo na localidade, diferente do que se via no início da atividade turística na região, ou seja, década de 1980, onde o turismo explorado era o turismo de pesca, sendo em sua grande maioria realizado por homens.

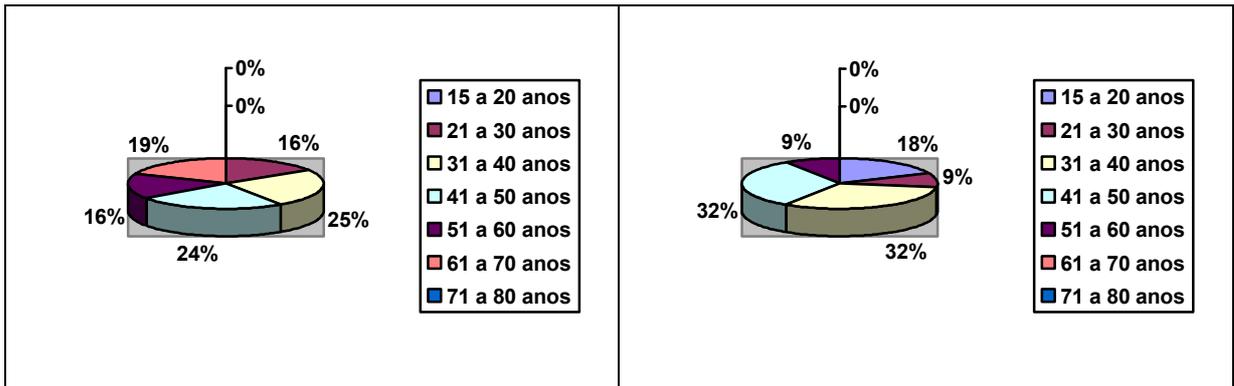


Gráfico 2a e 2b – Faixa etária dos turistas
 Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Quanto a faixa etária deste turista, verificou-se que o maior número de turistas que visitam as pousadas, são de idades que variam de 31 a 50 anos, ou seja, num período em que a estabilidade financeira acontece.

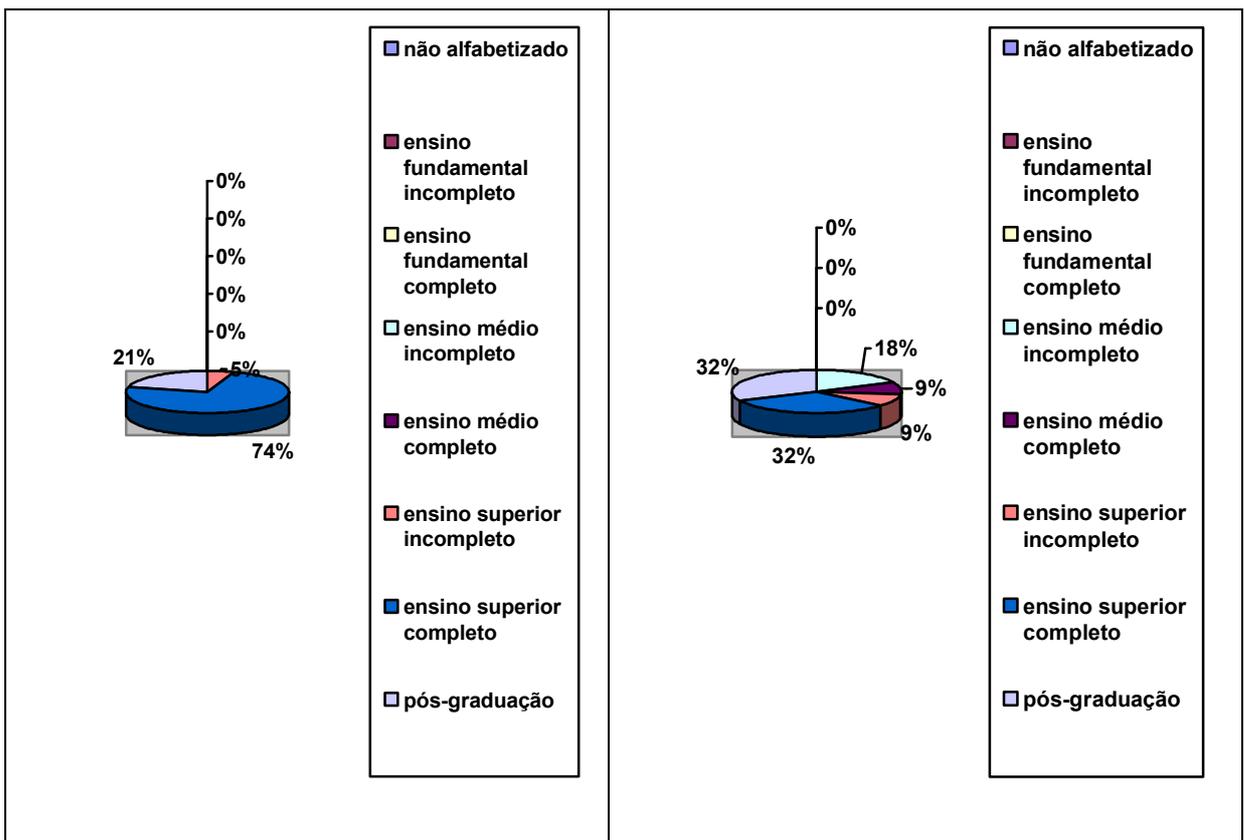


Gráfico 3a e 3b – Escolaridade dos turistas
 Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Este turista que visita a localidade objeto de pesquisa, é um turista que possui em sua grande maioria, ensino superior completo e com destaque para a pós graduação. Na Pousada Pequi, dos 22 turistas questionados, 7 possuíam ensino

superior completo e 7 com pós graduação, sendo em diversas áreas, como Finanças, Administração e Educação. Na Pousada Aguapé, este dado também se repetiu, sendo 28 turistas com ensino superior completo e 8 com pós graduação; com destaque para as áreas de Medicina e Educação. Percebe-se desta forma que os turistas que visitam a área de estudo, possuem um nível sócio-cultural bastante elevado, com isso a análise crítica deste turista é elevado.

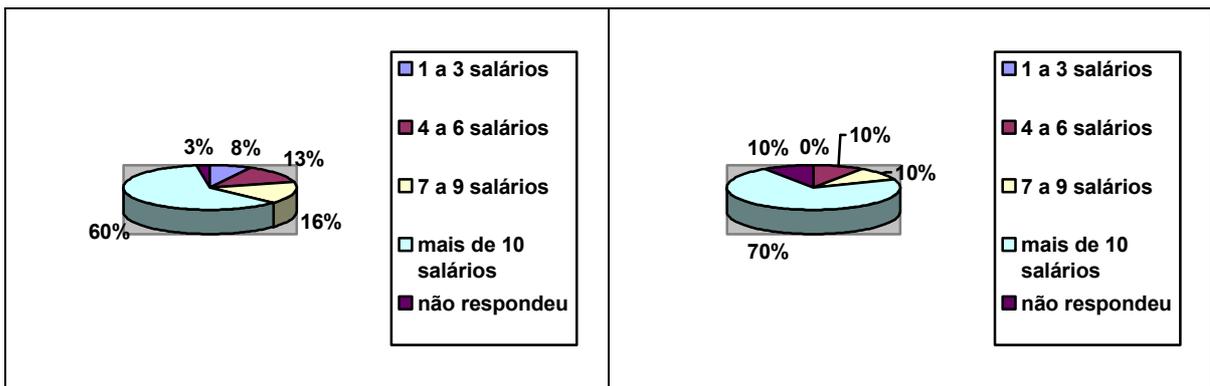


Gráfico 4a e 4b - Nível de renda dos turistas

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Outro índice de importante destaque é o que diz respeito ao seu nível de renda. Sobre estas características, nota-se que é composta por uma fatia significativa de turistas que ganham mais de 10 salários mínimos. A discrepância que se vê nesta característica do turista no pantanal é também significativa, pois é quase ausente a presença de turistas que ganham somente um salário mínimo na localidade, sendo notada apenas na Pousada Aguapé, com apenas 3, num universo de 38 turistas.

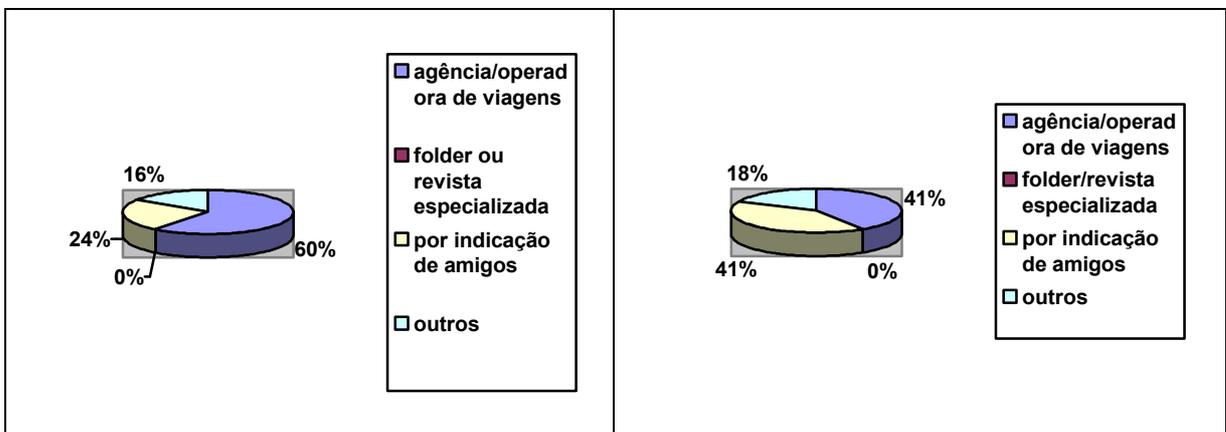


Gráfico 5a e 5b - Como ficou sabendo da Propriedade.

Levantamento de Campo, 2006.

No que diz respeito a forma de como ficou sabendo da propriedade (Pousada), a Agência ou a Operadora de viagem foi em ambas a forma que mais se destacou, tendo 60% para a Pousada Aguapé e 40% para a Pousada Pequi. O item confiabilidade foi o principal motivo apresentado pelos turistas que responsabilizaram a este tipo de segmento turístico a sua viagem. Dentro da ótica da pesquisa, a agência/operadora funcionariam como as firmas, preconizada por Santos (1985) e mais recentemente nos estudos do turismo, por Rodrigues (2001). Com esta afirmativa, percebe-se a importância das agências e/ou operadoras de viagens quanto a distribuição ou escoamento do turismo na localidade, e por conseguinte para o desenvolvimento desta atividade na região pesquisada.

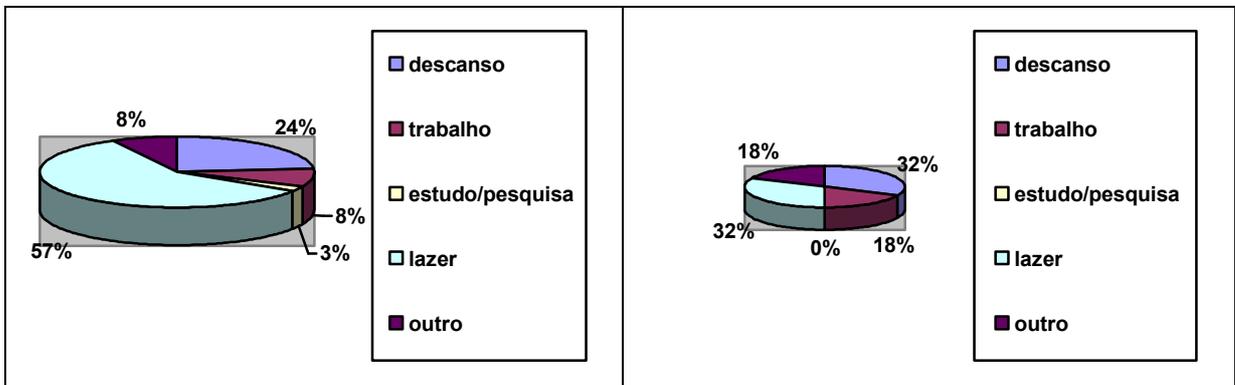


Gráfico 6a e 6b – Motivação da viagem
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Sobre a motivação da viagem, mais de 32% afirmaram que o lazer é o principal interesse pela viagem, contradizendo alguns autores que discutem o turismo no espaço rural, pois estes afirmam que a busca deste espaço se dá principalmente pela “fuga do espaço urbano”.

Mesmo de forma inexpressiva, vale notar que 5 turistas, dentro do universo geral, ou seja, tanto da Pousada Pequi (22 turistas) e Aguapé (38 turistas), vieram ao Pantanal com o intuito de trabalho, em especial para a pesquisa acadêmica.

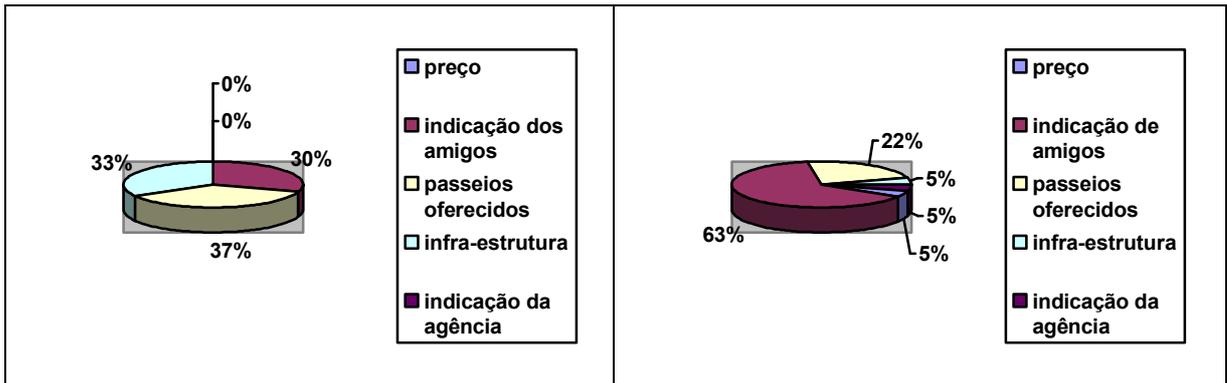


Gráfico 7a e 7b – Fator essencial para a escolha da Pousada

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Quanto ao fator essencial para a escolha da Pousada, o item indicação de amigos, foi de suma importância, pois afirmaram que amigos e parentes já tinham visitado a Pousada em algum outro momento e trouxeram inúmeras informações agradáveis sobre o local. Desta forma, o tão proclamado ditado popular “*marketing boca-a-boca*” foi sobremaneira essencial para a realização da viagem ao Pantanal e para as Pousadas em destaque. Porém somente o “boca-a-boca” não teria tido efeito se não houvesse uma boa infra-estrutura nas Pousadas.

Na Pousada Aguapé, o item infra-estrutura e passeios oferecidos, tiveram basicamente o mesmo peso. Sendo que este último item foi questionado, pois se percebe que a grande maioria das Pousadas no Pantanal oferecem os mesmos passeios, porém o fato de ter uma referência positiva de algum conhecido que já tivesse visitado o local, foi fator decisivo.

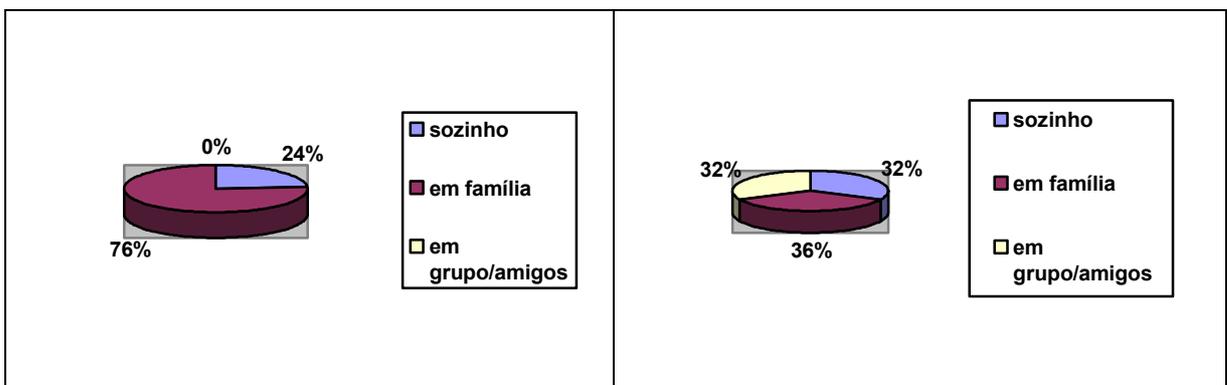


Gráfico 8a e 8b – Tipo de viagem

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

No Pantanal o turismo em família é uma realidade bastante característica, com 76% dos turistas da Pousada Aguapé, fazendo uso deste tipo de viagem. Na

Pousada Pequi, este tipo de viagem, família, e bem como sozinho e em grupo, tiveram basicamente a mesma porcentagem.

Vale notar que quando questionados sobre o tipo de viagem, os que consideravam viajar sozinho, eram aqueles que mesmo dentro de um pacote em grupo de uma agência de viagens, ainda assim consideravam viajantes *single* (desacompanhado). Este tipo de viagem teve uma característica bastante nova, pois se verificou que era praticado por mulheres, ou seja 5 dos 7 que visitaram desta forma a Pousada Pequi. Outra característica deste tipo de viajantes percebido durante as inserções ao campo e bem como graças ao questionário, é a sua faixa etária e nível de renda, composta entre as de 31 à 60 anos e mais de 10 salários respectivamente.

Somente foi considerado como viajante em grupo, aquele que desde o planejamento à execução da viagem, se deu de forma coletiva.

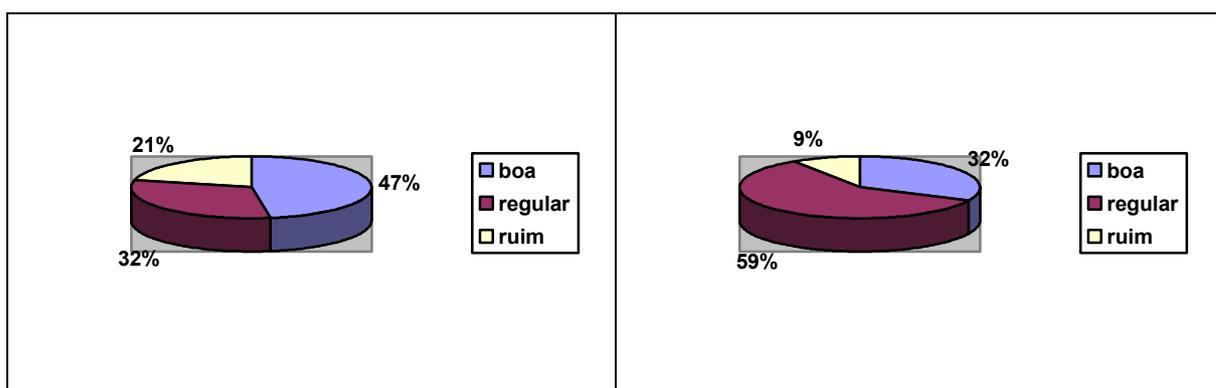


Gráfico 9a e 9b – O que achou da via de acesso?

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Quando questionados sobre a via de acesso, classificaram em grande maioria, 47% e 59%, ou seja, 12 e 13 turistas, como sendo regular, para os da Aguapé e Pequi, respectivamente. Os que classificaram como sendo boa tiveram em sua grande maioria uma percepção da via de acesso quando no período em que os responsáveis pela manutenção estavam executando serviços para a sua melhoria, pois os que se indignaram afirmaram que a via de acesso estava em condições ruins tiveram num momento de intensa chuva no Pantanal, em que a estrada estava em condições lastimáveis (Figura 9a e 9b).



Figura 10 – Via de acesso (AQN) para as Pousadas, em período de Chuvas no Pantanal.
 Fonte: Levantamento de Campo (Dezembro, 2005).

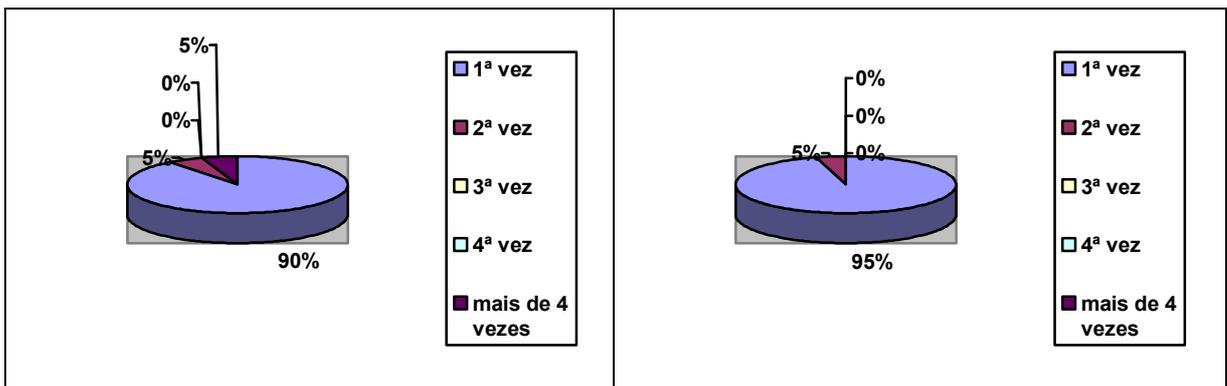


Gráfico 10a e 10b – Frequência de visitas ao Pantanal
 Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Com relação à frequência de visitas ao Pantanal, a grande maioria, 90% para os da Pousada Aguapé e 95% para os da Pequi, afirmaram que era a 1ª vez que visitavam.

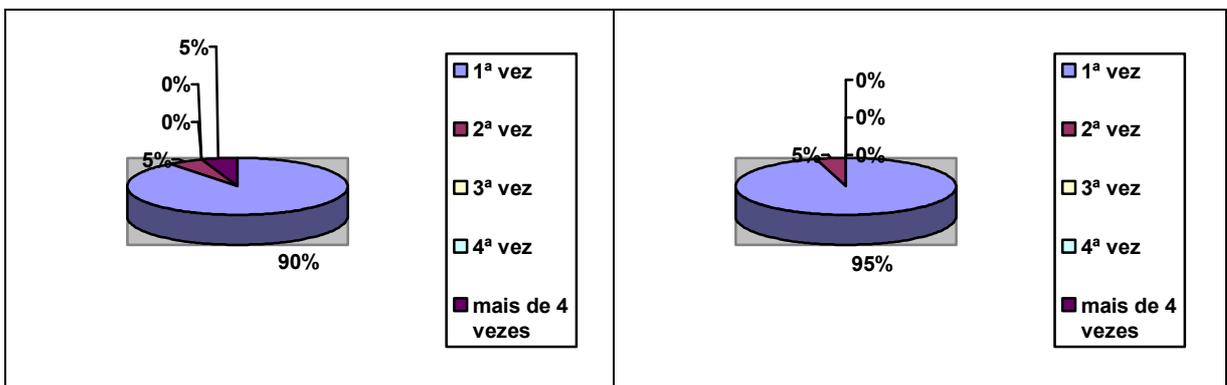


Gráfico 11a e 11b – Frequência de visitas na Pousada
 Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Se relacionarmos a frequência obtida no Pantanal com o das Pousadas pesquisadas teremos um quadro coincidente. Porém, vale ressaltar, que há os que visitam a Pousada pela 2ª e até a mais de 4 vezes, um tipo característico de fidelização ao receptivo turístico.

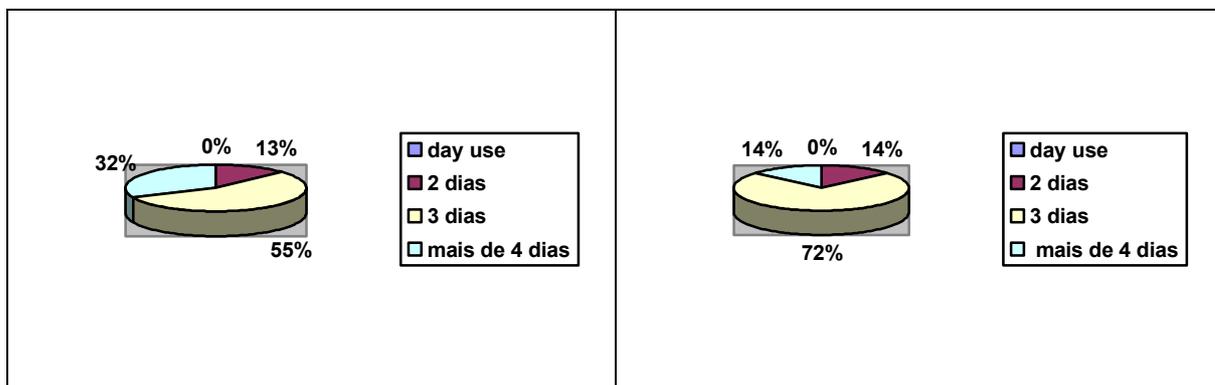


Gráfico 12a e 12b – Tempo de permanência na Pousada
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Sobre o tempo de permanência, temos uma semelhança em ambas propriedades, ou seja, de 3 dias. Outra semelhança entre as Pousadas pesquisadas, é no que se refere a não utilização do day use (utilização da infra-estrutura turística, porém sem o pernoite), pois segundo o proprietário da Pousada Aguapé, Sr. João Idelfonso, para atender o turista que utiliza do day use, deve-se ter uma equipe de funcionários para atendê-los, pois segundo o mesmo, estes turistas tem uma dia somente para fazer todos os passeios da pousada, sendo que os turistas que hospedam, fariam em um tempo bem maior.

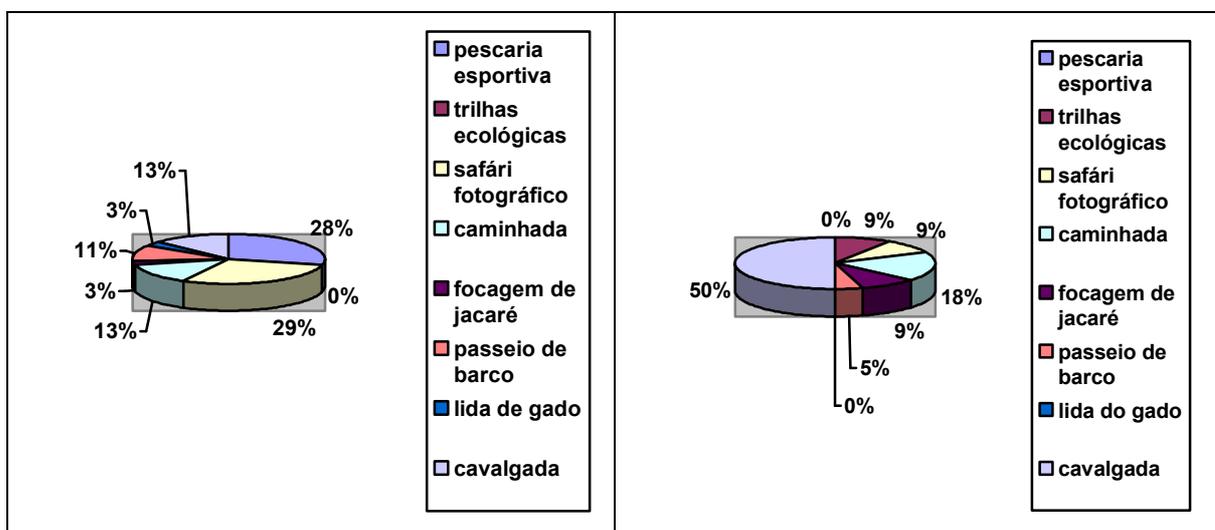


Gráfico 13a e 13b – Atividade que mais gosta de realizar
Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Sobre a atividade que mais chama a atenção dos turistas temos: na Pousada Pequi, o safári fotográfico e a pescaria esportiva, sendo que na Pousada Aguapé, a cavalgada e a caminhada, vale ressaltar que em todas as atividades ofertadas aos turistas nas Pousadas, há a participação de um guia de campo, ou um monitor ambiental.

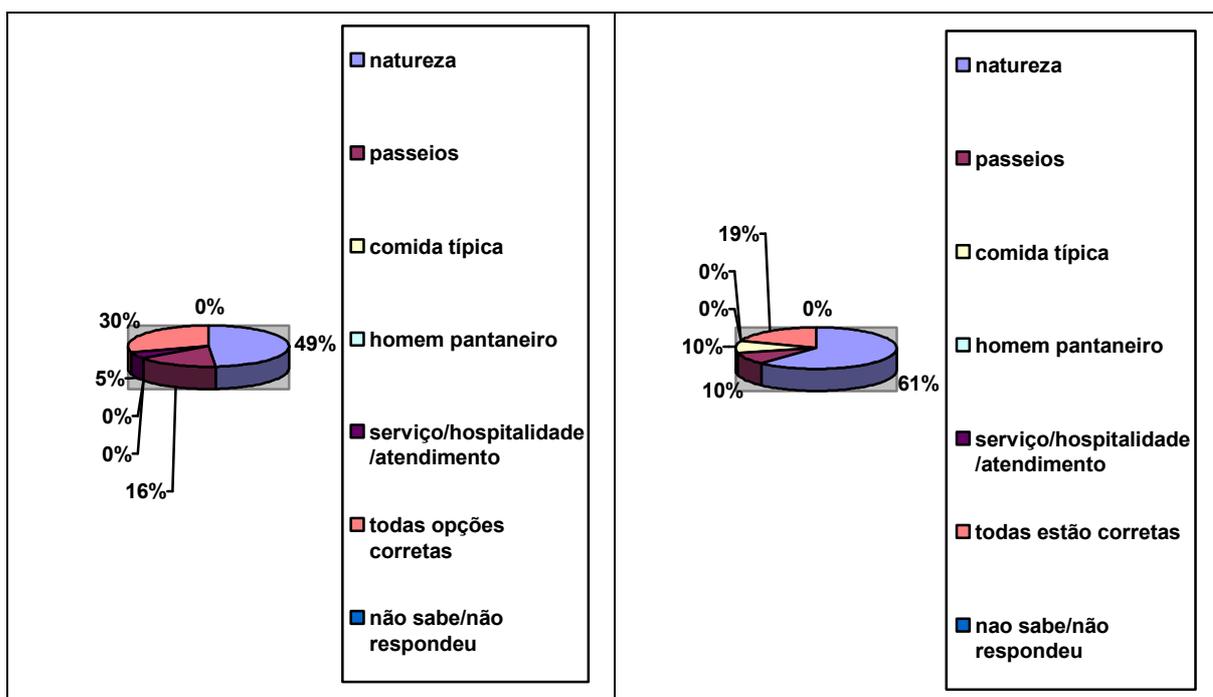


Gráfico: 14a e 14b – Quais elementos de maior valorização?

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Sobre a questão 14, ou seja, sobre os elementos de maior valorização pelos turistas que visitam as pousadas objeto deste estudo, temos : 49% e 61% com os elementos voltados às questões ligadas a natureza, ou seja, a flora e a fauna em especial. Com esta constatação, percebe-se que a teoria não condiz com a prática, pois segundo alguns autores do turismo no espaço rural, a principal característica deste tipo de turismo é a valorização cultural. Os aspectos inerentes a cultura, vem somente a agregar valores aos aspectos naturais do turismo no Pantanal.

4.4 DIRETRIZES

Como propostas, serão traçadas Diretrizes para alguns problemas encontrados na área objeto de estudo. Para Buarque (2004) Diretriz é a forma de atuar e organizar as ações de modo a assegurar os objetivos e resultados

pretendidos pela estratégia ou plano. Buarque (2004) ainda afirma que “*Diretriz é a linha reguladora do traçado de um caminho*” ou o “*conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação ou negócio*”.

A elaboração das Diretrizes para o objeto de estudo, Pousadas do Pantanal do Aquidauana serão pautadas nos levantamentos e atividades desenvolvidas pelo Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai – ANA/GEF/PNUMA/OEA, no Relatório Final do Subprojeto “Estabelecimento de um Programa de Educação Ambiental no setor de Turismo na sub-bacia do rio Miranda”; como fez Mariani e Gonçalves (2006) na “Proposta de implementação de um programa de Educação Ambiental para o setor de turismo na sub-bacia do Rio Miranda – MS”.

No projeto realizado pelo GEF Pantanal, o objeto de estudo é a Bacia do Alto Paraguai, e teve como foco principal seus problemas ambientais. Para a superação dos problemas encontrados no objeto de estudo em destaque, foram propostas diretrizes e estratégias de ações, com o objetivo de criar condições necessárias à existência de um processo de ordenamento territorial de caráter permanente.

Outro ponto importante a ser destacado nestas Diretrizes, é o fato deste programa ter considerado de fundamental importância atender à população local em seus anseios pela melhoria das condições e da qualidade de vida, tendo o homem como centro das preocupações sociais e econômicas e com interesse pela qualidade ambiental. Estas premissas convergem com o que prega o desenvolvimento local, desta forma, serão tomados como base tais preceitos para a formulação das diretrizes/ações para a busca do desenvolvimento local na área objeto de estudo – Pousadas do Pantanal do Aquidauana: Pequi e Aguapé.

Tal como Mariani e Gonçalves (2006), o trabalho parte do pressuposto segundo o qual somente com a conscientização e a participação ativa dos agentes do fazer turismo, ou seja, dos turistas, e principalmente dos proprietários das pousadas e funcionários destas é que se garantirá os meios para se promover o uso e a conservação dos recursos naturais da sub-bacia, para aqueles, e para a busca do desenvolvimento local, para estes.

Neste sentido, foram definidas 05 Diretrizes prioritárias, que estarão acompanhadas dos respectivos desdobramentos em ações consideradas estratégicas. Vale ressaltar que tais ações não esgotam as possibilidades ensejadas pelas referidas estratégias.

Estas Diretrizes sugeridas, não anulam a possibilidade de que novos temas sejam inseridos e discutidos pela comunidade. A cada etapa, o processo é avaliado, revisto e readequado, caracterizando-se por constantes reformulações que permitem retomar e aprofundar as tarefas de análise, planejamento e decisão com base em dados que surgem da realidade.

DIRETRIZ 01: BUSCAR O RESGATE DA EMOÇÃO, DO SAGRADO E DA INFRA-ESTRUTURA MACIA DAS COMUNIDADES

Esta diretriz baseia-se na recuperação do sagrado na ação cotidiana dos agentes do fazer turismo. Segundo Boff (1995) *apud* Gadotti (2000):

somos reféns de categorias dualistas como razão-emoção, humano-divino. Usamos a razão para conquistar e perdemos de vista nossa capacidade de sentir o outro, de sermos sensíveis à dimensão espiritual, perdemos nossa capacidade de ternura, de benevolência, de compaixão.

Interessante notar que existem outras possibilidades a serem valorizadas no turismo, conforme Coriolano e Silva (2005) já afirmaram quando apontam para o aproveitamento das externalidades, priorizando a infra-estrutura macia – o chamado capital social – trabalhando o conhecimento tácito – a cultura, o sentimento de pertença, a intuição, os valores locais, a emoção, dentre outros mais voltados ao homem. Esta idéia nos remete não apenas à economia, mas a toda uma filosofia voltada às pessoas e aos lugares.

Em muitas localidades turísticas, a utilização da vocação da comunidade funciona como um agente que proporciona a valorização cultural, desta forma estaria contribuindo para o aumento da auto-estima dos moradores locais, e por isso, a importância de se propor diretrizes que levem em conta os interesses destes grupos e respeitarem seus direitos e desejos, potencializam os benefícios econômicos, a conservação da herança cultural, a renovação do orgulho, e o intercâmbio com os turistas.

Como ação desta Diretriz, a busca pela identificação e estimulação das iniciativas já existentes que tratam desta temática, como projetos e eventos do calendário religioso e/ou crêndice local, festas populares, etc.

Vale ressaltar ainda que esta ação deve ser tratada em âmbito multidisciplinar, ou seja, com profissionais da História, da Sociologia, da Antropologia, da Geografia, da Administração, da Psicologia, entre outros.

Sugere-se também a busca pela valorização das vocações locais na tentativa pela elevação da auto-estima e complementação de renda dos funcionários. (como exemplo: cantores, doceiras, rendeiras etc.).

DIRETRIZ 02: ESTIMULAR A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESPAÇO RURAL

Esta educação deve ser diferenciada, isto é, alternativa, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos habitantes da localidade. Devendo ser uma educação que atenda às diferenças históricas e culturais, contribuindo para que o povo viva com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. Esta educação não limitaria somente às crianças e adolescentes, mas buscaria atender a toda comunidade residente na localidade.

Vale ressaltar, que a importância do currículo escolar esteja centrada na valorização da cultura local. Segundo Zakrzewski (2004)

as escolas rurais são atendidas por professores com uma visão de mundo urbano, ou com uma visão de agricultura patronal, que não tiveram uma formação específica para trabalhar com a realidade rural.

Como sugestão, a reativação da Escola Pantaneira na localidade objeto de estudo, aproveitando a infra-estrutura existente na Pousada Aguapé (Figura 09) onde foi base deste projeto escolar. Esta escola atenderia não somente as crianças, mas bem como aos funcionários das Pousadas objeto de estudo e fazendas vizinhas. Para tanto o espírito associativista deve estar presente neste projeto, pois todos da região poderiam estudar neste núcleo escolar.



Figura 09 – Escola Pantaneira - Sala de Aula.

Fonte: Levantamento de Campo (Dezembro, 2005).

DIRETRIZ 03: PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO FAZER TURÍSTICO

Juntamente com as Diretrizes 01 e 02, a promoção para a participação somente se dará por inteiro, quando a comunidade perceber que são sujeitos práticos, bem como agentes da mudança do modelo que se configura na localidade. Ou seja, um turismo excludente que visa o benefício de somente uma parcela da localidade, em especial, para os proprietários.

Para Freire (1987) *apud* Heuser e Patrício (2006)

existir humanamente é pronunciar o mundo, o que torna o diálogo inerente ao processo de busca de significação dos homens enquanto homens. E, se ele serve como meio, em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo, a ser transformado e humanizado, não pode limitar-se a um simples ato de depositar idéias, nem tampouco se tornar simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. O diálogo é um ato de reflexão, síntese e criação.

Para este autor ainda, o amor, a humildade e a fé nos homens são intrínsecos ao fundamento do diálogo:

(...) se não se ama o mundo, se não se ama a vida, se não se ama os homens, não é possível o diálogo; o diálogo se rompe quando um de seus pólos perde a humildade. A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem não podem aproximar-se do outro. Nesse lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. O homem dialógico tem fé nos

homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Fé no seu poder de fazer e de refazer, criar e recriar, fé na sua vocação de ser mais, entendendo que isso é direito de todos os homens. (PAULO FREIRE, 1987, *apud* HEUSER E PATRÍCIO, 2006).

Desta forma, a maneira pela qual haja a promoção para a participação da comunidade, será no diálogo entre os proprietários e funcionários das pousadas objeto deste estudo, com a finalidade de diagnosticar seus principais anseios. Porém, somente haverá este diálogo, quando houver a conscientização por parte dos proprietários.

Como atividade/ação, oficinas de sensibilização para os proprietários das Pousadas, mostrando a importância dos funcionários, não somente como força-trabalho, e sim com um olhar para a gestão compartilhada, onde os funcionários passariam a ser colaboradores do desenvolvimento da atividade turística.

Tal como a ação da Diretriz número 01, a busca da multidisciplinaridade seria de tamanha importância, principalmente na elaboração de projetos.

DIRETRIZ 04: CONTRUÇÃO DE BASES DE INFORMAÇÕES E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO DA LOCALIDADE

O turismo no Pantanal, não difere da maioria dos núcleos receptores turísticos brasileiros, se desenvolveu de maneira espontânea, sem levar em conta aspectos relacionados à gestão correta de implantação e implementação da atividade. Por isso, a importância de se educar os residentes da localidade sobre os problemas causados por essas ações, procurando sensibilizá-los a cerca da minimização de impactos negativos e maximização dos positivos.

Este processo, então, terá início com a formulação de um diagnóstico da realidade local elaborado juntamente com a comunidade, pois ao se sentirem parte de um todo, os habitantes locais estarão mais inclinados a colaborar, tornando-se mais conscientes de seu poder de mudar situações através de suas atitudes.

O estímulo à participação na construção de uma base de informações parte do princípio de que todos têm algo a contribuir, o que permite o diálogo entre a ciência, a técnica e, principalmente, aos saberes locais. Ao final desta fase, pretende-se, não estar apenas com um banco de dados da realidade, mas também ter possibilitado a ampliação e aprofundamento do conhecimento dos indivíduos que

se envolveram. O “descobrimento” das necessidades relatadas deverá convencê-los a fim de permitir que as ações atinjam seus objetivos e não ocorram de maneira incipiente.

DIRETRIZ 05: AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DA COMUNIDADE REFERENTE À QUALIDADE DO AMBIENTE E O TURISMO

Esta diretriz tem como objetivo aumentar a consciência da população no que se refere à qualidade do meio ambiente, incluem-se aqui as regras e políticas de conservação ambiental, e a sua estreita relação com o turismo desenvolvido em bases sustentáveis, conscientizando sobre os impactos positivos e negativos do turismo.

Sugere-se como dimensão temporal a implantação em curto prazo e execução em médio prazo. Poderiam estar inseridos como parceiros o poder público estadual e municipal, setor privado e organizações não-governamentais.

As principais técnicas de aumento de consciência da comunidade local em relação ao turismo, segundo o *Manual de Municipalização do Turismo* do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (2001) são:

1. emissões radiofônicas regulares que expliquem as atividades de turismo. O rádio é freqüentemente a melhor forma de atingir o maior número possível de pessoas.
2. folhetos ou brochuras concebidos para uma larga distribuição, descrevendo o turismo e suas relações com o meio ambiente;
3. inclusão do turismo e meio ambiente no sistema escolar como parte dos conteúdos programáticos das disciplinas do ensino fundamental e médio;
4. Seminários ou conferências públicas discutindo os rumos que o turismo local poderá tomar.

De acordo com o que já comentado anteriormente, a partir da implantação e implementação destas Propostas/Diretrizes e Ações, a comunidade do Pantanal, funcionários e proprietários das Pousadas Pequi e Aguapé, estariam mais aptos a colaborar com o desenvolvimento local, buscando caminhos que promovam melhorias em sua qualidade de vida.



**SERÁ QUE TEM SOMBRA? EXISTE ALGO PARA SER VISLUMBRADO?
À GUISA DE CONCLUSÃO**

Foto: RAFFESTIN, 1993.

A análise das entrevistas concedidas pelos proprietários das Pousadas Pequi e Aguapé possibilitou verificar que a atividade turística tem-se mostrado como a atividade de maior potencial de geração de renda para a localidade em relação a outra atividade econômica, a pecuária, na ordem de lucratividade de 60% e 40% respectivamente.

Mesmo sendo propriedades distintas, as pousadas Aguapé e Pequi possuem um grau de similaridade bastante significativo no que tange a caracterização da demanda turística, sendo na sua grande maioria composta por homens na faixa etária que variam entre 31 e 50 anos, na sua grande maioria com ensino superior completo e até mesmo com cursos de pós-graduação. Possuem em média uma faixa salarial que gira em torno de 10 salários mínimos, bem como superior a essa quantia. Provêm da região sudeste em sua maioria, buscando o lazer, e como elemento de maior valorização no Pantanal, e principalmente para as Pousadas, objeto da pesquisa, foi a natureza.

Através das ferramentas metodológicas – questionários, entrevistas e percepção do pesquisador vemos um quadro que já foi apresentado por Ávila (2000), onde o desenvolvimento da área estudada encaixaria num turismo de desenvolvimento no local, ou seja, o desenvolvimento não seria harmônico, ficando somente para uma parte dos agentes do turismo, no caso em especial, para os proprietários das pousadas. Porém, o que mais chamou a atenção é que a grande maioria dos funcionários num primeiro momento, através dos questionários, 08 dos 12 entrevistados mostraram-se satisfeitos com o trabalho atual.

Esta realidade evidenciada pelos questionários, pode ser explicada pelo fato dos funcionários também fazerem parte daquilo que Ávila (2000) apresentou-nos, a comunidade não pode ser vista como atores do sistema, ou seja, não pode ser um objeto de fácil manipulação de outros agentes, no caso em destaque, os proprietários. Cabe ressaltar que a satisfação pode ser uma forma de não demonstração das insatisfações com o trabalho realizado, principalmente ao salário, e número de horas trabalhadas, em destaque na alta temporada do turismo, nos meses de julho a agosto, e em grandes feriados nacionais e regionais, que se forem demonstradas poderiam acarretar suas demissões.

Porém quando abordados num método mais informal, em que o pesquisador aproximou-se mais da realidade na qual eles vivem, não sentindo invadidos na intimidade, o pesquisador encontrou um novo quadro de respostas. Mesmo com medo de uma futura retaliação por meio da administração, mostraram-se insatisfeitos em inúmeros itens, sendo as condições de trabalho, mais precisamente em relação a jornada de trabalho diário e ao salário mensal, os aspectos mais significativos.

Dentre os que disseram estar insatisfeitos, percebe-se que estão os que exercem função que não possuem contato direto com os turistas (serviços gerais, lavadeiras, cozinheiras etc.), já em contrapartida, os que demonstraram um grau de satisfação mais elevado, são aqueles que possuem uma relação mais próxima com os turistas, como em especial, os garçons e em destaque para os guias de campo, ou monitor ambiental. O que colabora com este resultado, é a chamada “caixinha” que estes ganham dos turistas, em compensação ao trabalho oferecido, e é claro, pela empatia direcionada para estes profissionais. Estas caixinhas, no final do mês reflete em uma quantia significativa no salário que recebem, principalmente se for em dólar, dos chamados “gringos”, uma denominação dada pelos funcionários àqueles que são provenientes do continente europeu e do norte da América.

Como foi percebido através dos questionários ainda, ficou claro que a busca pelo espaço turístico rural pelos turistas, ou neste caso em especial, no território do turismo rural, a importância do elemento natural é o fator especial para a escolha de tal produto, ou seja, a flora e principalmente a fauna pantaneira.

Com isso podemos dizer que a fundamentação teórica apresentada por muitos autores, que o turismo no espaço rural é um valorizador da cultura local, não se encaixa por completo no objeto em destaque, a cultura neste caso em específico, agregaria valor ao produto turístico já existente. Mas há que se considerar a satisfação dos funcionários no trato do turista. Muitos funcionários afirmaram, através dos questionários e entrevistas, que houveram inúmeras mudanças em suas vidas, 11 dos 12 entrevistados destacaram em especial o conhecimento de novas culturas, contatos com pessoas, como destaca Ivan (Monitor Ambiental): *“Através do turismo conheci outras culturas, hábitos e línguas. É uma forma de viajar pelo mundo, sem sair do lugar”*.

Algumas limitações para o desenvolvimento local foram verificadas através das entrevistas, principalmente no que concerne a perspectiva de manter crianças em idade igual ou superior a seis anos, ou seja, em idade escolar, pois não existe um núcleo educacional na localidade em destaque desde o ano de 2004.

Para maiores informações a cerca do tema – Educação Rural no Pantanal, foi preciso entrevistar os responsáveis pela Escola Pantaneira, projeto educacional do município de Aquidauana-MS, que conta com o apoio dos Fazendeiros e Pousadeiros da região do Pantanal. A entrevista foi concedida, pelos Professores Ronaldo Angelo, Coordenador da Escola Pantaneira, e pelos Professores Emídio Santos Barbosa e Dilza Luzia Dantas, Diretor e Diretora Adjunta da referida Escola, respectivamente. Segundo eles, havia até no ano de 2004 um

núcleo da Escola Pantaneira na Pousada Aguapé, sendo que no ano de 2003 a escola passa ao controle do Estado e no ano de 2004, com apenas 04 alunos, fecha-se o núcleo nesta pousada.

Vale ressaltar que para o Professor Ronaldo Angelo, este projeto depara-se com o discurso político, bem como a interesses deste ou daquele partido. Com isso, o objetivo principal que é a democratização da educação, vem sendo prejudicado. Para este professor ainda, o Projeto da Escola Pantaneira, não deve ser instalado em qualquer propriedade, pois deve-se ter uma demanda para que se tenha a escola.

Segundo a Professora Dilza Luzia Dantas, para que aja a instalação da Escola numa fazenda, é preciso que o fazendeiro disponibilize um espaço físico dentro das normas exigidas pela Secretaria de Educação do município.

Com o fechamento do Núcleo da Escola Pantaneira da Pousada Aguapé, vê-se configurado uma nova relação na gestão de recursos humanos das Fazendas objeto da pesquisa, Pequi e Aguapé, bem como algumas propriedades turísticas e fazendas que a escola atendia, pois recebia crianças com idade escolar de diferentes lugares.

A Sra. Renata, Gerente da Pousada Pequi, em entrevista, informou que atualmente a Pousada tem somente uma criança, porém ainda não possui idade escolar. Afirmou, também, que na época desta criança frequentar a escola, a Pousada perderá com certeza pelo menos uma funcionária, a mãe, aja visto que o pai, também trabalha na Pousada. Segundo Renata ainda, as crianças das fazendas próximas que estão na idade escolar, fazem um percurso de 130 km diariamente, para poderem estudar numa escola da cidade de Aquidauana – MS.

Questionando os responsáveis por tal escola, Centro de Atendimento Integral a Criança, CAIC, da cidade de Aquidauana, foi dito que estão matriculados cerca de 40 alunos provenientes da região objeto de estudo. Com isso, deve-se repensar uma nova instalação da Escola Pantaneira na Região, pois atendendo ao que o Coordenador da referida Escola afirmou, que para a instalação de um núcleo, fazia necessário um número de no mínimo 15 alunos.

Atualmente essas crianças para estudar, precisam acordar as 4 horas da manhã para pegar o ônibus disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana e somente retornando às 14:00 horas.

Através das fichas de caracterização dos funcionários das Pousadas pesquisadas, percebeu-se que somente um funcionário tem o segundo grau completo, sendo que os demais possuem o ensino fundamental incompleto. Vale ressaltar a presença de funcionários

analfabetos na localidade pesquisada, desta forma poderia se pensar em uma escola não somente para as crianças da região, mas também para aqueles funcionários que tivessem a pretensão pela continuidade dos estudos e para os analfabetos, a iniciação.

Ao término deste trabalho, serão apresentadas as considerações finais na mesma visão proposta na obra “Por uma Geografia do Poder” de Raffestin (1993) que faz analogia do tema – Poder, com um quadro de Goya, para este autor, o referido quadro representaria, com incrível precisão, o complexo emaranhado da trama que as relações de poder tecem nos espetáculos mais insignificantes.

Um quadro, que em primeiro momento não teria relação com o tema – poder. Para Raffestin (1993), aquele quadro contém uma cena com uma criança e seus brinquedos “vivos”.

Esta metáfora de um sistema de poder, pode ser equiparada com os homens – agentes do fazer turístico, ou seja: os proprietários das pousadas, turistas e funcionários.

Segundo Raffestin (1993)

a criança vestida de vermelho, o ator por excelência, e também os animais dispostos a seus pés, à direita, à esquerda e à frente, compõem o significado do espaço do quadro. O significado do espaço também é dado pelas relações mantidas pelos elementos dessa composição. A obra de Goya é uma fascinante metáfora pictural de um sistema de poder. Sem dúvida a criança domina por sua presença realçada pelo vermelho, mas só domina porque todas as relações passadas, presentes e futuras passam por ela.

O que chama a atenção no quadro de Goya são os símbolos representados pelas relações mantidas pela criança sobre os demais objetos dispostos na obra, citados anteriormente, por exemplo, o vermelho da roupa, o cordão que a criança segura o seu pássaro, a gaiola, expressam assim domínio/poder imposto por tais elementos.

Desta forma, será relacionada tal metáfora apresentada por Raffestin (1993), ou seja, o quadro de Goya, com o objeto de estudo, Pousadas do Pantanal do Aquidauana, numa ótica dos elementos do espaço de Santos (1985).

O meio ecológico como sendo representado pela obra em si, ou seja, o próprio quadro, em que todas as relações de poder vão se configurar, e no caso em especial do objeto de estudo, o quadro passaria a ser as Fazendas São José e Pequi, onde estão localizadas as Pousadas Aguapé e Pequi, respectivamente.

Os homens, seriam representados pela criança e pelos pássaros, sejam eles, os da gaiola e o amarrado pelo cordão, porém, cada homem possui uma função especial dentro do

meio ecológico na perspectiva do estudo do Turismo no Pantanal. Os funcionários seriam os pássaros amarrados pelo cordão e submetidos ao comando do homem/proprietário. Vale ressaltar, que nesta analogia, a criança vestida de vermelho seriam os proprietários, dominando o meio ecológico, com suas regras e conseqüentemente o funcionário/pássaro amarrado pelo cordão.

Raffestin (1993) ao referir-se a criança, diz: *“É ela quem segura o cordão que prende o pássaro colocado à sua frente, cujos movimentos potenciais são determinados pela maior ou menor liberdade que a criança lhe proporcionará”*.

De acordo com as incursões ao campo, percebeu-se que a relação de poder entre os proprietários e funcionários era uma relação baseada no domínio, tal como a criança estabelece com todos os elementos do quadro, em especial com o pássaro do cordão, porém de forma velada e não clara como acontece com a criança de Goya.

Esta relação de poder, que ocorre entre os funcionários e os proprietários das Pousadas está presente nas condições de trabalho, no que se refere principalmente nas horas de trabalho e nas funções exercidas.

De acordo com as entrevistas realizadas, a grande reclamação dos funcionários refere-se a carga horária de trabalho, sendo superior a regulamentada pelas leis trabalhistas do Brasil, ou seja, 8 horas diárias. Outra reclamação é no que tange a multifuncionalidade do funcionário, pois em alguns momentos ele é garçom, em outros, guia de campo, serviços gerais, entre outros, ficando a mercê dos proprietários. A justificativa apresentada pelos proprietários refere-se a sazonalidade da atividade, não possibilitando a contratação de funcionários específicos para cada departamento ou setor. Vale notar ainda, que esta multifuncionalidade não acontece somente entre os diversos setores do turismo, acontece também entre estes e a pecuária, atividade exercida também no mesmo meio ecológico, as Fazendas do Pantanal.

As condições dispostas aos funcionários também demonstra uma realidade do Turismo na região do Pantanal, em especial no do Aquidauana, ou seja, sem opções para lazer e diversão.

Não serão ditos nomes de funcionários para preservá-los, e bem como não foi permitido ao pesquisador apresentá-los, ficando somente à campo de demonstração. Mas um deste afirmou que a única opção de lazer é o próprio alojamento, porém estes são obrigados a dividi-los com outros funcionários do turismo, não tendo assim privacidade. Outro afirmou que mesmo tendo opções de lazer naturais (trilhas, banho no rio, pesca entre outros) não teria tempo para fazer tais atividades, e mesmo dispondo de tempo, este é reservado para a lavagem de roupa,

limpeza geral do alojamento etc. Desta forma, verifica-se que há uma divisão no que se refere ao meio ecológico de trabalho do funcionário, ou seja, a Fazenda/Pousada do Pantanal, e o de lazer, pois para os entrevistados, o lazer, encontra-se no espaço urbano, diferentemente do que acontece com os homens/turistas, que têm no espaço rural o espaço para o lazer e diversão. Caracterizando uma inversão de papéis, pois agora, com a atividade turística o espaço rural perde algumas funções na ótica dos funcionários, passando a ser um espaço de trabalho.

Seguindo a analogia, as firmas estariam simbolizadas na própria relação de poder entre a criança/proprietário e o próprio quadro, ou seja, o meio ecológico/Fazendas do Pantanal/Pousadas. Desta forma, somente haverá firma, no objeto de estudo, quando houver a apropriação do meio ecológico pelo proprietário da Fazenda, surgindo então, o Turismo no espaço rural. A firma na atividade turística está apenas no campo da abstração por pertencer ao setor de prestação de serviços.

No que tange a infra-estrutura, deve-se fazer uma análise crítica deste elemento no contexto do Turismo, pois ocupando o mesmo meio ecológico, ou seja, o próprio quadro de Goya, e no contexto do objeto de estudo, as Fazendas do Pantanal, os pássaros na gaiola têm uma visão diferente dos demais homens (gatos, criança e pássaro amarrado pelo cordão), pois eles estão dentro de uma infra-estrutura especial. Por isso que denominamos na analogia os pássaros dentro da gaiola, sendo os turistas que visitam o Pantanal. Estes pássaros possuem alguns privilégios que o pássaro do lado de fora da gaiola não possui. Possuem desde uma alimentação, hospedagem diferenciada e uma visão privilegiada do meio ecológico.

Ao final desta analogia, deve ser considerada a reflexão do papel dos gatos e da relação destes com a criança de Goya. Raffestin (1993) afirma, "*Contudo bastaria que cessasse a convenção – que mantém os gatos em repouso – , para que a cena se animasse em drama*".

Desta forma, vale ainda considerar o papel da criança para o equilíbrio da cena. Assim, na leitura proposta no objeto de estudo, a criança/proprietários também proporcionam equilíbrio no contexto de trabalho no Pantanal.

A criança também é o trunfo desses animais, é tanto prisão como garantia; ela faz pesar sobre eles a ambigüidade de sua vontade. É a medida da incerteza e a parte do acaso, para eles ... e para si. É portanto, a representação de um equilíbrio entre uma infinidade de desequilíbrios possíveis que podemos imaginar, mas não verificar. As relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa (RAFFESTIN, 1993).

Ainda na leitura do objeto de estudo, podemos tomar os gatos como a personificação de outras condições de trabalho. Assim, caso não houvesse a criança/proprietários, o pássaro poderia estar sujeito ao desemprego, ou outras condições de mazelas sociais.

Se não houvesse a oportunidade de trabalho nas pousadas, mesmo considerando as constatações em epígrafe na relação proprietários – funcionários, como ficariam as condições de vida destes funcionários?

Alguns questionamentos são válidos ao término deste trabalho: será que o pássaro que encontra-se amarrado pelo cordão, que na analogia deste estudo está sendo considerado como os funcionários das pousadas, algum dia vai ser libertado? Será que este pássaro, teria condições de alçar vôos? Seria a carta no bico do pássaro no quadro de Goya, os sonhos e anseios deste homem/pássaro? Algum dia os pássaros da gaiola poderão realmente ter a possibilidade de ter uma visão real do quadro, ou até mesmo poderem estar à sombra do Pequi e vislumbrarem os Aguapés? Seria uma utopia?

BIBLIOGRAFIA

ADÂMOLI, J. A Dinâmica das inundações no Pantanal. In: Anais do Simpósio sobre recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Brasília. EMBRAPA – DDT. 1986.

ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J.M. e RIEDL, M. (orgs.) Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Campinas-SP: Papirus, 2000

ALMEIDA, N. P. Segmentação do turismo no Pantanal sul-mato-grossense. UCDB.(Dissertação). Campo Grande. 2003.

ANDRADE, J. V. Turismo: fundamentos e dimensões. 2ª ed. São Paulo. ÁTICA, 1995.

ARAÚJO, A. P. C. Pantanal: Um espaço em transformação. UFRJ. (Tese). Rio de Janeiro. 2006.

ÁVILA, V. F. *et al.* Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudos em grupos e análise de conceitos. Campo Grande. Ed. UCDB. 2000.

BANDUCCI JÚNIOR, A e MORETTI, E. C. (org.). Qual Paraíso? Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal. UFMS. Campo Grande. 2001.

BARRETO, M. ; TAMANINI. E. (org.) Redescobrimo a ecologia no Turismo. Caxias do Sul. EDUCS. 2002.

BECKER, B. K. Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994.

BENEVIDES, I. P. Turismo e PRODETUR: Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza. EUFC. 1998.

_____. Para uma Agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Desenvolvimento Local. 3ª Ed. HUCITEC. São Paulo, 2002.

BENI, M.C. Análise Estrutural do Turismo - 7ª ed. São Paulo. SENAC. 2002.

BOVO, C.E.O. O ecoturismo nao deve ser pensado como turismo rural, mas sim como opção inteligente de turismo no meio rural. In: PORTUGUEZ. A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

BRASIL. Comissão Técnica. Programa Ecoturismo – Versão preliminar, 1991. Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo: MICT/MMA/EMBRATUR/IBAMA/Empresários/Consultores. In: Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

BRASIL, Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 20 de julho de 2005.

BUARQUE, S. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários com Foco Microrregional. Recife: IPEA, junho, 2000.

CAMARGO, E. I. Políticas Públicas para o Turismo e suas implicações no ordenamento territorial de Bonito – MS. UFMS (Dissertação - Geografia). Aquidauana/MS. 2005.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: OLIVEIRA, C. (org.). Anais do 1º Congresso Brasileiro de turismo rural: turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba. 1999.

CAMPANHOLA, C. ; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M (orgs.) Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru. Edusc. 2000.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo. Rev. Formação. UNESP. n.7. São Paulo, 2000.

_____. (org.) Ensaio de Geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada. HUCITEC. São Paulo, 1996.

CASTORIADIS, C. As Incruzilhadas do Labirinto/2. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

CASTRO, I. E. ; GOMES, C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

CATELLA, A. C., PIOVEZAN, U. Setor turístico pesqueiro: desafios e oportunidades [on-line]. Disponível na internet, via <<http://www.cpap.embrapa.br>> acessado dia 26 de agosto de 2006.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 3ª Ed. Cortez Editora. Pernambuco, 2001.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/Anpur, 1996.

_____. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas . 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

CLAVAL, P. Espaço e poder. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1979.

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, R. C. A. Política de Turismo e Território. 2ª Ed. São Paulo. Contexto. 2001.

_____. Introdução à Geografia do Turismo. 2ª Ed. ROCA. Sao Paulo. 2003.

DIETZ, L. A., TAMAIO, I. (coord.) Aprenda fazendo: apoio aos processos de Educação Ambiental. Brasília, DF: WWF Brasil, 2000

ESSELIN, P. M. A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Matogrossense (1830-1910). Porto Alegre. PUCRS, 2003. (Tese de Doutorado).

FONSECA, M. L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Rural. São Paulo, Contexto, 2001.

GARMS, A. Pantanal: o mito e a realidade. 1993. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo/Faculdade de Ciências Humanas, Filosofia e Letras. São Paulo. 1993.

GODOI FILHO, J. D. Aspectos geológicos do Pantanal Mato-Grossense e de sua área de influência. In: Anais do Simpósio sobre recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, por Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Brasília. EMBRAPA – DDT. 1986.

GÓMEZ-VELA, M., SABEH, E. N. Calidad de vida: evolución del concepto y su influencia em la investigación e la práctica. Univerdad de Salamanca. Disponível em <<http://www.3usal.es/inico/invesinico/calidad.htm>> Acessado em 15/08/2006.

GONÇALVES, C. W. P. Da Geografia às Geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. s.d. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto63.html>> Acessado em 08/12/2004.

GRAZIANO DA SILVA, José *et al.* Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. (Org.) ALMEIDA, J.A. *et al.* Campinas-SP: Papirus, 2000

IBGE – Censo demográfico do Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro:IBGE, 2000

_____ - Produção da pecuária municipal: IBGE, 2002.

_____ - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [on-line]. Disponível na internet via <<http://www.ibge.gov.br>>

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo. Aleph. 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. O lugar no mundo contemporâneo – Turismo e urbanização em Ubatuba/SP. Campinas - SP. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado. 1999.

MARIANI, M. A. P. Geografia e Turismo no Paraíso das Águas: o caso de Bonito. Tese (Doutoramento). São Paulo. USP. 2000.

_____ ; e GONÇALVES, H. C. Proposta de implementação de um programa de Educação Ambiental para o setor de turismo na sub-bacia do Rio Miranda (MS). In: PORTUGUEZ, A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

_____ ; e _____ Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no pantanal Sul-matogrossense (MS, Brasil). In: Lemos. A. I. G. (org) Turismo: Impactos Socioambientais. São Paulo. HUCITEC. 1999.

MARTINS, C.I.D. Dinâmica do setor rural sul-matogrossense. In: MARQUES. H.R.; MARTÍN, J.C. (org.). Territorialidade e o desenvolvimento sustentável. Campo Grande: UCDB, 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. INTERAÇÕES - Rev. Internacional de Desenvolvimento Local. UCDB, Vol. 3, N.5, p.51-59, Campo Grande. Set. 2002

MICHELS, I. L.; SPROESSER, R. L. & MENDONÇA, C. G. Cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. OESTE. 2001.

MIGLIOLI, V. M. A. M. Turismo no Espaço Rural Integrado à Atividade Agropecuária na Fazenda San Francisco, Miranda – MS. UNIDERP. (Dissertação). Campo Grande, 2003.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. PROJETO RADAMBRASIL. Folha SF – 21. V. 28. Campo Grande. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro. 1982.

MORETTI, E.C.; RODRIGUES, A.M. Atividade turística e transformação territorial: discurso e ação do Estado no Pantanal – MS. In: GERARDI, L.H.O.; MENDES, I.A. (org.). Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de geografia contemporânea. Rio Claro: PPG/Unesp; AGETEO, 2001.

MORETTI, E. C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. In. BANDUCI JR. A. e MORETTI, E. C. (org). Qual Paraíso? Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo. CHRONOS. Campo Grande. UFMS. 2001.

MORETTI, S. A. L. e ZANON, A. M. A atividade turística em Jardim – MS e as transformações na produção territorial. In. MORETTI, E. C. e CALIXTO, M. J. M. (org.) Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2003.

NIEHUES, V. D. Turismo no espaço rural e sustentabilidade. In: PORTUGUEZ. A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

NOGUEIRA, A. X. Pantanal: homem e cultura. Campo Grande. Ed. UFMS. 2002.

NOGUEIRA, A. X. O que é o Pantanal. São Paulo. Brasiliense. 1990.

NOGUEIRA, R. Novas espacialidades e o meio técnico-científico informacional In: CARLOS, A. F. A. (org.) Ensaio de Geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada. HUCITEC. São Paulo, 1996.

NOVAES, C. A. Turismo rural e agroturismo diferenciados de turismo em espaço rural: uma proposta. In: PORTUGUEZ. A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

OLIVEIRA, A.P. Turismo e Desenvolvimento - Planejamento e Organização. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, S. O. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. INTERAÇÕES. Rev. Internacional de Desenvolvimento Local. UCDB, Vol. 4, N. 6, p. 47-53, Campo Grande. Mar. 2003.

OURIQUES, H. R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas. SP. Alínea, 2005.

PCBAP. Hidrossedimentologia do Alto Paraguai. 1997. Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal). PCBAP/ Pantanal Project. Programa Nacional do Meio Ambiente. (PNMA). Vol. II. Tomo II. Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília. DF.

PEARCE. D. G. e BUTLER. R. W. (orgs.) Desenvolvimento em turismo – Temas contemporâneos. São Paulo. Contexto. 2002.

PELLIN, V. Turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: estudo de caso. In: PORTUGUEZ. A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

PORTUGUEZ, A. P. Agroturismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo. HUCITEC. 2002.

_____. Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas. São Paulo. ROCA. 2001.

_____. e RABELO, D. L. Prazer e contradição: aspectos da construção segregadora dos territórios de lazer. IN: PORTUGUEZ, A. P. Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas. São Paulo. ROCA. 2001.

_____. *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

_____. Turismo rural e segregação socioespacial no entorno da Lagoa Juparanã (Linhares, ES). In: PORTUGUEZ. A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

PROJETO IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA BACIAL HIDROGRÁFICA PARA O PANTANAL E BACIA DO ALTO PARAGUAI: Subprojeto 4.1 – Estabelecimento de um programa de educação ambiental no setor de turismo na sub-bacia do Rio Miranda (MS). Relatório Final. Campo Grande. MS: ANA/GEF/PNUMA/OEA. Outubro. 2003.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo.ÁTICA. 1993.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Rede Brasileira de Educação Ambiental – nº 0. nov. Brasília. REBEA. 2004.

RIBEIRO, M. A. (org). Território e Prostituição na Metrópole Carioca. 1ª Ed. São João de Miriti. RJ. Editora Ecomuseu Fluminense. 2002.

RODRIGUES, A. B. (org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo. HUCITEC. 1997.

_____. (org.) Turismo, Modernidade e Globalização. 2ª Ed. São Paulo. HUCITEC. 1999.

_____. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Desenvolvimento Local. 2ª Ed. HUCITEC. São Paulo, 2000.

_____. Desenvolvimento sustentável e atividades turísticas. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Desenvolvimento Local. 2ª Ed. HUCITEC. São Paulo, 2000.

_____. Turismo e Espaço: Rumo ao Conhecimento Transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 2001.

_____. (org.) Turismo Rural. São Paulo, Contexto, 2001.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de um tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Rural. São Paulo, Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: LUCHIARI, M. T. D. P. (org.) Textos Didáticos – Turismo e Meio Ambiente. Vol. II, IFCH/UNICAMP. nº 31 (2). 1997.

_____. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R. C. A. (orgs.) Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3ª Ed. São Paulo. HUCITEC. 2002.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo. Nobel. 1985.

_____; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). Territórios: globalização e Fragmentação. São Paulo. HUCITEC. 1996.

_____, Metamorfoses do espaço habitado. 4 Ed. São Paulo. HUCITEC. 1996.

_____. (org.) Território e territórios. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFF/AGB, Niterói, 2002.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 9ª ed. Rio de Janeiro. Record. 2002.

SANTOS, V. L.; MACHADO, L. M. C. P. Dimensões do turismo no espaço rural: seus impactos e a experiência da população local no Vale do Médio Tietê (SP). In: PORTUGUEZ, A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

SEABRA, L. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: ALEPH, 2003.

SEBRAE, GEOR <<http://www.sebrae.ms.org.br>> acessado em 13 de julho de 2006. às 19:46h.

SILVA, J. G. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M. e RIEDL, M. (orgs.) Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.

Campinas-SP: Papirus, 2000.

SILVA, P. V. Inventário do patrimônio ambiental turístico: estudo de caso da Bacia do Córrego Fundo de Aquidauana/MS. Turismo/UFMS (Monografia). Aquidauana-MS. 2004.

SILVA, B. C., CANTEIRO D. G. e SILVA, F. J. Da terceira para a melhor idade: um estudo de qualidade de vida e turismo. Caso: Centro de Convivência do Idoso – Monte Castelo – Campo Grande – MS. Monografia.Turismo. Aquidauana – MS. 2005

SILVEIRA, M. L. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In: CARLOS, A. F. A. (org.) Ensaios de Geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada. HUCITEC. São Paulo, 1996.

SILVEIRA, M. A. T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Rural. São Paulo, Contexto, 2001.

SLUSZZ, T; FROEHLICH, J. M.; PIETRZACKA, R. e CHIEZA, E. D. Turismo e lazer no contexto da multifuncionalidade rural da região Central do rio Grande do Sul. In: PORTUGUEZ. A. P. (org) *et al.* Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas. São Paulo. ROCA. 2006.

SOUZA, M. A. A. e SANTOS, M. (orgs.). A construção do espaço. São Paulo. NOBEL, 1986.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo Desenvolvimento Local. 2ª Ed. HUCITEC. São Paulo, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga. Turismo e Qualidade: Tendências Contemporâneas. 3ª Ed. Papiros, 1997.

TRINDADE JR., S. C. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, A. F. A. (org.) Ensaios de Geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada. HUCITEC. São Paulo, 1996.

TUAN, Y. F. Espaço e Lugar. São Paulo. Nobel. 1980.

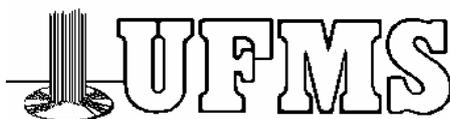
VEIGA. J. E. Cidades imaginárias o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas. Autores Associados. 2002.

XAVIER, L. da S. S.. Turismo Rural no Vale do Rio Aquidauana, Pantanal Sul – Matogrossense: Proposta Metodológica para Análise Qualitativa da Demanda Turística. Rio Claro – SP. 2000. (Mestrado em Estudos Ambientais – UNESP).

YÁZIGI, E.; CARLOS. A. F. A. e CRUZ, R. C. A. (orgs.) Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3ª Ed. São Paulo. HUCITEC. 2002.

ZAKRZEVSKI, S. B. Por uma educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Rede Brasileira de Educação Ambiental – nº 0. nov. Brasília.REBEA. 2004.

APÊNDICES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

1 - QUESTIONÁRIO PARA OS RESPONSÁVEIS PELAS POUSADAS

Data ___/___/___

1. Nome da propriedade: _____ Área _____ ha
2. Entrevistado: _____ Função: _____
3. Escolaridade: _____
4. Classificação:
() Pousada () Pesqueiro () Hotel Fazenda () Camping () Outros
5. Possui cadastramento junto a Embratur? () Sim () Não. Por que? _____

6. Há quanto tempo desenvolve atividade turística nesta localidade? (_____) Anos
7. Desenvolve outra atividade econômica fora do empreendimento? () Sim () Não. Se sim, em qual profissão e/ou atuações? _____
8. O gerenciamento da atividade turística é exercido:
() proprietário () capataz () profissional especializado () outro: _____

9. Houve planejamento e/ou acompanhamento de profissionais técnicos para implantação do empreendimento turístico? () Sim () Não

10. Está satisfeito com a atividade produtiva que está desenvolvendo? Por que? _____

11. Qual a relação com a propriedade?
() empregado () arrendatário () proprietário () outros
12. Qual a origem das terras?
() compra () herança () outras: _____
13. Mão-de-obra empregada ocupada na propriedade:

() família () empregado () trabalho fixo () trabalho temporário () com registro em carteira.

14. De onde provêm a mão-de-obra empregada? _____

15. Há uma satisfação com a mão-de-obra empregada? Comente? _____

16. Esta mão-de-obra é qualificada? () sim () não. Comente: _____

17. Há treinamento dos recursos humanos? () não () sim. Se sim, de que forma?

() no dia-a-dia () cursos internos com instrutores externos () cursos externos. Quais/ Onde? _____

18. Possuem funcionários com formação:

() bilíngüe () Turismólogo () outros

19. Há muita rotatividade no quadro de funcionários? () não () sim. A que se deve isso?

20. qual a relação da propriedade/funcionários com a cidade de Aquidauana e/ou Anastácio?

() Lazer de funcionários () Bancária () Moradia () Compras () Outras: _____

21. O que melhorou com o turismo na região?

() sistema de esgoto () acesso viário

() abastecimento de água () coleta de lixo

() saúde () salário

() energia elétrica () valorização da cultura

() preservação do meio ambiente

22. A região usufrui com os benefícios do turismo? () sim () não. Por que? _____

23. Qual tipo de turismo é desenvolvido no empreendimento?

() pesca () ecoturismo () rural () aventura () outros _____

24. Qual a relação do Rio Aquidauana para a atividade turística em seu empreendimento?

25. O turismo é explorado: () hospedagem () day use () arrendado e/ou alugado para passeios.

26. Quais são as atividades oferecidas aos turistas?

() passeio de barco () pesca esportiva () trilhas () esportes radicais
() cavalgadas () focagem noturna () safári fotográfico.

27. Das atividades, quais de maior preferência para os turistas? _____

28. Existe a intenção de oferecer outras atividades futuramente aos turistas? () sim

() não. Quais? _____

Por que? _____

29. O empreendimento oferece a alguma atividade da fora da área da propriedade (vizinho)? () sim () não. Qual (is) _____

30. Existe anseio de ter parcerias com outros proprietários à fim de melhorar o atendimento aos seus turistas: () sim () não. Por que? _____

31. A propaganda utilizada para a divulgação do empreendimento se dá de que forma?

() Agências () Revistas Especializadas () site () rádio () TV () folders

32. Destas, quais você considera de maior significância? _____

33. Precisa desenvolver obras de infra-estrutura/melhoria ou mudança na propriedade?

() Sim () Não. Por que? _____

34. Qual a capacidade de carga para:

Hospedagem? () leitos

Day Use? () pessoas por dia

35. O fluxo de turista é: () contínuo () alta temporada () finais de semana

() feriados () outros. Comente: _____

36. Das atividades econômicas abaixo relacionadas, qual em ordem de relevância possui maior faturamento e lucratividade para o seu empreendimento?

() Pecuária () Agricultura () Turismo

A que se deve isso? _____

37. Se pecuária, quantas cabeças de boi possui? (_____). Sendo:
 (_____) Corte (_____) Leite.

38. Você comercializa seu gado (corte) quantas vezes por ano? (_____). Meses
 (_____). Em média quantas cabeças? (_____). Se leite,
 a produção diária (_____) litros, para quem é vendido? _____

39. Quanto cobra por:

CATEGORIA	TIPO	VALOR		VALOR		VALOR
Diária/UH	Single	R\$	Triplo	R\$	Quádruplo	R\$
Day Use	Pax	R\$				
Alimentação	Avulsa	R\$				
Campoing	Pax	R\$	Barraca	R\$		

PASSEIOS:

PASSEIO	TIPO	R\$	PASSEIO	TIPO	R\$
Cavalgada			Trilhas		
Barco			Bote		
Bóia-cross			Focagem noturna		
Pescaria			Safári		
			Fotográfico		

40. Sobre a infra-estrutura do Empreendimento. Comente?

40.1 Energia:

() elétrica () gerador () outros

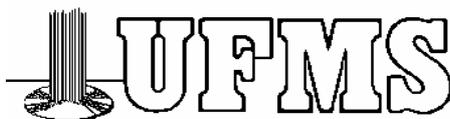
40.2 Água/Abastecimento. Quais as fontes de abastecimento de água da propriedade

() poço freático () poço tubular () nascente () rio

() represa () lago () outras.

40.3 Lixo:

coleta seletiva coleta simples incinerado depósito
 enterrado outros: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

3 - QUESTIONÁRIO PARA FUNCIONÁRIOS

Data: ___/___/___

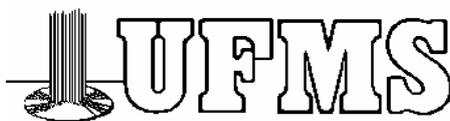
1. Nome: _____ Cargo: _____
2. Idade: 18 a 30 anos () 31 a 42 anos () 43 a 60 anos () 61 a 75 anos ()
3. Escolaridade:

não alfabetizado ()	Ensino Superior Incompleto ()
Ensino Fundamental incompleto ()	Ensino Superior Completo ()
Ensino Fundamental completo ()	Pós-Graduado ()
Ensino médio incompleto ()	
Ensino Médio Completo ()	
4. Estado civil: Solteiro () Casado () viúvo ()
5. Qual número de filhos? Total (). Sexo: Feminino () Masculino ()
6. Onde moram? No empreendimento () Na cidade ()
7. Há quanto tempo trabalha com o turismo? _____
8. Há quanto tempo trabalha neste empreendimento turístico? _____
9. Seus hábitos mudaram após começar trabalhar com o turismo? Sim () Não ()
10. Seus hábitos mudaram após começar trabalhar com o turismo? Sim () não ()
11. O que houve de positivo? _____

12. O que houve de negativo? _____

13. Sua ligação com o empreendimento é do tipo:
temporário () fixo () carteira assinada ()
14. Qual sua renda mensal (em R\$)?
280,00 a 350,00 () 351,00 a 520,00 () 521,00 a 700,00 () acima de 700,00
15. Está satisfeito com o seu trabalho hoje? Sim () Não (). Por que? _____

obs: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

4 - QUESTIONÁRIO PARA OS TURISTAS

EMPREENHIMENTO: _____

DATA: ____/____/____.

TURISTA:

1. Sexo: () Masculino () Feminino. Onde reside? (cidade/estado - ou país) _____

2. Faixa Etária:

() 15 a 20 anos () 51 a 60 anos

() 21 a 30 anos () 61 a 70 anos

() 31 a 40 anos () 71 a 80 anos

() 41 a 50 anos

3. Escolaridade:

() não alfabetizado () ensino médio completo

() ensino fundamental incompleto () ensino superior incompleto

() ensino fundamental completo () ensino superior completo

() ensino médio incompleto () pós-graduação. Em qual área? _____

4. Nível de renda:

() 1 a 3 salários () 7 a 9 salários

() 4 a 6 salários () mais de 10 salários

5. Como ficou sabendo da propriedade?

() pela agência ou operadora de viagens

() por folder ou revista especializada

() por indicação de amigos

() outro. Qual? _____

6. Qual motivo da viagem?

() descanso () lazer

() trabalho () outro : _____

() estudo/pesquisa

7. Qual o foi o fator essencial para escolha da Pousada?

() preço () infra-estrutura

() indicação dos amigos

() passeios oferecidos

8. Quanto ao tipo de viagem?

sozinho

em família. Quem? _____

em grupo de amigos. Quantos? _____

9. O que achou da via de acesso?

ruim boa

regular

11. Frequência de visitas po pantanal:

1ª vez 3ª vez

2ª vez 5ª vez

Frequência de visitas no empreendimento turístico:

1ª vez 3ª vez

2ª vez 4ª vez

13. Quanto tempo ficará neste empreendimento?

somente day use 3 dias

2 dias mais de 4 dias

14. Atividade que mais gosta de realizar?

pescaria esportiva focagem de jacaré

trilhas ecológicas passeio de barco

safári fotográfico lida do gado

caminhada cavalgada

15. Quais elementos de maior valorização?

natureza serviço/atendimento/hospitalidade

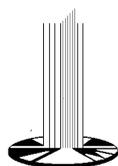
passeios todas as opções são corretas

comida típica não sabe/não respondeu

homem pantaneiro

ANEXOS

5 - Questionário APL/GEOR I



UFMS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO GROSSO DO SUL



FAPEC

Desenvolvimento Comunitário e Universitário

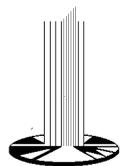
SEBRAE
MS

APL DE TURISMO E ARTESANATO PANTANAL SUL/MS		SEBRAE MS
PESQUISA – EMPRESAS DE TURISMO FASE T0 (T ZERO)		
PÚBLICO ALVO:		
1. CIDADE:	2. NOME FANTASIA:	
ENTREVISTADOR:	DATA: ___/___/___	
PERFIL DO RESPONSÁVEL		
3. Nome do Responsável:	4. Cargo Ocupado	
	4a. E-mail:	
5. Telefone Comercial:	6. CNPJ	
7. Site:	8. Celular:	
9. Endereço – Rua/Av.		
10. Bairro:	11. CEP	
12. Nível de Escolaridade:	13. Formação Profissional:	
14. Sexo: () Masculino () Feminino		
INFORMAÇÕES ESPECÍFICA		
15. Qual a atividade desenvolvida? () Agência/ Operadora de Viagens () Hotel/ Pousada/ Barco Hotel () Atrativo Turístico () Bar/Restaurante () Outras		
16. Data de Fundação: ___/___/___		
17. Realizou ou realiza algum tipo de pesquisa de mercado para a implantação do empreendimento? () não () sim – Que tipo? _____		
18. Quais os dias e horários de funcionamento do empreendimento? De _____ à _____ das _____ horas às _____ horas (durante as semanas) De _____ à _____ das _____ horas às _____ horas (durante os fins de semana e feriados)		
19. Quem administra o empreendimento? () Gerente () Proprietário () outro _____		

20. Desenvolve programa de qualidade total no empreendimento? () não () sim Há quanto tempo? _____				
21. Qual o retorno esperado a curto, médio e longo prazo?				
	C	N	L	
() Aumento do fluxo turístico				
() Melhoria dos serviços				
() Aumento da Margem de lucro				
() Outros _____				
22. Qual a perspectiva de investimento para curto, médio e longo prazo?				
Em que setores:	C	M	L	Fontes:
() Infra-estrutura	R\$			() Próprias R\$ _____
() Serviços	R\$			() Privadas R\$ _____
() Marketing	R\$			() Públicas R\$ _____
() Outros _____	R\$			
23. Quando é:				
Temporadas	Período		Observação	
Baixa				
Média				
Alta				
24. Vinculação do empreendimento com órgão, entidades e instituições do setor turístico ou de apoio ao turismo:				
	Tipo de vínculo			
Ministério/EMBRATUR				
FUNDETUR				
SENAC				
SEBRAE				
Associação				
Outros _____				
NO ÂMBITO LOCAL				
25. O empreendimento é vinculado ao COMTUR ? () sim () não				
26. É beneficiado pela Secretaria Municipal de Turismo com auxílio no marketing? () sim () não				
27. É beneficiado pela Secretaria Municipal de obras ou transporte com auxílio na manutenção de estradas e pontes?() sim () não				

28. Existe algum instrumento para avaliação da satisfação do turista/cliente? Qual? <input type="checkbox"/> questionário <input type="checkbox"/> Opinário <input type="checkbox"/> Livro de sugestões <input type="checkbox"/> Outro
Identificação dos Funcionários
29. Qual a jornada de trabalho dos funcionários?
30. Oferece cursos de capacitação para os funcionários? () não () Sim- Quais?

6 - Questionário APL/GEOR II



UFMS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO GROSSO DO SUL



FAPEC

Desenvolvimento Comunitário e Universitário

<p align="center">APL DE TURISMO E ARTESANATO PANTANAL SUL/MS PESQUISA – EMPRESAS DE TURISMO FASE T0 (T ZERO)</p>			
<p align="center">PÚBLICO ALVO: Meios de Hospedagem</p>			
1. CIDADE:		2. NOME FANTASIA:	
ENTREVISTADOR:		DATA: ___/___/___	
PERFIL DO RESPONSÁVEL			
3. Nome do Responsável:		4. Cargo Ocupado	
		4a. E-mail:	
5. Telefone Comercial:		6. CNPJ	
7. Site:		8. Celular:	
9. Endereço – Rua/Av.			
10. Bairro:		11. CEP	
12. Nível de Escolaridade:		13. Formação Profissional:	
14. Sexo: () Masculino () Feminino			
INFORMAÇÕES ESPECÍFICA			
15. Possui registro na Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul? () não () sim Desde que data? ___/___/___			
16. Qual o enquadramento: () hotel fazenda () hotel () Pousada () Pesqueiro			
17. É um meio de hospedagem: () urbano () rural			
Distância da sede do município: _____ Km			
Estradas	KM	Condição	Acesso possível ano inteiro
		() regular () ruim () boa	() sim () não Quando: _____
		() pavimentada () não pavimentada: () cascalhada () não cascalhada	

	<input type="checkbox"/> pavimentada <input type="checkbox"/> não pavimentada: <input type="checkbox"/> cascalhada <input type="checkbox"/> não cascalhada	<input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> boa	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quando: _____
	<input type="checkbox"/> pavimentada <input type="checkbox"/> não pavimentada: <input type="checkbox"/> cascalhada <input type="checkbox"/> não cascalhada	<input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> boa	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quando: _____

18. Infra-estrutura de acesso da sede do município ao atrativo:

Tipo de Infra-estrutura	Condições
<input type="checkbox"/> Placas	
<input type="checkbox"/> Mata-burros	
<input type="checkbox"/> sinalização na pista	

19. Utiliza FNRH ? não sim - há quanto tempo? _____

20. O empreendimento possui alguma forma de exposição ou comercialização de artesanato? sim não
Caso a resposta seja positiva, de onde e quem fabrica esses artesanatos? _____

21. Vínculo do empreendimento com as atividades turísticas:

Empreendimentos				
Nível	Atrativos	Bares e restaurante	Outros meios de hospedagem	Outros
Local				
Regional				

22. Capacidade de Carga:

UH	Tipo	Leitos
----	------	--------

		Solteiro	Casal
Total:			

23. Taxa de Ocupação:

Temporada	Nº total de leito	Nº total de UH	Taxa de ocupação (%)
Baixa			
Média			
Alta			

24. Preços Praticados

	Tipo de UH	Single	Duplo	Triplo
Baixa				
Média				
Alta				

Fora as agências quais as formas de comercialização do atrativo?

No balcão Pela internet Por telefone/fax

Outras: _____

